

Aos meus pais, pela sua inconfundível presença de solidariedade...

Ao Cláudio, Marcelo e Sérgio, pelo grande amor, maior que o céu, maior que o mar, maior...

Ao Machado, por meu amor, por seu amor, por tudo que fica em mim e não me deixa mais!

Vivo sempre buscando concedê-lo,
às minhas ansiedades convulsivas;
mas ele insiste em conservar com zelo
o destino das sombras fugitivas...

Sei que é muito difícil convertê-lo
à condição vulgar das coisas vivas;
mas para dominá-lo e merecê-lo,
queimei todas as lâmpadas votivas...

Às vezes, longe, como que se apaga,
e fica apenas uma forma vaga
de ilusão, mentira e pesadelo...

Às vezes, perto, avaramente, atracó-o...
E quando cuido em minhas mãos prendê-lo,
só acho a inerte obsessão do vácuo!...

João Antônio Neto - Sonho Fugitivo

"Profeta, ou o que quer que seja!
Ave ou demônio que negrejas!
Profeta sempre, escuta: ou venhas tu do inferno
Onde reside o mal eterno,
Ou simplesmente naufrago escapado
Venhas do temporal que te há lançado
Nesta casa onde o Horror, o Horror profundo
Tem os seus lares triunfais,
Dize-me: existe acaso um bálsamo no mundo?"
E o corvo disse: "Nunca mais".

Edgar Allan Poe - O Corvo (Tradução de Machado de Assis)

ÍNDICE

	PAG.
APRESENTAÇÃO	01
CAPÍTULO I - DA REALIDADE DA MISÉRIA À INVENÇÃO DO PARAÍSO	10
A Terra Desconhecida	11
Da Realidade da Miséria	11
Alta Floresta: A Lenda do Ouro Verde ou as Estórias do Café sem Geada	21
Alta Floresta: Da Riqueza da Terra à "Lição de Conquista"	34
CAPÍTULO II - "TEMPOS DIFÍCEIS"	44
A História de Dona Rose	45
Os Tempos da Chegada	57
CAPÍTULO III - A COLONIZAÇÃO COMO MISSÃO	73
O "Plantador de Cidades"	74
O Projeto da Conquista	85
Cumprindo a Missão	90
"Simplemente Colonização"	96
O Descobrimento da Terra	98
O Colono Ideal	100
CAPÍTULO IV - IMAGENS TENEBROSAS OU O REVERSO DA SALVAÇÃO	104
A Mensagem do Colonizador	106
A "Sagrada União": Família, Escola, Trabalho	106
"Tempo é dinheiro"	112
A "Moralização da Alma"	116
Imagens Tenebrosas	119
"O Futuro Aqui é do Patrão"	119
A Estreiteza da Terra	124
A Terra Inacessível	128

	<u>PAG.</u>
CAPÍTULO V - AS ARMAÇÕES SUBTERRÂNEAS DO PROGRESSO ...	138
"Onde o Tempo Não Conta"	139
"Rola, Mundo, Rola, Mundo... Na Extrema Velocidade"	152
"Uma Tempestade Sopra do Paraíso"	159
ANEXOS	163
BIBLIOGRAFIA	169
JORNAIS E REVISTAS	176
DOCUMENTOS DA INDECO	177

APRESENTAÇÃO

A *terra fantástica* da Amazônia arrastou um sem número de famílias pobres do campo para lá, provenientes de várias regiões do país.

O que torna os homens tão grandes e tão poderosos, capazes de enfrentar perigos nunca vistos, saindo de "lugares tão distantes para lugares tão distantes"? Atravessem uma densa mata, sofram golpes de morte? De um lugar para outro, de um país para outro, de um sonho para outro? Aonde não teriam ido, para conseguir uma terra que prometia abundância?

Mais parecem "errantes" sempre à procura de alguma coisa, não desistindo nunca, acreditando no desconhecido, recomendo histórias, obedecendo a uma voz interior. Tratava-se de "algo indefinido que impõe ao espírito e ao coração a convicção" (para usar algumas palavras de Joseph Conrad), da intenção que move forças até então desconhecidas da nossa alma e nos joga para frente em busca de um sonho perdido.

Foi a partir deste ponto que iniciei a pesquisa e foi com ele que a terminei. As razões que levaram os lavradores do sul a se tornarem os colonos do norte não se encontram em explicações do tipo - estavam sendo expulsos da terra, ou o movimento de proletarização no campo, ou a expansão da agroindústria, e assim, nessa linha, mais outras.

Pode-se considerar que seguir por esses caminhos seja afinal, um ato de abraçar a simplificação e a generalização. A cada passo, a tentativa foi a de imprimir toda importância ao fio de emoção que perpassa pela história dos colonos, tentando captar *o sentido para eles* da sua procura por uma terra da Amazônia. No entanto, isso não foi difícil, qualquer um de nós poderia ser preso ou roubado pelo tempo da dor, da alegria, da fé, da esperança, da revolta do outro - do colono, da mulher, da criança. Difícil foi e continua sendo passar para a linguagem escrita a significação de todas as coisas vistas e sentidas. É como se as minhas palavras não dessem conta do meu coração. Por isso digo: aqui tem um pouco da história dos colonos, não de todos, mas dos primeiros que chegaram a Alta Floresta lá nos limites de Mato Grosso com o Pará.

Para tanto, entrevistei longamente os colonos que tinham em comum a *experiência dos primeiros tempos da colonização*. Mas, pergunta imediata: - quem são esses primeiros colonos? Por que se sujeitaram a abrir clareiras na mata amazônica, ver os seus filhos quase a morrer de picadas de insetos, sem recursos, sem remédios, com medo da morte? Certamente os primeiros foram os mais pobres, mas isto explica muito pouco. O que mais fortemente marca essa designação - primeiros colonos ou os que participaram juntos dos primeiros tempos - é o fato desta experiência dos primeiros tempos não vir separada da experiência anterior da angústia, da fê e da procura por uma *terra prometida*, infinitamente almejada, tantas vezes visitada pela imaginação. O desejo e a força da saída se contrapunham à experiência da alegria envelhecida e da agonia sempre renovada. Precisaram resistir e viver.

Diante deste mundo de significações imaginárias produzidas em uma experiência de vida difícil e quase impossível de ser prescrutada, o "método de abordagem" da "análise" aqui empreendida foi o de dar cordas soltas ao coração e à sensibilidade, para poder *ouvir* e *sentir* não só as falas dos colonos, mas também os seus gestos, que igualmente exprimiam suas emoções.

Não havia como utilizar regras pré-estabelecidas para realizar as entrevistas, pois considerei que o procedimento mais adequado à compreensão desse mundo de significações dos colonos era o de escutar, deixando que suas falas corressem livres e espontaneamente, de tal modo que tudo adquirisse importância. Muitas vezes, o que mais me ajudou a compreender os colonos foi o seu olhar, entre a esperança e a desolação; outras vezes, um sorriso e um silêncio diziam mais: a maioria das conversas foram entabuladas na própria roça, à beira de pés de café.

Certa ocasião, algo chamou muito a minha atenção e, devido a isto, passei a procurar outros sinais semelhantes. Um dos colonos, durante uma entrevista, falava-me de sua decepção com a *terra prometida*, e de maneira simples, gesticulava bastante e falava muito alto, com raiva, com revolta. Depois de um certo tempo, chegaram visitas em sua casa e, imediatamente, o colono foi abrandando sua ira e mudando o tom de sua voz e, sem titubear, já começou a falar que a escola ali era muito boa, que existia futuro para os filhos, que a terra até dava

para as lavouras... Havia um sinal de vigilância no lugar. Nes se dia pude constatar que existia um código disciplinar que pe netrava mais profundamente o interior das vidas dos colonos. Ameaçava decididamente o registro da sua história. Mediante es ta realidade, percebi que não poderia nomear, no corpo deste trabalho, os colonos entrevistados. Muito a contragosto, tive que deixá-los incôgnitos, a não ser os casos em que constatei não haver implicações de nenhuma ordem. Isto, porém, não me im pediu de fazer um outro registro da sua história.

Mais grave ainda, no contexto da colonização, os colonos começavam a ter dificuldades em reconhecer sua própria história, a nomear coisas e identificar lembranças. As palavras que faziam parte desse mundo mais recente atropelavam as palavras que tinham significação na experiência passada. As *novas palavras* passavam, dessa forma, a ter um conteúdo cada vez mais estranho às suas vidas, desordenando o seu imaginário social. Ao fazer a apresentação do livro de Ecléa Bosi, Marilena Chauí chama a atenção para esta questão, ao afirmar que "... as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra 'história', por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade"⁽¹⁾.

A "outra história" - a do colonizador - *aparecia e roubava* a história dos colonos, cujo significado desaparecia para trazer à cena o progresso da cidade que a colonizadora fundara. Mas, em essência, o que se bania dessa história dos colonos? A memória do trabalho. E, nesse sentido, tratava-se de homogeneizar os *tempos da chegada* - como se todos tivessem participado juntos do trabalho da abertura e da construção do novo lugar. A memória do trabalho repunha a diferença, a exploração social e era a expressão viva (ainda) da degradação do trabalho daqueles que para ali haviam migrado em busca da *terra prometida*. As dificuldades dos colonos em reter na memória os tempos da chegada, fundava-se na realidade do novo lugar em que tudo evocava o momento presente, expulsando a história do sofrimento, fincando as marcas do progresso.

(1) Chauí, Marilena. "Os Trabalhos da Memória", p. XIX, in Bosi, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, SP, T.A. Queiroz Editor, 1983.

Se existe algum papel reservado ao historiador, este, acredito, deve ser o de contribuir - ou mais incisivamente - o de *brigar* por um espaço em que a fala dos oprimidos possam saltar do *mundos dos mortos* e contar outra história. Sobre esse passado que espera a redenção, ninguém melhor que Benjamin para dizer: "O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção... Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?... Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente" (*sobre o conceito da história*)⁽²⁾. Pode-se encontrar nestas palavras um motivo para enfrentar uma história oficial de triunfo e barbárie.

Benjamin, ainda em suas análises sobre o conceito da história, mostra com muita propriedade que "articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi' "⁽³⁾. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo". E o "perigo relampeja" - no caso dos colonos de Alta Floresta - ainda próximo de nós. Os *tempos da chegada* estão sendo apropriados pelos "novos tempos" e começam a desaparecer por entre as malhas da história do colonizador. Do fragmento da lembrança de trabalho dos primeiros tempos, justamente deste fragmento, o discurso colonizador quer inaugurar o primeiro marco da sua história.

Convém esclarecer mais esta questão: procurei, em alguns casos, não quebrar os relatos dos colonos. A história de Dona Rose, por exemplo, só poderia ter o seu sentido resguardado se se a mantivesse tal qual ela revelou. Neste ponto valime da experiência de Ecléa Bosi, que muito pode nos ensinar sobre a "arte de narrar" e como colher histórias, respeitando o fluxo da voz daqueles que as relatam para nós.

*

O que mais chama a atenção no mito da riqueza da Amazônia - a *térria prometida* - e certamente, pode orientar os pas-

(2) Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas - Magia e Técnica, Arte e Política*, "Sobre o Conceito da História", p. 223, SP, Editora Brasiliense, 1985.

(3) Idem, *ibidem*.

dos do historiador, é o fato de milhares de pessoas terem nele acreditado. Hannah Arendt já dizia em seu estudo sobre o anti-semitismo que "a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude⁽⁴⁾."

O maior interesse se volta, então, para as razões pelas quais os trabalhadores do campo foram tão sensíveis aos estímulos da *terra prometida*. E mais, sob que condições políticas esse mito ganhou foros de legitimidade? A representação da Amazônia como o novo *Eldorado* significou, do ponto de vista político, um agente catalizador dos interesses dos trabalhadores rurais, sejam pequenos proprietários ou não. O mito passou a ser, nesse sentido, um poderoso instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes.

As análises desenvolvidas no primeiro capítulo se interessam sobretudo pela representação da *terra prometida* produzida durante e nas condições políticas da década de setenta no Brasil. E, afunilando mais o campo das indagações, a importância que a colonização teve na produção do mito, em especial aquela desenvolvida pela empresa privada.

Mas o problema apresenta duas faces, uma em que a empresa produz o mito - a invenção do paraíso; e outra, em que o colono deseja o paraíso. Castoriadis, na *Instituição Imaginária da Sociedade*, já havia explicado muito claramente que o imaginário "... não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de 'alguma coisa'⁽⁵⁾". Desta forma, é necessário frizar que os colonos deram uma resposta positiva aos estímulos da colonização, pois, de outra forma, como teria sido possível "capturar" a alma do lavrador sem rumo, sem futuro, sem destino? Neste ponto lembro-me muito mais de F. Kafka, em *O Castelo*, quando exprime algo profundo e incompreensível dos homens, jogados na

(4) Arendt, Hannah. O Sistema Totalitário, Primeira Parte: Anti-semitismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, p.49.

(5) Castoriadis, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade, RJ; Paz e Terra, 1982, p. 13.

miséria, à mercê de decisões autoritárias que fogem sempre à sua compreensão, algo que os torna presas inconfundíveis da trama do destino. Nesse sentido, os homens passam a explicar e a identificar suas vidas pela vontade de Deus ou do próprio destino.

Por conseguinte, a maior preocupação neste trabalho está voltada para tentar compreender as razões da produção do mito, tanto no âmbito do discurso dominante, quanto no imaginário social do colono, e não apenas constatar a sua existência mesma. Isto vem explicitar muito mais a miséria dos sonhos daqueles que procuraram o *Eldorado*: uma lúgubre quimera.

No segundo capítulo - "Tempos Difíceis" - falo da chegada dos colonos à terra desconhecida. Conto, através de seus depoimentos, da época em que o sofrimento, o intenso trabalho e a solidão das famílias conviviam com a esperança e com a fé na nova terra. Acredito que este foi o momento em que os colonos se sentiram mais fortes, apesar das sombras tenebrosas que pairavam sobre eles. Neste capítulo, vali-me da experiência de Dona Rose, a primeira hoteleira do lugar, que falou como ninguém da abertura da terra, de gente chegando a toda hora, "sem comida, nem jeito não tinha", do medo da onça, dos altos caldeirões de comida para alimentar o povo dali, dos mosquitos que cobriam o seu corpo e, fundamentalmente, da promessa do novo lugar.

No terceiro capítulo, tive a preocupação de traçar e de terminar o solo político em que a colonização se proliferou. Quer dizer, a intenção aí foi a de demonstrar como o mito do colonizador ia se produzindo e se tornando possível. Não pretendi fazer uma análise geral do processo político da colonização na Amazônia, contudo procurei assinalar alguns elementos que pudessem auxiliar a compreensão de uma história onde os "grandes homens" em missão social são produzidos.

No capítulo seguinte discuto as estratégias disciplinares embutidas no discurso colonizador, especialmente produzidas para formar o "bom colono". Diante da mensagem do colonizador, voltada para "moralizar os espíritos" dos que procuraram a *terra prometida*, revela-se uma ordem social forjada para o trabalho. Da fala dos colonos, configura-se o mundo dos obstáculos.

Para finalizar este trabalho, dividi o último capítulo em duas partes: na primeira, abro o leque para caracterizar uma visão ufanista do progresso da "fronteira" e em que a figura do colono desaparece; na segunda, procuro encaminhar as últimas reflexões para demonstrar que a "velocidade das realizações" do poder político e econômico submete os homens e determina uma realidade social na Amazônia. Desta nova realidade emergem as cidades com o signo do progresso e que se constituem em centros geradores de políticas de controle.

Não poderia deixar de dizer ainda, que a pesquisa histórica só tem sentido, a meu ver, quando busca entender o processo que levou instituições e normas, bem como heróis e mitos a se tornarem legítimos. Deste modo, viajando pelo interior da colonização procurei desvendar, através do mito da "obra social da colonização", um projeto de dominação social.

*

Não poderia deixar de agradecer aqui as pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram desse "tempo de tese", torcendo juntos, discutindo, contribuindo e, fundamentalmente, sendo amigas. Debruçando-me sobre esse tempo, dele vou retirando o que houve de melhor.

Primeiramente, um agradecimento especial ao meu orientador Héctor Hernán Bruit pelas discussões sobre o conjunto do trabalho.

Não poderia deixar de lembrar do estímulo intelectual que recebi da Stella, do seu apoio amigo e das suas palavras de sempre - vá em frente moça! Nem do Ítalo, que desde o início acreditou na "lenda do ouro verde", fortalecendo em muito a minha vontade em avançar na pesquisa. E do Edgar que, através das discussões tão ricas em seu curso, pôde sugerir a leitura de Walter Benjamin, importante para que pudesse "encarar" certas questões em meu trabalho. A eles, que juntos discutiram comigo o projeto da dissertação, devo um agradecimento carinhoso.

Este trabalho dificilmente poderia ter sido realizado sem o apoio intelectual do Alcir Lenharo, que acompanhou a pesquisa desde o seu início, discutindo e criticando. A sua contribuição foi fundamental e, certamente, por acreditar em mim, soube ser sensível aos rumos que a pesquisa ia tomando. Quero ainda manifestar minha gratidão por sua amizade, uma profunda amizade, que sempre esteve comigo nos momentos mais decisivos da minha vida.

Dos primeiros tempos de Campinas, foi muito importante a solidariedade que recebi do Ademir. Por sua amizade serei sempre grata.

Jamais esquecerei da minha turma de mestrado, dos tempos de alegria e de afeto com o Álvaro, a Débora, o Kleber, o Marcão, a Marga, a Célia e o Eduardo.

Existem amigos que estiveram muito próximos desses tempos inquietantes da tese e da vida: o Mariano, o Álvaro Tenca, a Inês, o Carlinhos, a Ana "Mineira", o Sérgio Silva, a Lília, a Beth, o Patrício (mesmo de longe), a Wilma e a Nazareth Wanderley.

De amizades que ficam, e eternamente florescendo, e que acompanharam com o coração este trabalho, devo dizer que sem este amor nada poderia ter sido feito: a Lu, a Débora, a Graça, a Regina Célia, a Darcy, a Cecília Perroni, o Renato, a Cecília Travassos, a Vane, o Dudu, o André, a Carmem, a Tina, a Ana, a Tereza, o Zé Machado e a Janet.

Aqueles que me apoiaram "desde sempre", tenho certeza que lutaram junto comigo: o Fábio, o Ivã, a Solange e o Augusto.

O meu pai e a minha mãe merecem todo o meu agradecimento, pois fizeram o "impossível" para ajudar-me nesse período, mais ainda, porque, pelos caminhos da poesia e do amor, souberam falar-me da generosidade, da coragem e da vida!

Também deixo aqui um agradecimento afetuoso ao Dico e à Hilda.

A Ritinha, pela imensa ajuda que me deu, nunca será esquecida.

Aos meus filhos, que levarão a um outro tempo (muito mais que eu) as marcas desse tempo, quero dizer que me lembrarei sempre daquela perguntinha acompanhada de um olharzinho

cheio de expectativa: quantas folhas faltam? A eles, uma homenagem de coração.

Ao Machado, falando de amor, um agradecimento sem fim. Não só por ter feito da minha vida algo com sentido e plenitude, mas também por sua presença incontestável neste trabalho. A sua "resistência", acompanhando-me em todo o percurso da dissertação, revelava-se a cada momento em que corrigia, discutia, ouvia (e como!...). Quantas vezes pediu-me que refizesse, que melhorasse, ou sugerindo que avançasse mais em certas análises. Em todas as linhas aqui desenvolvidas encontra-se a marca da sua dedicação. Mais uma vez não tenho palavras que expressem o que "vai pela alma", contudo posso pelo menos afirmar: meu coração guarda por ele um profundo e grande amor.

Não poderia deixar de mencionar aqui o apoio recebido dos colegas e alunos do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. A todos um "muito obrigada". Da mesma forma, quero assinalar a importância que teve para este trabalho as discussões realizadas junto ao Grupo de Estudos Rurais da Amazônia - GERA/UFMT, onde podíamos apresentar os resultados de nossas pesquisas e lançar nossas perplexidades diante da "avassaladora realidade amazônica". De igual modo, gostaria de externar meus agradecimentos ao PIPSA, pela enriquecedora contribuição que o Grupo da Amazônia pôde oferecer à realização desta tese.

Quero ainda agradecer à Cristina, pela paciência e pelo "entusiasmo" com que datilografou este trabalho.

E, por último, sou grata à Sub-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMT pelo apoio recebido, assim como à CAPES pelo suporte financeiro.

São Paulo, abril de 1.986

CAPÍTULO I

DA REALIDADE DA MISÉRIA À INVENÇÃO

DO PARAÍSO

"Os homens errantes, sempre em busca de alguma coisa, haviam-se tornado nômadas".

JOHN STEINBECK

CAPÍTULO I

DA REALIDADE DA MISÉRIA À INVENÇÃO DO PARAÍSO

A TERRA DESCONHECIDA

Era uma vez um lugar muito bonito, de lenda e solidão, e que só não podia ser mais bonito porque "não tinha homens", e não existindo homens não haveria a família abençoada, a terra trabalhada e tudo se perderia...

Era uma terra sem geada, que nem precisava ser adubada e onde até dava arroz, feijão, mas muito mais cacau, guaraná e o altivo café...

Era realmente uma terra abençoada, com quase tudo de graça (só módicas prestações mensais), mas a família seria assegurada e poder-se-ia até pensar em não mandar o filho para a cidade, pois "naquelas terras" havia terra...

Era uma terra do sonho de toda gente, onde se poderia até *enricar*, seria só ter força de vontade, fé em Deus e mãos à obra, mãe, pai, filho, que todas as dificuldades seriam superadas. A floresta, a tal da Amazônia, não é tão grande assim não...

Era um lugar que só podia assustar pelo mosquito e pela malária, mas que tinha muita gente para ajudar...

Era uma terra em que o começo está fora do tempo, não conta tempo não, porque é lá que está o futuro, um futuro de fartura e até que enfim o sossegar...

DA REALIDADE DA MISÉRIA

Em busca desse lugar muitos lavradores saíram das suas terras, ou somente dos seus trabalhos, acreditando ir ao encontro "do outro lado do mundo". Bem se lembravam, bem viviam a esmagadora realidade da máquina dos outros, da geada, do veneno nos rios, da vida de agonia, que ninguém quer, jamais!

Do sul muita gente seguiu para o norte. Os migrantes têm, nesses últimos tempos, constituído um verdadeiro vagalhão

de homens, todos à procura da "terra desconhecida", de uma longínqua e bem-aventurada terra, concebida, nessa projeção imaginária, para trazer a redenção aos desvalidos e oprimidos.

Recentemente, no *I Encontro da Canção Nativa de Rondônia*, realizada em Ji-Paraná, a letra da maioria das canções apresentadas falava das experiências dos migrantes na sua luta pela terra, da esperança que depositavam em Rondônia e do sofrimento vivido anteriormente. Uma delas, em especial, chama a atenção:

"Entra na roda, sai da agonia
Vem para Rondônia seja noite ou seja dia
Sou mais um...
Sou mais um que apelou para Rondônia
Na hora em que a angústia resolveu me abraçar"(1)

Nada expressa melhor o movimento da migração do que as palavras contidas nestes poucos versos — *roda*, *agonia*, *apelar* e *angústia*. O migrante é aquele que não tem escolha — ele é *mais um* no turbilhão da pobreza, à procura de uma luz para sair de um mundo sem respostas. Embora não tenha sofrido a ação decisiva do flagelo da seca, tal qual os retirantes do nordeste, que, diante da morte iminente, precisam abandonar a sua morada, faz parte, entretanto, do mesmo fundo social que forma e informa a desigualdade, profundamente privilegiadora dos interesses dos grandes proprietários de terra e do capital.

O migrante que saiu do sul ouvindo falar da riqueza do norte, se não foi açoitado, de forma contundente, pela seca, pela enchente e pela geada, retirou-se, também em contraposição a um "mal permanente", a uma perda que se verifica no dia-a-dia. Ainda que estes fenômenos naturais possam em determinados momentos acelerar a migração, não devem, no entanto, ser considerados os seus causadores. A maioria dos colonos, quando entrevistados, apontam a *seca* ou a *geada* como fatores importantes para a sua saída. Contudo, vejo mais como *dificuldades que parecem não ter solução*, para uma população pobre, oprimida politicamente e que sofre uma espoliação constante de seu saber,

(1) I Encontro da Canção Nativa de Rondônia, Ji-Paraná, Março de 1985.

incompatível com os novos *modelos tecnológicos*, que somente atendem poderosos grupos econômicos, tornando inoperante aquele conhecimento transmitido de "pai para filho". Não há mais "saber do povo" que possa controlar uma *natureza* que passa por um contínuo desequilíbrio ecológico, resultando sempre em uma maior miséria. Não há mais tempo, não há mais alegria, tudo está sob o domínio de "um peso e de uma medida". Não. Seria preciso fugir de tudo isto. *Seca* ou *geada* têm, assim, outro sentido, encerram histórias, sentimentos que extrapolam a nossa compreensão.

Aprendendo a natureza dessa *perda* em seu sentido mais profundo, podemos dizer que ela não se manifesta somente nos bens materiais, no "estrangulamento econômico" da pequena propriedade, na falta desta ou na exigência de maior produtividade que pesa sobre o assalariado rural, como também sobre o meiro, o parceiro, o arrendatário, subordinados que estão ao domínio do desenvolvimento do capitalismo no campo. Ela excede esse âmbito. Para além do que a realidade aparente revela - a imagem do empobrecimento estampada no rosto, na moradia, na roupa, no alimento, no corpo cansado de trabalho -, a *perda*, apontando para a agonia, está contida na própria desorientação do lavrador frente ao seu mundo, na ameaça constante que sofre o seu universo cultural e na demonstração inexorável dos "tempos modernos", em que os homens querem, agora, "devorar" o tempo.

Evidentemente, não se trata de conferir um caráter exorbitante ao "universo cultural" da população que vive e tem seus referenciais em seu *habitat* no campo. Da mesma forma, não se trata de eleger uma visão romântica e apologética da vida rural, mas, fundamentalmente, o que quero dizer é que a *velocida*de de novos padrões culturais, atrelados à forma de desenvolvimento do capitalismo no campo, impõe-se de maneira violenta à vida e ao universo das significações culturais dos lavradores. O seu caráter destruturador precisa ser salientado e, o que é pior, os "tempos modernos" trazem novas formas de disciplinar e organizar os homens face à engrenagem de produção de riqueza e poder.

Penso que algumas considerações mais gerais, que envolvem uma discussão sobre *trabalho* e *vida* no mundo rural, preci-

sam ser ressaltadas no âmbito desta problemática. Mais precisamente, uma discussão que tenha como preocupação perceber em que termos os lavradores, em constante processo de empobrecimento, têm suas vidas submetidas e marcadas pelas *determinações do mercado*.

Desde logo considero importante indicar alguns referenciais sociais que permitem colocar a idéia do aprisionamento dos homens do campo (não só os assalariados) ao *tempo abstrato do capital*, mesmo que este não interfira de forma direta na produção familiar.

É necessário que se identifique o lugar que o mercado ocupa no imaginário social dos produtores em geral, entendendo que na sociedade capitalista todos os indivíduos se reconhecem como homens que "devem produzir", que "vivem para produzir" e que somente pelo ato da produção garantem a sua sobrevivência e o relacionamento social. Neste sentido, o mercado aparece como um "mecanismo natural" através do qual todos os homens *compram e vendem* mercadorias. A "ficção" do mercado enquanto o lugar "natural" das trocas entre os homens, dotado de universalidade, como se desde sempre ele tivesse existido na forma capitalista, encobre sua verdadeira *performance*, ou seja, o *locus* onde também se organiza a dominação⁽²⁾. Portanto, interessa enfatizar aqui, o controle que a economia capitalista exerce sobre os pequenos produtores do campo, "recolhendo" o excedente de trabalho e garantindo a apropriação privada da riqueza⁽³⁾.

Os pequenos produtores, de uma maneira ou outra, estão presos em uma imensa teia invisível, a qual inibe todos os outros movimentos, que não aqueles dirigidos pela economia de mercado. Essa inibição desestrutura a linguagem e os valores culturais e a realidade palpável foge-lhes das mãos, não podendo mais se situar "corretamente" face às novas condições do

(2) Sobre o mercado e as estratégias de dominação no regime capitalista, ver a Tese de Mestrado de Machado Fº, *Oswaldo - Sistema de Fábrica e Dominação Social*, Campinas, UNICAMP, 1985, mimeo.

(3) A respeito da subordinação das relações de produção à relação de produção dominante, ver a 1ª. parte do trabalho de Bruit, H.R. - *Acumulação Capitalista na América Latina*, SP, Editora Brasiliense, 1982.

mercado, que privilegiam os grandes proprietários de terra e as empresas rurais. No cotidiano da vida rural, seus problemas vão se acumulando mais e mais - menor produtividade na produção, desintegração familiar, mais trabalho, menos lazer, maior empobrecimento. Os acontecimentos que rondam sua vida vão ficando sem solução - nisto consiste o "mal permanente" -, revelando a agonia que aquela canção do "*Migrante sou mais um*" atestava.

Assim, recuperar a dimensão da *miséria do homem* na sociedade de mercado, que reduz os trabalhadores pobres, seja no campo ou na cidade, em "servidores do trabalho", implica em trazer para o debate algumas questões referentes ao *tempo do capital*. Em outras palavras, o domínio do tempo útil é a estratégia pela qual se pode garantir uma ordem social de trabalho.

Ao se referir a esta questão, Maria Stella Bresciani observa que a *noção de tempo útil* é imprescindível para a constituição da sociedade do trabalho:

"Ela arranca o homem da lógica da natureza, dos dias de duração variada de acordo com as tarefas a cumprir no decorrer das diversas estações do ano, e o introduz ao tempo útil do patrão, o tempo abstrato e produtivo, o único concebido como capaz de gerar abundância e riqueza, e, mais importante ainda, o único capaz de constituir a sociedade disciplinada de ponta a ponta. Em obediência ao seu contínuo e irreversível fluxo, à repetição diária dos mesmos percursos em direção às mesmas tarefas em momentos previsíveis desse envolver linear, a sociedade do trabalho se institui e elabora sua própria imagem"⁽⁴⁾.

A diferenciação básica que ocorre na economia de mercado é a transformação das tarefas diárias, orientadas pela "lógica da necessidade", em trabalho regulado, onde o tempo começa a se converter em dinheiro.

(4) Bresciani, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo da Pobreza, SP, Editora Brasiliense, 1982, p. 18.

E.P. Thompson, ao se referir à concepção de tempo em sociedades ditas camponesas - "com um mínimo de comercialização" - assinala três pontos fundamentais, considerando que a noção de tempo preponderante nestes contextos está contida nas próprias necessidades dessas comunidades:

"El primero es que, en cierto sentido, es mas comprensible humanamente ("orientación al quehacer") que el trabajo regulado por horas. El campesino o trabajador parece ocuparse de lo que es una necesidad constatada. En segundo lugar, una comunidad donde es normal la orientación al quehacer parece mostrar una demarcación menor entre "trabajo" y "vida". Las relaciones sociales y el trabajo están entremezclados - la jornada de trabajo se alarga o contrae de acuerdo con las necesarias labores - y no existe mayor sentido de conflicto entre el trabajo y el "pasar el tiempo". En tercer lugar, al hombre acostumbrado al trabajo regulado por reloj, esta actitud hacia el trabajo le parece antieconómica y carente de apremio"⁽⁵⁾.

A orientação das tarefas diárias, que antes era condicionada por uma representação interna ligada ao tempo da natureza, tem agora no tempo do mercado seu ritmo fundamental, dirigindo todo trabalho à utilidade da produção de mercadorias. Com isso, observa-se uma mudança estrutural na concepção de tempo:

"El tiempo se convierte en moneda: no pasa sino que se gasta"⁽⁶⁾.

(5) Thompson, E.P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial), Barcelona, Editorial Critica, 1979, p. 245.

(6) Idem, *ibidem*, p. 247; o autor aborda brilhantemente toda essa questão - do tempo que se converte em dinheiro, dinheiro do patrão - mais especificamente no capítulo "Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial", pp.239-293;

Com efeito, sob a lógica do capital, todo trabalho deve produzir o que é útil para ser transformado em dinheiro no mercado. O "passar do tempo", desprendendo-se de qualquer concepção de lazer, traz agora a idéia de que a tudo se deve *somar*. O produto do trabalho não é mais o resultado da dedicação, da criatividade, e sim produto do esforço, do cansaço e da obrigatoriedade, fazendo com que me lembre aqui das palavras de Paul Valéry, tão caras a Walter Benjamin:

"... e acabou o tempo em que o tempo não vinha ao caso. O homem de hoje não trabalha mais naquilo que não pode ser abreviado"⁽⁷⁾.

Trabalhar significa, agora, romper com a "lógica da natureza", e a introdução de novas tecnologias vem sempre para subverter essa mesma ordem. Tudo se volta para a aceleração da vida, do trabalho e da produtividade; e a organização da produção, mesmo a do tipo familiar, ajusta-se ao tempo da máquina, do banco, do patrão. De uma integração maior entre o *tempo* e a *natureza* dentro da "lógica da necessidade", os pequenos produtores agrícolas, à medida em que sofrem o processo de sujeição ao capital, passam, obrigatoriamente, a ser comandados pela "lógica da acumulação". Nesse sentido, a *natureza* e o *tempo* adquirem, cada vez mais, uma face hostil a esses produtores, porque agora a luta, para que haja uma maior produtividade na lavoura, tem de ser, justamente, *contra a natureza* e "contra o tempo". O ritmo do tempo da natureza cede lugar ao ritmo do tempo do mercado, da mesma forma que poderíamos dizer: o canto do gallo já não pode mais ser ouvido por causa das ruidosas batidas do relógio! Se todo o conhecimento do homem do campo era produto de uma aprendizagem com a *natureza*, procurando desvendar os seus mistérios, como fica a sua situação agora, diante da engrenagem do relógio? Em outros termos, se anteriormente a organização do trabalho no campo obedecia a um determinado saber que o lavrador detinha e que lhe parecia "natural" e "íntimo", como irá se comportar face a um mundo onde lhe ensinam uma *outra ordem* para as coisas?

(7) Benjamin, Walter. "O Narrador", in Os Pensadores, SP. Editora Abril Cultural, 1980, p. 63.

Na verdade, também está ocorrendo ou já ocorreu, nesse contexto onde tudo se conduz pela óptica da *utilidade*, um fenômeno catastrófico na vida do lavrador - está sendo (ou foi) despojado da sua capacidade de aconselhar, oriunda dos ensinamentos retirados das experiências de trabalho passadas⁽⁸⁾. A arte de aconselhar se constituía em fonte de respeito e sabedoria que parentes e vizinhos sempre receberam dos mais velhos. Essa perda não vem sozinha. Ela traz consigo o sentimento de *inutilidade*, de "desordem de valores" e da insignificância do homem como sujeito da sua própria história. Esse processo de *perda da capacidade de aconselhar* influi decisivamente na relação do homem do campo com o mundo exterior, levando-o a romper com determinados elos de solidariedade entre "os conhecidos" do mesmo lugar e a mergulhar, conseqüentemente, em uma maior solidão.

Se dedicássemos um tempo maior ao estudo das significações sociais compreendidas na linguagem dos pequenos produtores rurais, poderíamos descobrir que a relação entre a *palavra* e o seu *significado* - a *significação*, está perturbada, e, na maioria das vezes, sem correspondência com o sentido que tem para aquele que a emite. Para Castoriadis, a *significação* "... nunca é separável do referente". Por não a reduzir ao referente, toma o cuidado de deixar claro que: "não digo que a significação da linguagem *só* seja sempre o *referente*...", mas "... que ela compreende também a remissão ao referente (...)" Enfim - conclui o autor - nas considerações da linguagem, não podemos fazer abstração do fato de que, certamente de uma outra maneira, a significação remete às representações dos indivíduos, efetivas ou virtuais, que ela suscita, induz, permite, modela. Sem esta relação não há linguagem; a permeabilidade indeterminada e indefinida entre os mundos de representações dos indivíduos e os significados lingüísticos é condição de existência, de funcionamento e de alteração tanto para uns como para outros"⁽⁹⁾.

(8) Sobre esta interação entre a arte de aconselhar e o trabalho das mãos que ensinam, ver particularmente o livro de Ecléa Bosi. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, SP, T.A. Queiroz Editor, 1979; ver também o artigo acima citado "O Narrador", de W. Benjamin, op.cit.

(9) Castoriadis, Cornélius. A Instituição Imaginária da Sociedade, RJ, Paz e Terra, 1982, p. 391.

Portanto, o homem da terra, da "roça", não só está perdendo a sua capacidade de aconselhar como ainda não sabe mais com que palavras aconselhar, diante de um mundo que se lhe torna cada vez mais estranho. Essa dificuldade tem uma correspondência direta com a aceleração do trabalho nos *novos tempos*, sendo que o lazer e a satisfação real das necessidades confundem-se com uma vida pesada, desinteressante e angustiante.

Certamente essas determinações extrapolam a realidade a nível econômico e interferem decisivamente no conjunto das significações imaginárias, modificando concepções de mundo, recriando aspirações e novos projetos de vida. Depois há mais: uma chama viva que brota de dentro dos homens, a empurrar-lhes para a frente. Mesmo que sombras sinistras pairassem sobre eles, fazendo-os receosos, mesmo assim, ludibriariam o desalento e iriam ao encontro do desconhecido, avançando sempre!

*

A estória do faz-de-conta inicialmente enunciada é a própria representação da esperança para aqueles que criam a expectativa de dar um passo além do limite. Os lavradores empobrecidos ao entrarem em contato com as notícias de fartura, riqueza e bem-estar em uma outra terra, sentem-se envolvidos até o fundo da alma, sensibilizando-se de pronto para as propagandas das empresas colonizadoras e outras informações que correm desses lugares ditos "novos".

Desta forma, o deslocamento para a Amazônia aparece para o lavrador como a possibilidade de ir ao encontro da uma terra desconhecida e, por isso mesmo, fascinante. Essa construção imaginária tem como fulcro principal a *crença na riqueza: atração e fé* se mesclam nesta visão do *novo*, que têm como essência a promessa de uma vida melhor.

Mas isso não é tudo. Há um entrelaçamento entre o passado, dos fragmentos que constituem a sua existência anterior, e a sua vontade presente que o impulsiona para o futuro. Se para a caminhada levaram poucos bens, carregaram, sem dúvida, o fardo do passado que a memória teima em trazer ao presente. Não foi fácil abandonar a última morada. Venderam alguns objetos, desfizeram-se de outros. Teriam que levar o necessário para co

mer, dormir e vestir. Mas, como era difícil! E os olhares se prolongavam sobre as coisas e a emoção fervilhava em seus corações. Ao retratar os arranjos da mudança de uma família de lavradores de Oklahoma para a Califórnia, John Steinbeck, em *As Vinhas da Ira*, apreende com precisão inigualável o significado que tem para os lavradores vender as suas poucas coisas e os seus animais:

"O senhor não está a comprar só velharias, o senhor está a comprar vidas arruinadas" - E um pouco mais adiante — "O senhor está a comprar uma menina que entranchava a crina deles, tirando a fita dos seus próprios cabelos para a amarrar à crina dos cavalos, uma menina de cabecinha encostada ao pescoço dos animais, de cabeça erguida, a esfregar-lhe o focinho no rosto dela. O senhor está a comprar anos de lides de sol a sol; está a comprar uma aflição que nem eu sei contar. Mas olhe, há uma coisa que vai junto com esse montão de objetos que o senhor comprou, junto com esses baços tão lindos - é uma carga de amarguras, que crescerá na sua casa e florescerá um dia"⁽¹⁰⁾.

Lembranças, sentimentos de perda, revoltas incontidas, aceitação muda - tudo isso tinha que ser levado em conta. No lugar que deixaram para trás, não só tiveram uma vida dedicada ao trabalho, mas também uma vida de muitas esperanças; mas a terra - a "estreiteza da terra", como eles mesmos costumam dizer - não apresentava condições para manter a família unida, e a espera de que as coisas se modificassem começava a se desvanecer e a se apagar quase completamente.

Assim, o desmembramento da família, da terra, o subemprego, significavam uma coisa só - a morte do futuro, a inutilidade da vida. Como não pensar na "terra desconhecida" trazendo ou repondo a idéia de futuro? Não poderia *esta terra* aparecer identificada com "*a busca do tempo perdido*"? Para estas

(10) Steinbeck, John. *As Vinhas da Ira*. Tradução de Virgínia Motta, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", 7a. Edição, sem data, pp. 90 e 91.

questões não existem respostas prontas e acabadas, somente o colono, no âmago do seu sentimento, em silêncio, recolhido e calado, pode encontrá-las (ou não). Mas sabiam, pelo menos, que a resolução estava tomada.

ALTA FLORESTA: A LENDA DO OURO VERDE OU AS ESTÓRIAS DO CAFÉ SEM GEADA

Recomeçariam novamente. Venderiam os poucos alqueires de terra que possuíam⁽¹¹⁾, enfrentariam a derrubada da mata e plantariam na "terra em que tudo dá". Tornar-se-iam os mais novos colonos nas terras da Amazônia, e principalmente de um lugar muito especial, onde havia uma colonizadora com um nome "bastante esquisito" chamada Indeco. Mas para todos eles o nome da gleba era "muito bonito, igual ao lugar" - Alta Floresta: "tudo aqui cresce rapidamente, as plantas têm folhas muito verdes, os frutos são maiores e as árvores chegam a fechar o céu". E quase nunca se esqueciam de completar: "— Aqui é um lugar abençoado por Deus!".

Entretanto, um impulso mais forte os motivou a sair do meio onde viviam anteriormente. As palavras de um desses colonos, expressando um sentimento que era o de todos, vêm impregnadas de um forte apelo ao *destino*: "— Que esta seja uma cidade que ajude a gente e os filhos da gente que chegou tudo junto aqui comigo. *Porque a gente acreditou que este lugar ia oferecer o melhor pra nossa vida*". Sem contar com a fé, certamente não teriam ido. Por pior que fossem as suas condições de vida no sul, teriam resistido e ficado.

Para os colonos, portanto, não há uma efetiva separação entre a experiência da pobreza e exploração do seu trabalho na "antiga terra" com o desejo de melhorar a vida e a fé na nova terra. Se procurássemos separar um desses elementos e estigmatizá-lo com a *razão para a saída*, estaríamos incorrendo em equívoco. Miséria, sonho e fé constituem partes da mesma substância causadora da partida.

(11) Pelas informações obtidas junto aos próprios colonos, o número de alqueires que antes possuíam no Paraná variava em torno de 2 a 10 alqueires, no máximo. E deixavam bem claro que não tinham meios econômicos para capitalizar a sua propriedade agrícola.

Chama-nos a atenção o papel importante das propagandas da empresa de colonização para a construção do *sonho*, jogando com a *miséria* e, ao mesmo tempo, contando com a *fé*. Abrangendo vários elementos extremamente significativos no imaginário social do lavrador, as idéias produzidas pela propaganda vão penetrando tal qual uma pequena luz que vai crescendo, como o sol ao amanhecer e o rumer do novo dia, para acordar as esperanças e aplacar a dor padecida. Como um sinal que bate, alerta e diz:

— Abra a porta, escute, sinta, veja, eu lhe apresento:

"A Indeco S/A., oferece a você agricultor e sua família, uma nova opção de vida.

Venha plantar conosco, nas terras férteis dos projetos Alta Floresta e Paranaíta, as rentáveis culturas do café, arroz, feijão, milho, mandioca e outras. Desfrute da infra-estrutura que a cidade de Alta Floresta já lhe oferece.

Energia elétrica, hospitais, escolas rurais e urbanas, Bancos: do Brasil, Basa e Financal, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), culturas financiadas, comercialização garantida... tudo que sua família precisa para uma vida melhor. Participe desta nova filosofia de colonização das terras nobres da Amazônia com agricultura perene, que a Indeco está desenvolvendo"⁽¹²⁾.

Ao oferecer "uma nova opção de vida", a empresa trazia à tona as precárias condições de existência do pequeno produtor, sem que tivesse que se referir diretamente à sua situação. Demonstrando um *saber* sobre a condição social e econômica de cada uma dessas famílias de trabalhadores, colocava à sua disposição a oportunidade de participar de um novo núcleo de colonização, onde, do ponto de vista social, haveria lugar para todos. Esta projeção encontra respaldo no argumento de que lá os homens encontrariam terra e trabalho, podendo, portanto, vir a ser um agricultor bem sucedido.

(12) Cartaz da Indeco, obtido em seu escritório de Alta Floresta.

A estratégia principal da propaganda da empresa foi a de reunir em um só anúncio três pontos principais: *a terra; a família; o futuro*. Visto em seu conjunto, o anúncio revela-se, de fato, como um jogo enunciativo que articula essas três palavras-chave a fim de capturar a alma do *lavrador sem destino*. Os enunciados passam a mensagem de que nas "terras nobres" da Indeco o pequeno produtor poderá desenvolver não só uma boa agricultura, mas terá uma "comercialização garantida"; *podrá* contar com escolas e hospitais, indispensáveis para garantir que a família permaneça unida. Tudo vinha alinhavado, e o futuro de riqueza apresenta-se como resultado desta "nova opção", frente a um mundo que, em uma construção ideológica, já nasce para atender o agricultor: — "... tudo que sua família precisa para uma vida melhor".

Uma das coisas que mais chama a atenção na propaganda é a maneira pela qual a empresa privilegiou determinadas questões fundamentais à vida do pequeno produtor. Centrando no próprio lavrador o ponto de partida, caracteriza a desestruturação econômica da pequena propriedade, sobre a qual se definem as condições sociais da família, seus valores culturais, seu futuro, etc. Embora a empresa tenha criado a imagem *santa* ou *demoníaca* a fim de excitar ou conturbar os sentimentos e paixões do colono com relação ao novo lugar, na verdade a estratégia se voltou para produzir a *possibilidade da riqueza*.

Entretanto, o que não se pode esquecer é que a imagem mítica da nova terra, inseparável da representação de riqueza, passa por um processo de *reelaboração* na mente do homem do campo. Este, ao responder positivamente à colonizadora, não apresenta uma *resposta-reflexo*, mas, ao nível psicológico, prepara sua resposta a partir das suas próprias aspirações e reivindicações de vida. Isto não quer dizer que a sua resposta não seja social, ao contrário, ela é produzida na miséria da sua condição de homem explorado, que aprendeu a identificar muito bem *onde e o que* é preciso para um reconhecimento social. Ser "dono da terra" (e até mesmo adquirí-la), com extensão suficiente para manter a produção familiar, se lhe afigura, enquanto pequeno produtor, como a única forma de garantir o futuro. Em outros termos, sabe muito bem que a impossibilidade de aumentar a propriedade, ou mesmo de mantê-la, significaria a sua fragmentação (minifundização) e a eventual passagem da sua condição de pequeno proprietário para assalariado, ou para arrendatário ou para parceiro, etc.

No interior desse quadro, juntamente com a falta de terra, somavam-se outros problemas que agudizavam ainda mais a situação de empobrecimento constante do pequeno produtor. Devido às suas condições de produção se apresentarem muito precárias (onde a renda líquida mal cobre as mínimas necessidades de sobrevivência), não era possível elevar o patamar tecnológico na unidade agrícola, não se incorporando ao sistema de crédito e insumos modernos. Portanto, a capacidade para realizar novos investimentos era quase nula e problemas vitais como a diminuição crescente da "fertilidade do solo" e o tamanho insuficiente da terra para o trabalho da família tornavam-se insolúveis, como uma bola de neve que aumentava mais e mais. Pode-se dizer que se tornava cada vez mais restrita a participação do pequeno produtor rural, tanto no espaço econômico quanto no político.

Sob o peso dessa situação, uma massa expressiva de produtores familiares, sem meios econômicos para *modernizar* o setor produtivo, frente aos regulamentos de uma política econômica voltada para fortalecer o complexo agroindustrial, e por conseguinte a empresa rural, foi marginalizada dos mercados mais dinâmicos. Ocorre que esta é uma condição resultante das determinações do capitalismo no Brasil, fato este bem observado por Sérgio Silva, ao afirmar:

"... o estabelecimento agropecuário brasileiro (considerado aqui como unidade de produção) parece ser basicamente uma unidade que trabalha com insumos industriais, crédito, assalariamento e que está fortemente vinculada à política governamental"⁽¹³⁾

Todavia, o que tornou a situação tão catastrófica para esse produtor rural, sem meios de capitalizar sua propriedade? A resposta é imediata: precisamente o fato de que o processo político brasileiro evoluiu no sentido de afastar do pleno exercício os projetos de reformas sociais que pudessem alterar de alguma forma um quadro de alta concentração econômica da iniciativa privada. No âmbito das estratégias de dominação política, o governo militar utilizou mecanismos para desbaratar as

(13) Silva, Sérgio. "Estudos sobre a Estrutura de Produção e a Questão Agrária", Cadernos IFCH/UNICAMP, nº 11, 1984, p. 40.

representatividades políticas, tanto urbanas quanto rurais. Neste sentido, a população rural empobrecida ficou à mercê de um regime político autoritário *que legislou por decretos-leis* e impôs um controle social no meio rural, não só no âmbito da repressão aberta, mas ainda com uma política sindical assistencialista, cooperativismo, etc. Com isto ficaram obstruídos os canais políticos de participação dos trabalhadores, em que suas reivindicações e os seus direitos não foram atendidos e nem mesmo questionados pelos dirigentes políticos do país.

Mediante esta conjuntura política, o acesso à terra pelos trabalhadores pobres do campo ficou extremamente dificultado. Além disso, como já foi observado mais acima, a própria manutenção da propriedade, frente a este contexto político e econômico, resultou em uma grande exploração do trabalho e, mais comumente, em um semi-abandono da terra ou até mesmo a sua perda total.

Foram com estes dados que a propaganda da empresa jogou. *As longínquas terras férteis da Amazônia* eram trazidas para bem perto do imaginário social do pequeno produtor, cabendo-lhe, portanto, como num passe de mágica, ocupá-las. Na verdade, os signos que caracterizavam a nova terra vinham nessa representação, dotar de materialidade o mundo imaginário, aproximando-o do produtor, colocando-o ao alcance de suas mãos (apesar da distância geográfica). "A nova filosofia de colonização" se concretizava muito claramente na cidade que surgia do "espírito empreendedor da Indeco".

Não resta dúvida de que a empresa organizou um imenso aparato propagandístico voltado para promover suas terras. A fim de agilizar a venda dos lotes, instalou seus escritórios de representação em determinadas localidades do Estado do Paraná⁽¹⁴⁾, pois aí se encontrava o pequeno proprietário que, nas próprias palavras do diretor da Indeco "— era o tipo ideal para ser o colono nas terras da Amazônia"⁽¹⁵⁾.

No período de implantação do projeto de colonização, a empresa envolveu praticamente todos os meios de comunicação

(14) Foz do Iguaçu, Maringá, Marechal Cândido Rondon e Umuarama.

(15) Tratarei especificamente sobre o "colono modelo" para a colonização, na concepção da empresa, no Capítulo III.

disponíveis, desde o rádio, a televisão, os jornais. Mas a grande estratégia de venda estava centrada no emprego de corretores, encarregados de estabelecer contatos diretos com os pequenos proprietários, a fim de induzi-los a se interessar efetivamente pela nova área. Esses corretores, buscando objetivar tais desígnios, apresentavam amostras de café e outros frutos, mas principalmente mostravam folhetos e fotos tiradas na fazenda-modelo Caiabi (empresa subsidiária) como também de certos lotes, escolhidos para serem os "cartões de visita" de Alta Floresta. Tais fotos expunham um visual a cores fantástico e extremamente sugestivo.

Portanto, atingindo os seus objetivos, os incentivos aguçavam o interesse dos colonos pela possibilidade de riqueza do "novo lugar": "— Nós ouvia falar muito, de vários jeitos, no rádio... os corretores vinham falar no mínimo duas vezes com a gente, fazia de tudo pra nos convencer, porque nós ficava assim com um pé atrás com a conversa do corretor, a gente desconfia de muita coisa oferecida, né? Mais aí a gente ficava sabendo que a terra aqui era boa e a documentação sadia e enxuta".

Mas, nos primeiros tempos, era preciso oferecer mais do que uma garantia de documentação segura para convencer os pequenos proprietários. Por isso, a empresa proporcionava transporte gratuito e se encarregava também de fornecer as condições necessárias para que os colonos pudessem, acompanhados pelos mostradores e corretores, conhecer a área de colonização. O depoimento daqueles que no início (1976/77) conseguiram ver a terra antes de comprá-la é, nesse sentido, por demais explícito: "— Mais pra frente a gente resolvia visitar, queria ver tudo do que ele tinha mostrado na propaganda, o corretor sabia que a gente queria conferir, né...".

De fato, isto constava dos planos da empresa. O seu pessoal estava encarregado de mostrar aos colonos toda a exuberância da terra, para convencê-los da possibilidade econômica do empreendimento agrícola e, conseqüentemente, do bem-estar social que daí resultaria. Em suma, procurava por todos os meios a seu alcance estimular o colono a se estabelecer na nova terra: apontando os investimentos na infraestrutura do núcleo de colonização; infundindo-lhe segurança sobre as condições propícias para o desenvolvimento de uma "boa lavoura", descortinando-lhe, pois, um futuro promissor. O certo é que o dono da co-

lonizadora, Ariosto Da Riva, oferecia a todos seus préstimos, porque sabia que, da fixação dos colonos dependia o êxito da colonização — "Era o pai de todos nós", nas palavras da maioria das pessoas do lugar.

Depois que várias lavouras tinham sido formadas e que muitos colonos já haviam aberto seus sítios, principalmente após o segundo ano (1978), a empresa deixou de financiar o transporte aos colonos que se dirigiam a Alta Floresta, a não ser internamente, já na própria gleba, para atender alguns propósitos, tais como o de fazer a "amostragem da terra", o reconhecimento do sítio, a localização dos limites, etc. Isto foi possível, em tão curto espaço de tempo, porque neste momento já se difundira o sistema "das pessoas de lá chamarem as de cá", isto é, porque o fluxo de notícias corria "de boca em boca" pelo correio familiar e da boa vizinhança — a "terra do café sem geada" e que "tinha lugar pra todo mundo", ficava famosa no meio daquela gente com pouca ou nenhuma terra.

Assim é que, mesmo com toda a propaganda dirigida, o que realmente mais fortalecia a idéia ou a credibilidade na outra terra eram as notícias promissoras que corriam de família para família, de conhecido para conhecido, dos que já haviam partido e daqueles que estavam prestes a partir — o Eldorado assegnoreava-se pouco a pouco da alma dos indivíduos. De acordo com os colonos, "a Indeco nem precisava mais fazer propaganda (...) a gente mesmo se encarregava de avisar os parente, os vizinho e os conhecido".

Depois de as notícias terem se espalhado, de as histórias acreditadas, da geada que caía, da seca que assolava, do veneno que matava, das plantas que não cresciam, da terra que diminuía, do coração que se apertava... Depois da vida, em nome da vida... A terra desconhecida chamava!

Seu Pedro Sincero repetia coisas de tantos: "Viemo pra Alta Floresta porque a fama corria daqui, que aqui era bom e que dava mais. É a fama! A fama daqui tá semeada no mundo todo. Foi geralmente as pessoa, o rádio... Tava aquela geada, aquele tempo e a gente se aconteceu de aborrecê!". Não é sem amargura que ele fala desse tempo. Mas a fama da *terra da fartura* chegava com mais força: já havia sido "semeada" por todos os campos da imaginação. E vinha com aliados poderosos; a terra também era "larga e extensa", não tinha seca nem geada e podia dar muito café".

Entre as histórias dos colonos, narradas longamente ao sabor das lembranças, as experiências passadas na lida com a terra saltavam do fluxo da memória com vida renovada. Pelo visto, não conseguiam imaginar suas vidas sem o trabalho no campo e faziam questão de indicar o seu cotidiano, passado e presente, retratado "— no corpo da gente, dobrado sobre a terra, olhando e cuidando das lavoura... num é só a mão que planta, os pés também... e a gente sabe, a gente sente quando as coisa vai bem ou caminha pra pior". E, ao falarem da situação difícil que enfrentavam no Paranã, estabeleciam o elo mais forte com o novo lugar: "— Viemo de Francisco Alves, no Paranã. Viemo porque a terra lá era pouca, era só cinco alqueire, era boa a terra, mais geava muito, não colhia mais café, só soja. De lá eu vim vê aqui porque aqui tem mais terra. *Aqui tem muita terra!* Vim com a família inteira, semo em deiz, tinha onze... a filha mais velha fugiu. Os homem tão tudo aí no fundo do lote, tá tudo casado! Lá no Paranã a gente já tava até fazeno serviço fora, pra completar o ganho, num tinha mais tempo pra nossa plantação, comendo sem fartura nenhuma, os filho já precisano sair, a escola que era difícil e que precisava, né?"

Este entendimento do "velho mundo" revelava as condições anteriores que os angustiavam e os jogavam cada vez mais em um tempo que não era seu. O assalariamento temporário, a má alimentação, o desmembramento da família, tudo confluía para uma necessidade crescente de dinheiro: produzir o alimento para a família era "muito custoso" e também já não sobrava mais tempo para a produção doméstica⁽¹⁶⁾. Precisavam de dinheiro pa

(16) Caracteriza-se aí um empobrecimento constante do pequeno proprietário, que deve reduzir o tempo de trabalho necessário para a reprodução social da família em prol do tempo de trabalho excedente que será apropriado pelo capital. A respeito do "assalariamento temporário", que tanta importância assume hoje, nesse cenário rural, verificar o trabalho de Sérgio Silva acima citado. "Estudos sobre a Estrutura de Produção e a Questão Agrária", onde o autor, de forma categórica, aponta para a seguinte conclusão: "... as informações disponíveis sobre a importância dos 'assalariados temporários' e sobre a elevada participação dentro dessa categoria de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, permitem-nos concluir que os agricultores registrados como 'pessoal ocupado' nesses estabelecimentos mais pobres constituem a base de uma imensa oferta de mão-de-obra ocupada - ou, mais precisamente, sub-ocupada - sob a forma de assalariamento", p. 41.

ra comprar tudo; quando pensavam em dar escola aos seus filhos, já previam uma "mudança futura" no emprego dessa força de trabalho. Por isso mesmo, poder contar com os filhos todos juntos dava à "nova terra" um valor inestimável.

E as lembranças das dificuldades passadas continuavam a ser desfiadas nos seus relatos, como nas palavras da mulher de um dos colonos: "— Saímo do Paraná porque os trem dele lá era poquinho, era só oito alqueire e meio e tinha meus irmão, tudo morava junto com a gente, ajudava a tocar a lavoura, aí ele queria comprar mais terra e a gente veio plantar café e pasto, né? A turma da Indeco foi pra lá, o corretor falou pra ele se num queria vim pra cá, aí ele falô: '— Eu vou... eu vou porque eu quero comprar mais terra, a terra aqui pra mim é muito pouca e é bastante gente". Ou então, o deste outro colono, que ressalta, de maneira muito clara e direta, a pressão da grande propriedade e a utilização de agrotóxicos, tornando inviável a vida em suas terras: "Quando saí do Paraná minha idéia era terra. Vim pra comprar mais deiz alqueire e comprei cinquenta. Lá eu tinha deiz alqueire no meio de mil e seiscentos... circulando tudo... Daí tive que espirrar fora, porque achei que o veneno tava prejudicando os peixe e por isso vim pra Alta Floresta. A gente acreditou muito nesse lugar, que ajuda a gente e os filho da gente que chegou aqui junto!".

E os colonos iam contando sobre as razões que os levaram a tomar uma decisão que praticamente envolvia toda a família; explicavam que estavam "esprimidos num mesmo sítio"; falavam da "falta de fartura e sossego" e projetavam encontrar "salvação para a família" pela reunião de todos em um mesmo lugar. Depois de algum tempo, muitos deles conseguiram este objetivo⁽¹⁷⁾.

Contudo, é preciso chamar a atenção para o fato de que não foram sensibilizados apenas os pequenos proprietários. Trabalhadores sem terra também se deslocaram para Alta Floresta. Afinal, eles também tinham ouvido muitas estórias a respeito das riquezas existentes em plena selva: "— Eu vim me aventu-

(17) A organização do trabalho familiar no campo leva os colonos a planejarem o deslocamento para outra região, em termos da família. Muitas vezes ocorre um fracionamento temporário do grupo, para depois se reunirem novamente.

rã... ouvia muita gente falar, ouvimo no rádio... aí a gente veio, porque a gente assim é pobre, não tinha terra, nem nada, saímo, né?" Todos só pensavam em possuir um pedaço de chão, para poder "tocar" sua própria lavoura. O depoimento de um dos colonos é, a este respeito, bastante esclarecedor: "— A gente trouxe uma turma aí pra ajudã a formã esse café, mas só deu problema, eles num queriam trabalhã assim, queriam era terra!"

Assim, desses homens sem terra, mas que através dela procuravam a sua realização, "a façanha" de Antônio Vacaro não acontecia todos os dias. Trazia a marca da sorte. Em outros tempos, chegou a ter cinco alqueires de terra no Paranã, mas duas ou três geadas acabaram com a sua lavoura de café e tudo que tinha. Lá, tornou-se impossível readquirir novas terras, devido ao seu preço: "— É muito caro, e ninguém quer arrendar". Ficou sabendo das terras de Alta Floresta: "— Aí peguei uma condução e fui até lá pra ver, achei a terra mole e escura, vi que era boa pra plantar café. Eu já tava com cinquenta e dois ano e sete filho, tocava uma lavoura de soja e trigo no Paranã, trabalhava muito e num tava dando. Aí chamei uns parente e conseguimo comprã terra. Tudo deu certo, seguimo esse caminho por que *alguma coisa aqui dentro de mim falava pra gente tentar...* foi a sorte! Muita gente chegou aí e não conseguiu nada, e a gente era mais pobre que muitos deles".

Desta forma, a confiança na nova terra "incendiava o coração da gente" - dizia um colono -, como se esse devir trouxesse consigo a panacéia, um bem sagrado capaz de suplantar qualquer mal.

Essa confiança era reforçada pelas estórias de que a terra "era boa pra plantar café". De fato, de todas as culturas que as propagandas alardeavam como excelentes para a agricultura na área do projeto de colonização, a que mais chamava a atenção do *lavrador do sul* era a do café, sua lavoura preferida, sua antiga conhecida: "— Dona, eu vim pra cá por causa do café, desde cinquenta que eu trabalho no café. Eu vim pra plantã o café... porque eu vi as foto, num podia ter uma coisa mais preciosa!". Em seguida, revelando uma experiência, um saber que era o da maioria daqueles que haviam se deslocado para as novas terras, este lavrador era por demais incisivo: "— A gente num sabe fazer outra coisa, nascimo debaixo de um pé de café!".

Animados por uma "derradeira tentativa" na Amazônia, diante dos constantes fracassos experimentados no sul, esses novos pioneiros não ousaram, em uníssono, esconder as esperanças que depositavam na lavoura de café: "— Café, vou plantar café... no início, se fosse pra plantar o guaraná eu num viria, nem pro cacau, era o café!".

A "terra do café sem geada", do belo e exuberante café das propagandas, onde "se podia ficar com os filho tudo junto", ganhava um esplendor muito especial, o esplendor do *ouro verde*.

Perseguindo a lenda do *ouro verde*, que ao longo dos tempos assinalou a epopéia de pioneiros e desbravadores de sertões - Vale do Paraíba, Oeste Paulista, Norte Paranaense -, um verdadeiro vagalhão de homens acorreu, aos magotes, do sul para as matas amazônicas. Dos tempos de hoje, é da imensidão da Amazônia que ressoa o clamor da lenda, reposta com força renovada. Uma "nova riqueza" passa a ser aventada para as tão propagandas manchas de terras agricultáveis da Amazônia: no *ouro verde* estava o mais importante estímulo capaz de levar agricultores de regiões tradicionalmente dedicadas à lavoura do café a ocupar produtivamente a *nova fronteira agrícola*.

Recebendo então a atenção particular da empresa colonizadora, através de redobrados esforços de propaganda, a cultura do café tornou-se, num primeiro momento, um dos principais instrumentos para incitar o colono ao deslocamento. Em seus primeiros anos de lavoura em Alta Floresta, o *mundo novo*⁽¹⁸⁾ superava todas as expectativas de crescimento. As primeiras floradas, bem como os primeiros frutos, *rendiam* fotos de um pé de café quase irreal, levando muitos a dizer que "só podia ser um lugar abençoado por Deus" e que iria ajudar muito "a gente ter fartura, sossego e terra pros filho".

Mas em curto espaço de tempo, os fatos acabariam por demonstrar que nem tudo era como exibiam as propagandas dos cafezais carregados de frutos. Nem tampouco a riqueza de "uma vida melhor" se descolava dos cartazes para, do mundo da ficção, vir a tornar realidade o novo projeto do lavrador pobre. E um grito surdo ecoou por todo o núcleo de colonização. Não sabiam o que poderia acontecer, mas quem sabe alguma coisa viria ajudá-los!

(18) Variedade do café arábica.

Passados os três primeiros anos, o café *mundo novo* demonstrou que não era o mais apropriado para aquele tipo de solo - crescia muito, folhas bonitas, mas poucos frutos: "— Meu cafezal no começo era tão florido que encantava, e agora não dá trinta por cento do que poderia render... era até difícil de acreditar nas foto".

Do início da colonização, através da trajetória de vida de um arrendatário em Alta Floresta, podemos conhecer um pouco dessa história do café, da planta de brilho invulgar, do *ouro verde*, maldição para muitos que nele acreditou: "— No começo da colonização este lote produzia o café mais bonito do lugar. As fotos da florada do café ninguém acreditava de tão bonito, isto aí tudo ficava branquinho!... todo mundo que chegava aqui pra ver as terra, os homem da Indeco trazia pra vê meu café, era mostrado pra todo mundo e até lá no Paraná, porque eles levavam as foto daqui, era o cartão de visita do lugar... A Indeco vendeu muita terra com o meu café!". Em seguida, muito abatido, continuava falando alto e cada vez com mais raiva: "— No início a gente recebia aqui os mantimento de avião, que a Indeco mandava, era bem tratado que só vendo, tinham até prometido um lote pra mim, que fiquei esperano, e só que demorava... Até que começaram a aparecer os problema com o café e agora os homem nem aparece por aqui... Num sei nem o que fazer, somo em vinte e duas pessoa da família, esses café no quinto, sexto ano, não rende nem 10%, porque também a produção tá prejudicada, precisa de adubação e o patrão não comprou nada, a quicaga tá invadindo a plantação e num tamo dando conta, sem apoio de espécie alguma, muita área derrubada para as lavoura, o cacau, o guaraná, tá tudo feio, por falta de condição... e agora diz que o patrão vendeu as terra pra um japonês (1982) como se o lote tivesse vazio e a gente tem contrato até 1984". Muito amargurado ele concluía, dizendo: "— E ainda tem gente querendo me pegar e fala assim pra mim - 'Mazurek, você é culpado, por você eu tô lá na Paranaíta!'"(19).

(19) Paranaíta faz parte do mesmo projeto de colonização do qual surgiu Alta Floresta. As glebas adquiridas do Estado pela Indeco, em 1973, foram divididas em duas partes, cada uma com aproximadamente 200 mil hectares: o núcleo de Alta Floresta, para se implantado em 1976 e o de Paranaíta, em 1977.

Mas quando Mazurek tinha caído, a lenda do *ouro verde* já havia se propagado por todo o Paran , mesmo porque o café *robusta* substituíra o *mundo novo*. Além disso, o cacau, outro produto premiado, também já ganhava notoriedade, e o guaraná aparecia como a grande possibilidade. O símbolo do sucesso ia passando de produto a produto e a confiança na capacidade agrícola do lugar se mantinha acesa.

A empresa colonizadora fazia questão de destacar o cacau como um produto da Amazônia, assistido pela CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), até que este acabou por apresentar problemas, exigindo maior crédito, mão-de-obra e experiência agrícola para as condições existentes naquela área de colonização. E então foi a vez do guaraná surgir como "um produto natural da terra", "com um mercado em expansão", produto este que iria trazer grande riqueza para o colono de Alta Floresta"⁽²⁰⁾. A fama recaía sobre o guaraná, apesar de que o cacau e o café continuavam a receber os incentivos da colonizadora, do banco, da assistência rural⁽²¹⁾.

Um produtor de cacau na região, presidente do Sindicato Rural de Alta Floresta⁽²²⁾, explicava melhor estas estratégias utilizadas pela Indeco para a venda das terras, através do incentivo à produção agrícola: "A Indeco começou vendendo suas terras com o café, continuou com o cacau e completou o ciclo com o guaraná".

Os problemas com as lavouras, entretanto, aos poucos iam sendo conhecidos. Mais tarde, quando a fama já corria deste mundo, o *progresso da cidade de Alta Floresta* e o ouro dos garimpos vinham ampliar e elevar o mito da terra de riqueza.

Em um dos folhetos de propaganda, informando a respeito dos serviços existentes em Alta Floresta, que circulava naquela cidade, em Cuiabá, e que certamente se encontrava   disposição das pessoas em todos os escritórios da Indeco, podemos perceber a representação do sucesso como o verdadeiro "guia" que orienta os migrantes   "nova terra".

(20) Fala do presidente da empresa, em entrevista concedida em abril de 1982.

(21) S  que agora o cacau e o café se apresentavam revestidos com o discurso da racionalidade técnica, como discutirei mais adiante neste trabalho.

(22) O Sindicato Rural de Alta Floresta foi fundado em 10 de agosto de 1980. Entrevista em 1982.

*"A mais alta expressão de arrojo e fê,
 Ligando a selva ao centro do país,
 Tem realização plena e feliz
 A qui, entre cacau, ouro e café.
 Floresce aqui também o guaraná,
 Lindo arbusto da flora brasileira,
 O remédio da mata que nos dá
 Resistência tranquila a vida inteira.
 Esta região de solo tão fecundo
 Será celeiro imenso no porvir,
 Tantos são os produtos que hã de vir
 A oferecer para o Brasil e o mundo"*(23)

Nestes versos, Alta Floresta acabava por se constituir no paradigma da colonização ideal. A representação, imaginária deste mundo era mágica e o sonho místico de uma nova terra funcionava como uma bolha de sabão, levando longe esses homens, que lá dentro reuniam a família, a "riqueza de muita terra" e um futuro de bem-estar.

ALTA FLORESTA: DA RIQUEZA DA TERRA À "LIÇÃO DE CONQUISTA"

Mas a produção do "novo mundo" não parava aí. A empresa ainda se encarregava de difundir a "grande lição de conquista" que era dada no interior deste Brasil:

*"Meu sertão está em festa
 Do Carlinda ao Paranaíta
 Pois nasceu a linda cidade
 Que se chama Alta Floresta,
 No meio da selva tão verde
 Tratores de cor amarela
 Num céu azul de turquesa
 Cresce a pátria brasileira.
 Suor dos homens de longe
 De todos os rincões da pátria,
 Formando uma nova cidade*

(23) Guia Serv., Edição Centro-Oeste.

Nesta terra abençoada.
 Criando fartura e riqueza
 Saúde ao seu povo, por certo,
 Em muitos milhares de anos
 Lembrarão sempre da Indeco.
 São sonhos que se realizaram
 São vidas que se completaram
 Um teto bom para morar
 Muita terra para plantar,
 Café, cacau e castanha
 Arroz feijão, muita fruta
 Água pura e gado no pasto
 Alegria é o final da luta"⁽²⁴⁾

Nestas estrofes, gravadas em *jingle* de propaganda da empresa, juntava-se a projeção de riqueza da nova terra com a construção imaginária da pátria. Conquistar a Amazônia, deixava de ser simplesmente uma questão de luta por melhores condições de vida e realização pessoal do colono, para ser também uma *contribuição do cidadão à sua nação*.

A este respeito não poderia deixar de assinalar aqui, mesmo que em poucas palavras, a *relação mítica* que o discurso estabelece entre o *avanço* do pioneiro - o valoroso migrante desbravador - e a condição do cidadão como soldado da nação.

Com a expansão do poder político e econômico na Amazônia dos anos mais recentes, o discurso oficial retomou a *mística* da "alma bandeirante" própria da retórica do discurso de Vargas que, no final da década de trinta, vinha incorporada no programa "Marcha para Oeste". Aí, como nunca antes, a penetração no território amazônico passou a representar um desafio de conquista nacional que Vargas, em seus discursos "profetizados" de uma nova Amazônia, definia como o "imperialismo para dentro", a fim de integrar os "espaços vazios" ao mercado nacional. A "fronteira econômica" deveria coincidir com a "fronteira política", através da ampliação do mercado interno, que teria na pequena propriedade um ponto de apoio importante. Entretanto, concebida como medida para enfrentar a velha ordem latifundiária e dar espaço às forças da industrialização, como também estabelecer um controle sobre as áreas de tensões so-

(24) Disco distribuído pela Indeco - Escritório de Cuiabá.

ciais, tal projeto representava uma estratégia de dominação política. Neste sentido, o Estado Novo, ao conceber as diretrizes da política de colonização que instituiu a idéia de uma reorganização do espaço social, colocava a "exigência disciplinar de localização do migrante, 'além da disciplina de um trabalho metódico e persistente' (1º de maio de 1941)"(25).

A ênfase era dada, portanto, ao povoamento do interior brasileiro, para um "reajustamento demográfico", onde se pudessem *integrar* estes "brasis". E quem melhor que os homens, esses "trabalhadores persistentes" - "de todos os rincões da pátria-para realizar esta obra de edificação da nação? A retórica de Getúlio, em tom impositivo, estava sintetizada nestas poucas palavras: "O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste"(26).

Desta maneira, Getúlio Vargas, jogando o peso de tal missão nos ombros dos nordestinos, convocava a nação a participar do esforço heróico de conquista da Amazônia - ressuscitava - se o "espírito do bandeirante" no corpo do trabalhador brasileiro.

A este respeito, Alcir Lenharo encontra o fio teórico mais eficaz para interpretar e desfazer o ardil:

"A razão da fome, da seca, do sofrimento cede lugar à dimensão mítica de uma participação que se torna impositiva, em face do curso de uma tradição que converte a migração e a conquista numa obrigação patriótica a ser sempre repostas. (...) Da seca à conquista, o discurso esvazia o primeiro pólo, pelo qual deveria dar conta de suas responsabilidades e acentua o outro, o da participação obrigatória, miticamente formulada, a impulsionar o trabalhador, somente pelo trabalho, a tomar o seu lugar, intocável, de edificador do corpo do país"(27)

(25) Lenharo, Alcir. Corpo e Alma: Mutações Sombrias do Poder no Brasil dos anos 30 e 40. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1985, mimeo., p. 99.

(26) Getúlio Vargas. As Diretrizes da Nova Política do Brasil, Editora José Olympio, s/d, pp. 284-285.

(27) Lenharo, Alcir, op.cit., p. 174.

Contudo, a "cruzada patriótica" prossegue. A analogia entre o "bandeirante" e o imigrante que participa da nova *Marcha para Oeste*, na década de setenta, é clara. O retrato da imagem que Vargas havia criado - o pioneiro como o bandeirante moderno, símbolo da grandeza da pátria - ressurge com força renovada. Seguindo o percurso do "espírito bandeirante" pelos tempos afora, ou pela história oficial adentro, de Getúlio a Médici, a obra de Cassiano Ricardo - *Marcha para Oeste* -, aplaudida pelo governo Vargas em 1940, reaparece em 1970⁽²⁸⁾, quando a construção da rodovia Transamazônica foi anunciada.

Como um fantasma que vagueia pela história do Brasil, talvez para cumprir uma missão maldita, o "espírito bandeirante" se incorpora às falas oficiais para ditar as ordens aos soldados da nação. O governo Médici foi um dos momentos privilegiados dessa história em que o fantasma tomou corpo, do alto do Planalto, apontando para a Amazônia.

Exprimindo exemplarmente o discurso oficial, Cassiano Ricardo diz na conclusão do seu livro, em 1970:

"A grandeza do Brasil exige o espírito bandeirante para sua própria conquista - dado o imperialismo brasileiro, que é nosso "expansionismo interno" - e o fenômeno bandeira não terá, portanto, deixado de existir"⁽²⁹⁾

Mais à frente, arremata:

"... hoje são (bandeirantes) todos quanto tomam parte na nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem 'novos bandeirantes equipados de nova técnica' para o seu melhor aproveitamento econômico e social"⁽³⁰⁾

A exaltação da grandeza da pátria, como se pode constatar, encaminha o discurso para o problema dos "vazios demográficos".

(28) Ricardo, Cassiano. *Marcha para Oeste*, RJ, 4a. Edição, Livraria José Olympio E., 1970.

(29) Idem, ibidem, 2º Volume, p. 622.

(30) Idem, ibidem, 2º Volume, p. 652.

ficos", os quais devem ser resolvidos pela racionalização do movimento migratório. Ou seja, de acordo com Ricardo, nada mais é do que uma questão de "reajuste demográfico". Para esse autor, o "bandeirismo" se revestia de caráter civilizatório, no sentido de levar sobre seu rastro, para os recônditos das matas amazônicas, a nova tecnologia, o desenvolvimento econômico - a "fronteira econômica" deveria coincidir com a "fronteira política". Porém, havia uma "missão" a mais: "... os grupos isolados da civilização e da tecnologia aprenderão melhor a pensar em termos de país e de mãe-pátria"⁽³¹⁾.

E esta missão compete ao Estado levar adiante.

1979. O discurso do Ministro do Interior, Mário Andreazza, proferido na sede da SUDAM, em Belém, ao anunciar as diretrizes gerais da política de desenvolvimento para a Amazônia, retoma a "tradição heróica" da conquista da Amazônia e firma o compromisso do Estado civilizador:

"A utilização prudente e cautelosa dos recursos naturais da Amazônia, com rigorosa preservação do seu inestimável patrimônio florestal, deve constituir a preocupação básica do Governo Federal na execução da política de desenvolvimento da Região. (...) Considero que a Amazônia é parte inalienável do patrimônio do povo brasileiro. Suas riquezas, conhecidas, devem ser exploradas em benefício das gerações de brasileiros de hoje e dos brasileiros de amanhã. (...) Para que sejamos dignos do heróico empenho das gerações de ontem, que conquistaram e mantiveram a Amazônia, devemos usufruí-la com a nossa inteligência, nosso bom senso e nosso suor; para que sejamos justos com as gerações que hão de vir, deveremos cumprir com o nosso dever de preservar e de renovar as suas riquezas, pondo-as a salvo da destruição ou da cobiça. A essas tarefas e a esses deveres - comprometo-me perante a Amazônia e perante a Nação - prometo dedicar toda a minha fé e toda a minha energia"⁽³²⁾

(31) Idem, *ibidem*, 2º Volume, p. 646.

(32) "Andreazza anuncia as linhas do progresso - a nova Amazônia", in *Carta da Amazônia*, publicação trimestral, Ano VIII, nº 61 - julho/setembro de 1979, p. 3.

Como se vê, a "tarefa civilizadora" de transformar para recriar uma "Nova Amazônia" não se limita à ocupação demográfica dos "espaços vazios" e sua valorização econômica. Seu significado vai além desta concepção. Enquanto "patrimônio do povo brasileiro", passa necessariamente pela representação da expansão do patriotismo, *que se manifesta como uma bandeira viva no corpo e no sentimento de cada migrante*, "abrindo a mata, plantando e defendendo a Pátria". Nesse sentido, ainda que o discurso não deixe explícito, nada pode ser mais comparável ao heroísmo que a disciplina e o sacrifício do pioneiro - o "suor dos homens de longe".

O governo militar, nessa perspectiva, se apresentava como o guia maior dos "modernos bandeirantes" para a efetiva incorporação da Amazônia ao território nacional, na realização de um "Brasil Grande". A "vocaçãõ de grandeza", estigmatizada no governo Médici, "o compromisso com o desenvolvimento", a "missão nacional" da qual estava imbuído o regime militar, exigia, afinal, que todo cidadão assumisse a sua "brasilidade".

Essa direção político-ideológica traçou a linha do discurso voltado para *ordenar e disciplinar* o processo de ocupação da Amazônia, culminando com a idéia mais acabada de INTEGRAÇÃO NACIONAL, fundamentada na concepção militar de SEGURANÇA NACIONAL. A este respeito, em seu estudo sobre a expansão do capitalismo na Amazônia, datado da segunda metade da década de setenta, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller, já afirmavam:

"Esta função - de integração nacional - colore o Estado em sua dimensão ideológica. A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração na Amazônia e qualquer estudo mais geral necessita tomá-la em consideração"(33)

Todavia, podemos ir mais longe nesta investigação analítica: a estratégia política da "integração nacional" constituiu-se em um instrumento poderoso nas mãos do Estado, no sentido de imprimir uma unificação em torno das idéias nacionalis -

(33) Cardoso, Fernando H. e Muller, G. Amazônia: Expansão do Capitalismo, SP, Editora Brasiliense, 1977, p. 10.

tas que, no campo da ação concreta do Estado, se entrecruzavam com as medidas de controle na organização social do espaço amazônico. Logo, foi no desenrolar do processo de dominação política que se caracterizou a imposição de uma *lógica militar* voltada para a "nova ocupação". Nesse caso, a atenção especial haveria que ser dada ao colono, uma vez que - sob as determinações de uma política dirigida à fixação dos migrantes - era este quem estava qualificado para "prestar esse serviço à Pátria".

Estas considerações sobre a *conquista mítica da Amazônia*, pela análise do discurso oficial, tiveram uma intenção muito precisa: demonstrar que a dimensão do mito da "terra de riqueza" é muito mais profunda e significativa que a simples *imagem* que reproduz os homens se deslocando para a Amazônia em busca de riqueza.

Não podemos nos esquecer que nessa imagem os homens se encontram retratados como verdadeiros guerreiros em marcha, de machado e foice nas mãos, prontos para enfrentar o perigo e a "natureza selvagem", penetrar no território e ocupar a "nova terra" sob as ordens de autênticos comandantes - os colonizadores - que ali se encontram. Embora os que para lá seguiram tivessem sido vencidos em outras lutas, são agora reanimados pela bandeira da Pátria que tremula ao longe, recrutando esses brasileiros, os trabalhadores incansáveis de um "Brasil Grande".

Contudo, é bem verdade que "essas histórias" de *desbravador da Pátria* e da *grandeza do país* sempre apareceram mais distantes da vida cotidiana dos lavradores pobres. Realmente, a concepção de país, por exemplo, sempre esteve ligada de maneira muito forte a um espaço territorial dotado de significações naturais, onde, o trabalho com a terra, a vida em família, a relação com o tempo, com a natureza, marcaram os limites do seu universo. Todas as experiências passadas, as alegrias, os sacrifícios, e as decepções, tiveram ali seus primeiros referenciais, como verdadeiros guias luminosos na imensidão do *ontem*, na percepção do *hoje* e na representação do *amanhã*. Assim, é do lugar onde nasceram ou que viveram a maior parte de suas experiências que os homens recebem o estímulo primeiro e mais importante para identificar o seu país.

Convém chamar a atenção, contudo, para o fato de que se a singularidade do mundo rural deve ser levada em profunda con

sideração, a noção de "isolacionismo do campo" também precisa ser desfeita ou se desenredar das linhas da ficção. O Estado nacional se revela, ponto por ponto, em todo o seu território, seja pela cobrança de impostos e pelas mais variadas formas de obrigações civis, todos *devem pertencer* ao seu país desde o momento em que nascem (o "cadastramento" pelo registro civil). Desta forma, os indivíduos, quer sejam do campo ou da cidade, distantes ou próximos, não se encontram "fora" ou livres dos poderosos tentáculos de um Estado que impõe e dissemina por toda a nação a ordem patriótica: trabalhem... trabalhem, pois o suor de seus rostos é útil "para a riqueza e poderio da Pátria!".

Mas a mudança dessa população rural para outra região no espaço geográfico, principalmente quando dirigida pelo governo e pelas empresas privadas de colonização, os quais trazem a propaganda da riqueza aliada ao discurso da Pátria, torna mais presente o reconhecimento da nação. Ao se deslocar para a Amazônia, o colono não só ampliou a dimensão geográfica que tinha sobre o seu país - "atravessando" cidades e limites estaduais - como ainda teve que enfrentar, direta ou indiretamente, o aparato jurídico-burocrático do Estado para tornar legal a sua ocupação no lote adquirido.

Por conseguinte, da esfera federal à esfera estadual, os colonos tiveram geralmente que passar por vários mecanismos de controle voltados à distribuição dos migrantes nas áreas de colonização. Nos casos em que a própria empresa particular cuida de toda a documentação para assegurar ao colono a sua transferência e posse de sua terra, ela mesma assume o papel de intermediária entre a burocracia e os ocupantes, a fim de realizar o assentamento no núcleo de colonização⁽³⁴⁾.

O que importa caracterizar aqui, é que para o colono, a experiência da migração envolveu uma série de novos contatos: tiveram que ser identificados e catalogados; lidaram com a burocracia do Estado; conviveram com pessoas de hábitos diferentes; e, quanto à empresa particular, tiveram de reconhecer o comando e o papel imprescindível do colonizador no mister de garantir a existência das suas vidas na *nova terra*.

(34) Sobre o papel da empresa na colonização, ver o Capítulo III.

Na realidade, recebendo toda a ordem possível de estímulos positivos para efetuar ou se dispor à migração, foi apontado, ao longo de todo o percurso migratório, como *um brasileiro* à conquista da terra. Como antes, esta identidade ganhou proporções inusitadas ao ser apresentada e referendada em todos os lugares por onde passou, fosse por uma exigência do controle político-burocrático sobre a ocupação das terras da Amazônia, fosse para infundir-lhe os mais altos sentimentos patrióticos. A "terra da riqueza", deste modo, se confunde com o "chão da Pátria"; o trabalhador pioneiro assimila o soldado a serviço da Pátria; o trabalho e o progresso significam a nação.

É bastante expressiva, nessa perspectiva, uma outra letra apresentada naquele "I Encontro da Canção Nativa de Rondônia":

*"Rondônia, Estado paraíso do migrante.
Rondônia, abrigo que acolhe o sofredor
Estado amigo, hoje me sinto um teu filho
Rondônia, a terra do trabalho e do amor.

Rondônia, eu vejo o teu futuro já presente
Pelo trabalho de teu povo pioneiro;
Rondônia, eu sinto, quando vejo teu progresso,
Que neste solo, a gente é mais brasileiro"*(35)

Demonstra-se nestas duas estrofes um fervor patriótico por Rondônia e uma exaltação ao trabalho. Um trabalho que redimiria esses homens do malogro da vida passada. É como se "o novo brasileiro" pudesse agora encontrar o *caminho certo* - na rota do progresso, o futuro se garantiria. Há uma elevação quase bíblica deste "povo eleito" que, após sua peregrinação, alcançaria, enfim, "a terra prometida".

Em Alta Floresta, os colonos tiveram uma confirmação direta desse *destino manifesto*, quando, em 1980, João Figueiredo fez uma visita à cidade. O alvoroço causado pela chegada do Presidente foi tal que em todos os relatos dos colonos perpassou a seguinte idéia: "— É o maior acontecimento de nossas vidas!". Uma forte mistificação envolvia a figura do Presidente

(35) I Encontro da Canção Nativa de Rondônia, Ji-Paraná, março de 1985.

por aqueles homens simples: "— Ele me abraçou!";... "— Tomou as minhas mãos!"; ... "— Foi o dia mais feliz de minha vida!"; ... "— Eu já havia sonhado com isto!"; ... "— Cheguei perto pra me dar sorte!"; ... "— Eu sabia que um dia isso ia acontecer!".

Para os colonos a presença do governo era um testemunho da importância da sua cidade e, principalmente, de uma consideração especial a esses brasileiros pioneiros, bandeirantes da "nova Amazônia". E, nessa visão mística, o Presidente prenunciava os bons tempos, como ainda trazia a confirmação de que Alta Floresta tinha sido uma escolha acertada. Não restavam mais dúvidas de que o progresso havia chegado.

Nessa representação patriótica, e por que não dizer religiosa do "mundo novo", progresso e trabalho surgiam com a aura da salvação. Mais uma vez o Deus do trabalho, em toda a sua onipotência, ensinaria, nessa busca, os homens a respeitarem a propriedade, a ordem e a disciplina indispensáveis à construção do amanhã. Todo "bom colono" haveria de ser um "bom cidadão".

CAPÍTULO II

"TEMPOS DIFÍCEIS"

"Franz Kafka conhecia bem a superstição de destino que toma conta daqueles que vivem sob o domínio perpétuo do acaso, a inevitável tendência de encontrar um significado sobre-humano especial em eventos cujo significado racional fica além do conhecimento e da compreensão dos interessados. Tinha plena consciência da estranha atração dessa gente, das estórias populares e melancólicas, lindamente tristes, que pareciam tão superiores à literatura mais leve e mais alegre das pessoas mais felizes. Denunciou o orgulho da necessidade, até mesmo da necessidade do mal, e a repugnante vaidade que identifica a desventura e o mal com o destino".

HANNAH ARENDT

CAPÍTULO II

"TEMPOS DIFÍCEIS"

A HISTÓRIA DE DONA ROSE*

Esta é a história de dona Rose, mulher que enfrentou as mais duras geadas no Paraná. Foi para o Paraguai, procurando uma vida melhor, perdeu tudo por lá, voltou-se então para o norte de Mato Grosso, acreditando que "Deus - ou o destino - preparava o caminho pra nós", sem nenhuma condição econômica para precaver-se das dificuldades que o desconhecido, o inesperado, podia trazer-lhe. Ela não tinha nada, mas vivia com coragem, determinada a ficar em Alta Floresta e, mesmo sem dinheiro para comprar terra, resolveu ser a "hoteleira do novo lugar". Muita coisa ela viu, sentiu e contou.

"Cheguei aqui em Alta Floresta em 1976, vim de Maringá. Antes nós tivemos no Paraguai. No Paraná dava muita geada, queimava o café, e a gente procurava um lugar que não geasse. Fomos pro Paraguai. Então quando fez uns três anos que nós tava lá, deu geada, aquela neve que deu! Foi pra tudo quanto foi lugar! Aí ficamos nervoso e falamos: — Não ficamos mais aqui, porque disseram que não geava, e geou, e queimou tudo, e quando tava no melhor da festa parou tudo... então vou pro meu país! Chegamos em Maringá, queria achar um lugar de colocação, mais precisava de muito dinheiro, que lá na altura que tá pra se colocar precisa de muito dinheiro.

Mais meus filhos não queriam que nós viesse, e eu disse:

— Deixa a gente ir pro lugar que nós tanto queremo, lá a gente vê se dá pra ficar ou se não dá!

— Pra onde vocês vão?

— Não sabemos! Onde Deus determinará que eu deva ir. Deus preparava o caminho pra nós, onde ele determinar nós chegamos e ficamos. Aí o meu marido dizia:

(*) Entrevista realizada com Dona Rose em Alta Floresta, fevereiro de 1981.

— Olha, nós temo de ir até o fim da estrada, quando acabar a estrada nós paramo, eu vou até o fim da estrada, eu vou achar esse lugar que num chega!

Só trouxemo a roupa do corpo, pegamo um fusca velho e viemo embora - eu e meu marido, uma filha e o genro. Aí chegamo em Colíder*. Isto aqui - Alta Floresta - tava ainda sem abrir, tinha só uma abertura aí perto do rio, mais tava até proibido de ir mulher, porque era só peão que tinha. Então falei pro meu genro:

— E eu que vou lá onde abriu a Indeco!

— Lá nem mulher num vai, porque é só peão!

— Eu já sou meio homem, pode deixar que eu vou lá!

Então falei com meu marido, ele quis vim e nós viemo mesmo. Chegamo lá naquela beira de rio, num tava nem aberto, tava começando abrir lá no Telles Pires, aí eu achei que tava bom. Conforme eu vi as terra, e vi as documentação, eu vi que era uma coisa segura, não era igual Colíder.

Colíder era muito bon, tem as terra muito boa, mais num é uma coisa legalizada. A gente tamo alí, de repente se sai, o outro já é dono daquilo, né? Então achei que não era seguro, com a documentação certa, então vamo ficar pra cá.

Quando cheguei aqui, vi que era tudo certo, mais falei com o moço da Indeco: — Moço, mais o nosso dinheiro é pouco, nós queria é comprar uma chácara! Chácara num dava pra comprar. Queria comprar chácara, enfeitar bem ela, deixar bem bonitinha, perto da cidade! Mais eles num vendia como chácara os sítio, só quarenta e dois alqueire... — Então num dá! Aí eu pensei no hotel: — Companhia sempre faz hotel no lugar, né? Num tinha nênhum, era tudo nato!

Quando voltamo outra vez, já tava aberto alguma rua, já tinha estrada que vinha até aqui no trevo... Então falei pro moço da Indeco que tomava conta aqui:

— Será que eles num vão fazer o hotel da Companhia? Porque toda Companhia faz um hotel e funciona como hotel.

— Pois é isso que eles tão quereno fazer, mais não deu a altura, porque é muita coisa que tão fazeno agora no começo,

(*) Outro núcleo de colonização do norte de Mato Grosso, muito conhecido pelas irregularidades da sua documentação.

e ainda não deu altura pra abrir esse hotel, mais eles vão abrir!

— Como pode fazer pra falar com eles?

— Só em São Paulo, ou aí em Cuiabá, que aí tem também o escritório deles.

Então eu voltei, e falei pro genro:

— Agora nós temo de partir pra outra, que terra não deu!

— Pra outra o quê?

— Eu vou... tou com vontade de ir pra lá. Nós planeja-mo de ir pra lá, mais pra tocar um hotel.

— Mais dona Rose, a senhora num tá doida? A senhora num queria ir pro mato?

— Queria!

— Mais num tá no mato? Mais a senhora quer entrar mais pro mato?

— Mais lá é o fim da estrada mesmo, lá é onde nós temo que ir, que lá é bom. Eu vou amanhã prá Cuiabá.

Aí eu cheguei em Cuiabá, fiquei lá esperano os homem da Indeco durante oito dia. Num podia pagar hotel, fiquei em casa de uma dona, fazendo o serviço da casa, em troca de comida e lugar pra dormir.

Quando chegou o dia eles me marcaram a hora, eu fui muito antes daquela hora, né? Então cheguei, tava todo mundo... o doutor Vicente, o seu Ariosto, esse Benjamin. Uma porção deles assim na porta, já de saída pra ir embora. Eu falei: — Ó gente! — Cumprimentei eles, e perguntei:

— Quem é da diretoria? Não estou sabendo quem é...

— Somos nós mesmos, a senhora falou com a pessoa certa, aqui tá todo o corpo da diretoria, esse é fulano... esse é fulano... Que é que a senhora queria?

— Eu queria falá com os senhores uma coisa que me interessa e talvez seja bom pra vocês.

— Olha, nós temo pressa, que o avião tá de saída!

— Mais é um bocadinho só. Duas ou três palavras e já sabemo se fica certo ou não fica. É sobre o hotel lá de Alta Floresta, expliquei pra eles. Faz oito dia que espero por vocês, então como é que eu vou ficar mais aqui? Eu moro longe - sabe que Alta Floresta é longe, né? Eu moro em Colíder. Então me perguntaram:

— Mais Colíder num tã tom?

— Tã bom, e é terra boa, num tem dũvida, mais nũs num queremo comprar porque num é legalizada, por isso eu queria trabalhar no hotel, que o meu dinheiro num dá pra fazer mais nada.

Então eles me perguntaram se eu tinha aviamento pro hotel e tudo, aí eu respondi:

— Não tenho nada, não tenho dinheiro, sũ tenho coragem e trabalho. Não tenho aviamento de hotel, sũ tenho um pouquinho de arroz lã, que eu compro e torno a vender. Eu e minha família que queremo trabalhar, sũ isso!

Então eles começaram a gostar do papo e ficaram até uma hora ou duas comigo. E aí eu me toquei: — Vocês vão perder o avião! E eles disseram: — Não, o avião é nosso mesmo, pode deixar que nũs estamo tranquilo. Aí me despedi deles, mais antes pedi uma garantia:

— Se a senhora quiser palavra, nũs temo palavra.

— Então tã escrito e carimbado, sũ se eu morrer ou qual quer coisa acontecer, mais do contrãrio, tã feito o negũcio.

Depois nũs ficamo esperano, porque demorava muito pra construir o hotel por causa do material que vinha tudo de Cuia**ba**, tudo com dificuldade pra eles, nẽ? E aí quando chegava aqui, a metade a pedreira quebrava, a metade estragava. Por isso ficamo lã em Colíder e vinha sempre ver se tava construindo o hotel. Quando foi um dia eles falaram:

— A senhora num queria vim um pouco antes, nũs desocupava aqui, que o trevo é alĩ, nũs vamo fazer outra cozinha e a senhora funciona esta aqui pra dar comida ao povo.

— Ó gente, se vocês já me tivesse falado antes que eu podia vir, já tinha armado um barraco alĩ perto de vocês, já tava funcionando, ia ser muito melhor!

E acrescentaram:

— Nũs num vamo prometer muita coisa pra senhora, de luz, de motor, deixar essas coisa, deixar tudo não... porque nũs vamo precisar lã, pra casa da diretoria.

Então respondi:

— Não tem importãncia, eu funciono com lampião, funciono com o que der certo, até que a gente chege lã onde quer, nẽ?

E eles precisavam do cilindro, eles precisavam do motor, de tudo o que tava ali funcionando.

Passado uns tempo, quando eu vi, tava chegando motor, gerador, cilindro de pão, tudo que precisava pra aquele fim. Porque eu tava amassano pão no braço, assim às dez hora da noite, religiosamente.

Tinha de amassar aquele meio saco de trigo pra dar pão pro povo comer, e tinha, só da companhia, uns noventa homem. Depois vinha seis, oito kombi do Paranã, direto! E ali eu tinha ainda o cuidado de partir a metade do pão doce e a metade do pão de sal e fazia um forno de pão de sal e um forno de pão doce assado. E quando era cinco hora, jantava caldeirão de leite, caldeirão de café e o pão assado pra esse povo comer, e eu tava ali sozinha porque não achava mulher prá fazer!

E tem mais, no almoço era meio boi e dois porco e esses porco eu ia pegar lá no chiqueiro ainda às quatro da manhã. Já tava fervendo a água, eu pegava ele pro pé e enfiava no tambor e depois já ia cortano os pedaços e jogano numa caçarola pra ir fritano. E quando acabava o boi, acabava o porco, a gente comprava uns dois, três saco de jabã e picava tudo miudinho, ferventava e fazia ele no meio do arroz, fazia de qualquer maneira pro povo se alimentar. Então a gente fazia aquilo, o povo se alimentava. E esse pão não podia faltar de manhã cedo também, porque o povo ia ver terra e eles não podia sair sem alimentação, porque as vezes eles chegava de noite. As vezes era longe, queria correr os mato tudo, né? Tinham de ter alimentação de manhã cedo, senão eles num aguentava. As vezes eu já tinha dado alimentação pra todo o povo, de repente, eles gritava: — Dona Rose, óia! Chegou um caminhão ali com uns sessenta homem em cima! Tão tudo com fome, querem almoço!

Mais já tinha caldeirão bem alto fervendo, arroz escolhi do, tudo! E eu tirava aquelas posta de boi, porque num dava pra por na geladeira, né? Tirava e ainda moía carne, enchia as posta e deixava frito na caçarola e depois ia cortano assim como bife. Então tava tudo fácil, e eu respondia: — Fala pros homem descer do caminhão, pode vir quente que eu tô fervendo! Já ia cortano aqueles bife e temperano outra caçarola de arroz, as vezes tinha outra metade mais ou menos, enquanto eles comia aquele, a gente fazia outra! Chegava gente direto aqui!

Mosquito, minha filha? Era de enxame no rosto! As vezes tinha que fazer igual aqueles bandido, amarrava um lenço assim no rosto pra respirar melhor, pro mosquito não entrar na boca! Quando eu num aguentava mais, passava a mão no rosto, nos braço, fazia balde de mosquito!

Depois chegou uma mulher que veio com o marido comprar terra, e falou assim pra mim:

— Mais eu pra mim um lugar desse é só se for louco ou tiver com muita precisão de chegar aqui!

E eu confirmei:

— Ó dona, a senhora acertou, porque eu tinha muita precisão de chegar aqui, num lugar desse! Mais a senhora não fique nervosa não, que as coisa vai tudo bem, a senhora vai ver como essa vai ser uma cidade maravilhosa!

— Que maravilhosa! No meio de um sertão desse... num se sabe o que vai dar! Eu num deixei meu marido ver as terra, tá esperano os outros que vieram junto, não sou doida de vir pra um lugar desse!

— Não se incomode não dona, que a senhora ainda vai ver que ainda vou hospedar o presidente da República, a senhora vai ver!

Só sinto não saber mais quem é essa mulher, que eu ia contar pra ela que o meu hotel foi requisitado pra hospedar o presidente da República, foi o Figueiredo, quando ele veio aqui em 1980, cumprimentar o povo desta terra, que tava ajudando o país a crescer! Só que não precisou, porque ele já tinha passado por Sinop*, mais que ele veio, veio! Aquela arrumação toda aqui no hotel, foi um sucesso!

Mas a vida naquela época assustava mesmo, só que a gente enfrentava com coragem, já teve dia até que eu fui vê um barulho e, sabe o que era? — Uma onça, minha filha!

Naquele tempo, o trabalho foi demais! Tinha dia que eu dormia mais ou menos duas hora por noite, porque além de amassar aquele pão, eu tinha que deixar a cozinha toda arrumadinha. Pegava uma trouxa de roupa, botava na cabeça e fazia de tudo

(*) SINOP - Cidade que surgiu também da colonização ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, fundada em 1974, pela colonizadora SINOP S/A (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná).

pra arrumar os dezoito quarto. Não havia mulher aqui pra ajudar, depois é que eu achei uma aí na beira da estrada.

Todo mundo que veio de lá passou pelas minhas mão... Tinha gente com muita vontade de arrumar terra. Uns vinha pra trabalhar sem nada, outros vinha pra comprar terra e por último, começou a chegar aquele povo de ônibus, sem nada, sem jeito, nem comida num tinha! Mais eu punha um bocadinho de farinha na boca das criança, eu ia lá vê, porque as criança num tinha alimentação... então eu fazia uma bandeja de comida, uma bacia de comida e levava pra todo mundo comer! E eu falava: — Espera seu marido arrumar colocação, encoste ali na área, num fica aí no meio da rua desse jeito, sem lugar! Quando o seu marido vier, ele leva a senhora. Aí eu procurava arrumar tudo e cuidar do povo.

E os homem quando chegava do mato! Eu via que tava tudo armado! Os homem daqui gostava de carregar revólver e faca, mais eu chegava com jeitinho, conversando com eles, e explicava: — Olha, o senhor num vai levar a mal não, mais aqui a Companhia num permite que ande armado, por causa que ela tá recebendo o povo do Paranã, e o povo do Paranã tem uma cisma do Mato Grosso! Se eles vê armado, eles num pensa que é porque vocês precisa dessa revólver pra se cuidar lá no mato, que vocês tão perigano com as cobra, as onça... Eles pode pensar que vocês tão com o revólver pra enfrentar qualquer pessoa que vem, né? Então vocês dão pra mim guardar e com o esparadrapo eu deixo o seu nome e num tem perigo de se perder!

Outras vezes chegava dois, três caminhão de peão, eles começava a beber e, então eu me aproximava:

— Só dou um pouquinho de pinga que num faz mal... Se bebe, perde o seu jeito de homem! Que graça tem?

— A dona tá certa!

E o seu Ariosto costumava dizer pra mim: — Cuida do meu povo, eles confiaram em mim!

Muitas vezes eles me chamavam de "mãe Rose", tem vezes, até hoje, de entrar algum pretão velho aí e perguntar: — Cadê a "mãe Rose"?

Mais a coisa mais importante que eu senti na vida, sabe o que foi? Quando eu fui chegano, eu vi passar lugares que eu já tinha visto quando era criança... Parece que eu já vi esse

lugar... parece que eu já morei... parece que já é conhecido... E aquilo foi me dando uma emoção muito grande e uma vontade de chorar!..."

Dona Rose ao narrar a sua história, imperceptivelmente nos conduz do mundo exterior às suas lembranças, dos tempos da abertura das novas terras.

Cada palavra tem uma direção certa, traçando um caminho conhecido... quantas vezes trilhado em sua memória? Ela vai construindo a sua narrativa quase que de um só fôlego, interrompida apenas por um tempo interno, em que o seu olhar volta-se para o interior dos acontecimentos que determinaram os rumos de sua vida. Para quem a ouvia, era certo que aqueles breves instantes eram dela, somente dela.

A sua resolução em encontrar um outro lugar - que se revelara em sonhos desde criança - já havia sido tomada antes mesmo de seguir para o norte. O Paraguai foi o primeiro passo desse percurso - aí se encontra a ponta do fio da sua extraordinária história.

A saída do Paraná já significara uma tentativa de romper com aquele mundo da agonia e do desalento. Contudo, não passou de uma tentativa. No Paraguai sofreu uma geada avassaladora, também lá a vida foi dura. Decididamente, o "lugar da sorte" também não estava lá. Melhor seria voltar ao seu país, isto é, à terra conhecida.

Para esses que pouco tinham, a geada não significava tão somente comprometer ou acabar de uma vez com as lavouras. Pior que isto, ela trazia a certeza de que era preciso recomeçar tudo outra vez. Mas isso era possível? Uma, duas, três?...

Voltou ao Paraná. Teria a oportunidade de "achar um lugar de colocação"?... em um mundo onde o motivo principal a mover os homens sempre foi o dinheiro? Haveria possibilidade para ela, uma mulher que nada tinha, a não ser o seu trabalho?

Dona Rose resolveu, então, ouvir o apelo do destino. Daria a sua arrancada final. Juntamente com seu marido seguiriam a estrada até o fim, teriam que encontrar "esse lugar que num chega!" *O caminho entre os caminhos* certamente Deus revelaria, ou o acaso, quem sabe!

Com essa determinação, partiram e levaram consigo somente a roupa do corpo, um fusca velho e a confiança. Haveriam de encontrar um porto seguro, talvez!

Porém não se pode deixar de dizer que, como bem havia notado aquela mulher que encontrou dona Rose em Alta Floresta, somente aqueles "que têm muita precisão" se sujeitavam àquele sertão, aos mosquitos e a uma vida que chegava à beira da tortura. E não só a "precisão" os conduzia para lá. Junto a ela havia a fé, existia "aquele caminho" por onde o destino os levaria até o "paraíso perdido". Eram homens e mulheres acostumados à vida de muito trabalho no campo, eram mãos calejadas e sofridas de tanta labuta, eram criaturas cansadas de ver o produto de seu trabalho ser vendido no mercado em troca de quase nada, para, no final, essas mesmas mãos terem que recomeçar o duro e cruel trabalho noutros lugares...

Quando dona Rose conseguiu falar com Ariosto Da Riva, sobre sua intenção de comandar o funcionamento de um hotel em Alta Floresta, ele quis logo saber das suas condições para "tocar" tal empreendimento. Ela foi simples e objetiva: "Não tenho nada, não tenho dinheiro, só tenho coragem e trabalho". E o dono da Indeco sabia que para executar tal função, para a qual aquela mulher "meio homem" se candidatava, o que mais importava era o trabalho e a força de vontade de dona Rose.

Não possuindo condições para comprar terra, necessitando de trabalho, dependeria, a partir daí, da empresa. Defrontava-se novamente com o *mundo do dinheiro*, não havia como escapar... Já em Alta Floresta responderia pela empresa. Apostou sua vida nisso.

E assim ela começa a relembrar o tempo difícil da chegada, ainda muito vivo em sua memória presente: amassando o meio saco de trigo e fazendo o pão que iria alimentar o povo; preparando as carnes de porco, de boi, dos altos caldeirões de comida; garantindo aos homens que lá estavam o sustento de todos os dias, mesmo para aqueles que chegavam fora de hora... "e os mosquito minha filha?"

Dona Rose não só contava das pessoas que ali chegavam para comprar terra, mas também falava daqueles que iam aparecendo, sem dinheiro, tentando se aventurar... do povo que chegava de ônibus, "sem nada, sem jeito, nem comida num tinha". Assim, não só pequenos proprietários afluíram para Alta Floresta, mas também trabalhadores sem terra jogaram com o destino!

Relata ainda que ali tudo era rápido, desde o tempo em que a Indeco resolvera abrir naquela área uma nova cidade. Um dia ela foi, não tinha nada; noutro, já haviam sido abertas algumas ruas; um pouco depois o hotel estava funcionando "a todo vapor", com um enorme movimento na área da colonizadora. Mas como se isso fosse pouco, dona Rose vinha logo dizendo que o presidente da República tinha visitado a sua cidade. De 1976 a 1980, uma cidade estava consolidada "naquele sertão". Em quatro anos o "novo mundo" havia ali se instalado.

No dia a dia ela ia observando e participando de tudo. Aconselhava os homens e procurava manter a ordem e a disciplina no lugar. A Indeco tinha nessa mulher sua pessoa de confiança, mas dona Rose achava somente que deveria ser "agradecida ao seu Ariosto", porque ela apenas cumpria a sua sina... Alta Floresta "é o fim da estrada mesmo!".

As populações pobres que vivem à mercê de regimes autoritários tendem a estabelecer uma relação mística a respeito de tudo aquilo que toma parte dos acontecimentos diários que marcam suas vidas. Em tais regimes, os governos têm como um dos principais instrumentos para legislar os decretos-leis, expressão do domínio arbitrário de uma política de opressão, em que o legislativo perde suas funções efetivas, os partidos políticos passam a ter um papel insignificante no encaminhamento político da nação e o judiciário deixa de ter sua "autonomia relativa", mais fazendo parte de um "grande jogo".

No Brasil, sob o regime militar, os trabalhadores do campo e da cidade viram obstruídos os canais que pudessem dar voz às suas reivindicações e foram impedidos de participar do processo de decisão política que definiu os rumos do país. Isto implicou em aumento da exploração do trabalho tanto urbano quanto rural, com um empobrecimento assustador da massa de trabalhadores no conjunto da sociedade. Mas, nesse contexto de miséria e opressão, importantes formas alternativas de luta foram se desenvolvendo, desfraldando a bandeira da resistência dos homens, como por exemplo, no campo, o movimento dos sem terra⁽¹⁾.

(1) Sobre os sem terra, ver o Capítulo "Os Novos Sujeitos das Lutas Sociais, dos Direitos e da Política no Brasil Rural (Entre a expansão capitalista e a insuficiência das alternativas de participação)", in Martins, José de Souza - A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 1984, pp. 75-112.

Governar por decreto, de uma certa maneira, assemelha-se ao poder das bruxas, que buscam deter para si o controle das pessoas e da natureza pelas fórmulas e poções mágicas, e que podem, a qualquer momento, tirá-las do bolso ou do "caldeirão" e lançá-las como "ordens necessárias" de uma *verdade oculta*.

Na realidade, os decretos não se justificam em nome de princípios gerais como a lei, que não é elaborada para uma aplicação puramente circunstancial e imediatista. Os decretos, ao contrário, se explicam pela necessidade e utilidade práticas, criando a aparência da ação permanente, da superioridade da prática sobre a teoria, sendo válido somente para "certos momentos específicos", produzidos para um determinado fim. Possuem, desta forma, um caráter oportunista e extremamente vantajoso para os governos autoritários, pois tornam-se de extraordinário peso na execução da política. E, ainda, nesse sentido, a *força* passa a ser a fonte direta de toda a legislação. Nesta linha, o Estado se apresenta como aquele que é especialmente capaz para detectar os problemas econômicos e sociais e criar estratégias para solucioná-los, "obedecendo" aos ditames da ciência e do saber, seguindo regras técnicas e, fundamentalmente, não questionando se são justas, mas provando, por meio de justificativas racionais, que são úteis⁽²⁾.

Desta forma, procura-se legitimar o poder e justificar também a utilização dos decretos, que aparecem sempre estampados com a aura da necessidade, trazendo à tona "razões de Estado", que a tudo pretendem explicar, reprimindo e rejeitando tudo aquilo que é diferente por natureza das suas concepções. Por isso é que, nessa forma de governo, o Estado procurou ter o controle cada vez maior dos canais de comunicação de massa, da informação política, direcionando-os para o pronunciamento de medidas econômicas e às considerações técnicas dos assuntos de economia, tentando sempre esvaziar o discurso político. Na verdade, há uma interação entre *controle autoritário* e *racionalidade*. O primeiro, contando com instrumentos de poder de cará

(2) Sobre o Estado e as modernas formas de legitimação do poder, ver especialmente estes dois importantes trabalhos de J. Habermas: "Técnica e Ciência enquanto Ideologia", in Os Pensadores, SP, Abril Cultural, 1980, pp. 313-343; A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio, RJ, Edições Tempo Brasileiro, 1980.

ter transitório, específico, discriminatório e acomodativo de interesses, que são os Atos Institucionais, os decretos-leis, além dos Atos Complementares; quanto à racionalidade, esta revela-se no discurso do governo através de uma retórica modernizadora, em nome do desenvolvimento econômico.

Nesses contextos políticos em que se define o autoritarismo, gera-se um quadro de incerteza e um clima de medo, difusos por toda a sociedade, porque ninguém sabe ao certo de quem vem e de onde vêm as resoluções que afetam decisivamente a vida das pessoas, parecendo mais que estão submetidas a forças ocultas. Isto levou Hannah Arendt a afirmar que:

"... os decretos têm um aspecto de anonimato (enquanto as leis podem ser atribuídas a determinados homens ou assembléias) e, portanto, parecem emanar de algum supremo poder dominante que não precisa justificar-se"⁽³⁾.

Entretanto, ao mesmo tempo que nesse quadro autoritário predomina uma política que se impõe pelo controle e vigilância social, o Estado aparece "irradiando" segurança ao se colocar como o grande administrador da economia doméstica, aquele que tem o monopólio dos instrumentos racionais capazes de acelerar o bem-estar social e fomentar o progresso.

E foi em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social que o governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia, sob a força dos decretos-leis. O esvaziamento das tensões sociais no sul e o aproveitamento das riquezas da Amazônia em prol do migrante, contribuindo, desta forma, para o engrandecimento da Pátria, assinalaram o conteúdo principal do discurso governamental.

Os empresários e os grandes proprietários, dentro da ficção da legalidade, tiveram respaldo para avançar sobre os direitos dos trabalhadores em geral. Os pequenos proprietários

(3) Arendt, Hannah. O Sistema Totalitário, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, p. 320.

e os demais trabalhadores do campo sofreram todo tipo de pressão para *recuar*⁽⁴⁾.

Assim, muitos homens colocaram-se em marcha para as terras da Amazônia. E, como D. Rose contou, chegavam aos montes. Mas para essa população pobre, que muito pouco controle pode ter sobre o seu futuro, vivendo sob os "reveses da sorte", amparando-se em Deus ou apelando ao destino, os acontecimentos que rondam sua vida surgem repletos de sinais místicos. Há sempre uma explicação que extrapola o entendimento comum, uma mensagem invisível, ou o "dedo de Deus" sobre todas as coisas. Entretanto, lembrando Joseph Conrad de *Lord Jim*, mais parece que a ação humana na "difícil ancoragem da vida", tornou-se presa da "sombra errante do destino"⁽⁵⁾. Porém, Hannah Arendt observa que:

"A deificação do acaso serve naturalmente, como racionalização para o povo que não é senhor do próprio destino"⁽⁶⁾.

Qualquer interpretação do mundo vai além da "razão dos homens". Aconteça o que acontecer, a vida está sob o domínio das forças ocultas... o inevitável, o absurdo é condição do destino!

OS TEMPOS DA CHEGADA...

Por aquela época, Dona Rose estava numa posição privilegiada para observar e sentir como ninguém a chegada das pessoas "àquele fim de mundo", que antes mesmo da vinda dos colo-

(4) J. de Souza Martins, op.cit., baseando-se em dados fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - "Aspectos da Evolução Agropecuária Brasileira: 1940-1980" -, afirma: "Alí (Paraná), entre 1970 e 1980, desapareceram cerca de 100 mil propriedades rurais, em virtude das expropriações e da concentração fundiária. Desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, nas regiões Sudeste e Sul do país, desapareceram nesse período cerca de 200 mil propriedades", cf. p. 99.

(5) Conrad, Joseph. *Lord Jim*, Tradução de Mário Quintana, SP, Abril Cultural, 1982.

(6) Arendt, Hannah, op. cit., p. 323.

nos, contava apenas com o trabalho dos peões para a abertura das estradas e para a realização de uma infraestrutura mínima capaz de viabilizar a nova colonização.

Muitos contam que no começo não havia uma única estrada, só a imensidão da selva, e que vários homens acabavam se perdendo nas matas, alguns só reaparecendo nos acampamentos dias depois.

De fato, a abertura das primeiras rodovias e vias de acesso aos lotes das glebas, eram verdadeiras sangrias na selva, por onde iria pulsar a vida das colonizadoras, pois o pequeno lavrador que vinha do sul do país, e mesmo de outras regiões, aí chegaria, sem dúvida, na maioria das vezes, por via terrestre.

Nas áreas de "fronteira agrícola", essas estradas e rodovias sempre despontaram como o caminho por onde milhares de pessoas passaram na década de setenta e continuam a passar pela década de oitenta afora, uns acreditando que tudo aquilo era "preparado por Deus", que estavam indo à procura da "terra do café sem geada", que "tinha muita terra pros filho tudo junto", outros, esperando que aquelas estradas os levassem às terras desconhecidas e cheias de riquezas da Amazônia, onde o ouro dos garimpos cada vez mais aparecia como seu principal chamariz.

E as providências que a Indeco tomou para que se pudesse efetivamente abrir uma cidade em plena selva amazônica, exigiam, antes de tudo, a abertura de uma via de acesso às suas glebas. Um empreendimento gigantesco, pois seus idealizadores sabiam que uma luta tenaz haveria que ser travada, para vencer a "impenetrável" e "teimosa" floresta amazônica.

A rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), que havia sido inaugurada pelo então presidente Geisel, contava, nos últimos meses de 1973, com aproximadamente 642 quilômetros de estrada, a partir de Cuiabá. Foi desse trecho da rodovia que os caminhões e máquinas da Indeco começaram a romper a estrada de acesso à futura área de colonização. Mas não poderia ser apenas uma estrada comum. Projetada para atender aos interesses de uma futura e próspera região de colonização, foi totalmente cascalhada e compactada, de acordo com os padrões observados na Cuiabá-Santarém.

Foram 81 quilômetros de incessante trabalho, até o rio Teles Pires⁽⁷⁾. Daí em diante as dificuldades seriam redobradas e os trabalhos interrompidos, pois a balsa que a empresa havia comprado no Paranã, e que veio desmontada em cima de um caminhão, só pôde ser lançada às águas do rio no final de 1974. Mas como na Amazônia as chuvas caem de outubro a março, somente no ano seguinte as máquinas puderam reiniciar os trabalhos, até que em outubro desse mesmo ano a estrada chegava ao trecho no qual seria construída a cidade de Alta Floresta.

Assim, ao receber apoio do próprio governo federal para a construção da estrada, a Indeco se empenhou em garantir e manter uma estrutura viária capaz de dar sustentação ao seu projeto de colonização⁽⁸⁾. Entretanto, o custo social foi muito alto. Na realidade, foram milhares de horas de trabalho insano de centenas de incógnitos peões, pois, no cômputo geral dessas obras faraônicas, raramente aparece o seu sacrifício. Quando muito, esse testemunho apresenta-se fragmentado nas histórias contadas "um pouco aqui, um pouco ali" e, tendo sorte, podemos até chegar a inferir a respeito desse trabalho. É o caso de notícias como esta, interessadas em relatar a grandeza do empreendimento pela sua extensão:

"Para alcançar a rodovia Cuiabá-Santarém, os pioneiros de Alta Floresta e Paranaíta, construíram um acesso pedregulhado de 165 quilômetros de extensão, concluído após 5 meses de verão e com o trabalho puxado de 24 horas das patrulhas mecanizadas. Além disso, outras estradas foram abertas; existem hoje (1977) 510 quilômetros de pequenas rodovias, todas elas encascalhadas, funcionando como vicinais e no mesmo padrão técnico da BR-163"⁽⁹⁾.

(7) Localizado no extremo norte de Mato Grosso, fazendo limite com o Estado do Pará.

(8) A Indeco recebeu verba para a construção dessa estrada através do Programa Poloamazônia (área do Centro-Oeste- Polo XIII Juruena), Informação CODEMAT (Companhia do Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso).

(9) Folha de São Paulo, de 10.06.77, "Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia: café, cacau, castanha e madeira, riquezas locais".

E foi com esse trabalho que a clareira gigante aberta no meio da floresta começava a esboçar os contornos da futura cidade. As máquinas e o trabalho febril desses peões abriam ao redor dessa clareira as estradas vicinais que haveriam de servir aos lotes de cem ou trezentos hectares, demarcados numa área de aproximadamente 200.000 hectares, na qual também estavam programados lotes entre 3.000 a 6.000 hectares, para a implantação de grandes fazendas agropecuárias⁽¹⁰⁾. As primeiras construções iam sendo erguidas. O espaço urbano ganhava seus primeiros contornos. Nascia Alta Floresta.

Tudo aquilo que se exigia à construção do "novo lugar" assemelhava-se sempre aos contornos da grandeza: a obra da empresa colonizadora elevava-se como um clarão na imensa e silenciosa mata, onde o ruído dos machados abatendo as grandes árvores trazia ao lugar o gemido da impotência da natureza perante o absurdo dos homens. Os peões e colonos, "comandados por um *poder maior*", agindo como espectros, trabalhavam, trabalhavam ... como as formigas em um novo habitat, tendo por escudo ou fôlego apenas a crença na terra, no "ouro verde", nas diversas formas de riqueza, mesmo que isto não significasse ficar rico, de acordo com os referenciais burgueses de acumulação. A crença em uma idéia - melhorar suas condições de vida - geralmente se expressava na esperança do amanhã: — "A gente esperava boa melhora, a gente num esperava nada de ruim não, esperava sempre boa melhora!". A fé inabalável era a condição para resistir, mesmo que para isso esses colonos tivessem que esquecer por um momento a vida, ou que, por um instante, renunciassem a ela, ainda que essa renúncia durasse um, dois, três, quatro anos e, quem sabe, a vida inteira...

É ela que explica a tenacidade desses primeiros colonos, aqui tão bem representada na fala de um deles, nordestino de origem e com passagem pelo Paran , que,   época de sua chegada a Alta Floresta, lembra da luta para encontrar o seu lugar: "— Eu cheguei aqui na marra... *vim atrás da máquina* ... andando atrás do trator que abria a estrada". Vinha endurecido pela experiência de uma vida que conheceu a seca e a geada, a pressão dos grandes proprietários, "a agonia do futuro" e os "campos dos tratores". Vinha pela "fome da terra" e porque não

(10) A esse respeito, ver o Capítulo IV.

se cansava nunca de *procurar alguma coisa*. Mas, por ironia do destino ou por alguma "maldição que se abatera sobre a terra", chegava atrás do trator. O território tinha dono.

Mas não apenas Dona Rose nos pôde contar do cansaço da espera e da vida de sacrifícios: todos aqueles que ali chegaram primeiro, têm vivo em sua lembrança a experiência de um passado recente, da derrubada das matas para o plantio, vendo suas crianças inchadas com tantas picadas de insetos e pensando não mais poder voltar a ver "um céu mais limpo", como disse um colono, ao revelar o medo da morte e a agonia dos momentos mais duros. A dor vivida parece ter-se alojado em um canto da memória, para não mais querer sair, como tão bem consegue expressar a mulher de um dos colonos de Alta Floresta: "— A maior dificuldade, *não sei nem contar até...* nós sofreu tanto que num dá nem pra contar, nós aqui já sofreu foi muito, Deus me livre! O sofrimento maior foi quando nós ficamos na beira da estrada, sem ter casa pra morar, de barraco, era tudo mato aqui, num tinha nem um aberto! E os mosquito... Vige minha filha, *nem sei contar outra vez*, mosquito, aquele meu molequinho quase morreu aí de mosquito, aquele moleque ali ficou com os olhos fechado, esse aí num enxergava ninguém, nem via o ar do tempo de tanto mosquito, inchou assim os braço, perna, rosto, assim inchadinho mesmo, num vestia nem uma roupa o coitadinho. Seu Ariosto chegava no nosso galpão, aí eu falava: — Ó seu Ariosto, meu filho vai morrer, hem!... Olha bem, pro senhor vê como está esse menino, num enxerga, num pode vesti roupa de inchado! Então seu Ariosto disse: — Faz isso: vai lá no Telles Pires. Naquele tempo o hospital era pra lá do rio. Depois ele chegou lá, mandou um caminhão vim aqui buscar a turma todinha pra levar pra lá. Tava tudo doente de mosquito, ferida num tinha aonde a senhora por uma agulha, tão ferida que tava, aí as marca ôi, ôi... tudo ficou pintado aqui de ferida... O seu Ariosto mandou o Dito ir levá eles tudo pra lá, pra tirá consulta, dei bastante remédio pra eles, pra nós tudo, tava tudo ferido. É mulher do céu! nós já sofreu bastante aqui...".

A dor foi lançada para um lugar inexpugnável da memória, abrigando-se por entre obstáculos a fim de que não se juntasse a outras já existentes e não se formasse, então, uma cadeia explosiva, impossível de ser contida. Há uma exigência de resistência, um lugar seguro para a emoção mais forte. Porém, também é verdade que as palavras tornaram-se impotentes para

traduzir a dor, o medo e aflição da mulher que vira o seu filho prestes a morrer.

É certo que só podemos encontrar os sinais desse tempo na pequena frase: "não sei nem contar até...", que manifesta uma emoção fina como uma lâmina, sem começo e sem fim, um caminho traçado na memória de difícil retorno.

Todos os colonos viam na chegada o tempo dos maiores sacrifícios, porém sabiam que para fazer parte de uma obra "daquela grandeza" teriam que enfrentar as adversidades que a mata oferecia, as doenças e a fome. Tinham-se despojado de tudo, e quando identificavam o fim da jornada, colocavam toda a sua determinação em ficar e trabalhar... trabalhar com muita fé.

O Jornal da Tarde, em uma reportagem especial sobre "A conquista do Mato Grosso - Alta Floresta", relata o depoimento do padre Geraldo, que lá estava desde os primeiros tempos da colonização:

"Os colonos que para cá vieram, encontravam terra demarcada, escola, hospital, estradas. Com isto, afluía gente. Era muito bonito ver esta gente chegando. Chegavam os caminhões - não posso esquecer com móveis, boi, cachorro, galinha, porco e aqueles badulaques velhos. Quando falava que era o padre, muitos choravam de emoção. Diziam que eu era um herói. Heróis eram eles que tinham saído de sociedades organizadas, entravam em um caminhão e chegavam ao desconhecido. O caminhão chegava ao final da picada; a firma devia, ainda, abrir uma estrada. Aí parava o caminhão, desciam todos, amarravam os animais nas árvores, desciam os badulaques, faziam barraca com encerado, punham a família embaixo, e o caminhão voltava. E eles ficavam ali, sozinhos no meio da mata. Depois que o caminhão saía, o colono tomava o machado e começava a trabalhar para montar a sua casinha, a sua barraca, a lavoureira. Sentiam-se isolados, no vácuo, até que chegavam outros colonos a este desconhecido"(11).

(11) Jornal da Tarde, de 11.05.81, "Onde o Crime Jamais é Castigado", p. 16.

Convém lembrar que, bem no começo, quando chegaram as primeiras famílias, o atendimento hospitalar ficava longe, do outro lado do rio Telles Pires, de difícil acesso para os colonos; as escolas ainda não funcionavam e as estradas não chegavam a todos os lotes.

Este testemunho do *padre do lugar* registrou o encontro dos colonos com a nova terra de uma maneira tão viva e tão triste que nos revela algo que se aproxima de uma realidade incorpórea, como um "nevoeiro invisível" por entre a mata, a espreitar e a sufocar os homens. Mas podia-se enxergar claramente o terrível isolamento e a solidão sem saída!

Quando o caminhão voltava, era como se rompesse definitivamente o último elo com o passado. Dificilmente poderiam voltar. Só lhes restavam abraçar o trabalho e "fazer a barraca" com encerado no meio da mata. O jeito mesmo era se agarrar a uma idéia, a uma fé no amanhã muito próximo: a de que ali estariam, em breve, a olhar e a colher os mais belos frutos.

Não tinham deixado para trás somente a "velha terra" ou os seus lugares mais conhecidos. Haviam deixado muito mais. Tinha largado quase tudo: *os tempos da vida* que podiam ser vislumbrados na roça (até mesmo em lugares onde nada crescia), nos objetos, nas cercas, nas árvores, no que haviam plantado de há muito ou no que haviam deixado de plantar. Este era o passado que podiam sentir, apalpar, cheirar através de todas as "coisas materiais" que se encontravam povoando o seu mundo cotidiano e traçando as referências para a memória. A lembrança é feita de emoção. Nada fica que não nos tenha tocado muito. E ali estavam parados no meio da selva, nus. Descarnados.

O *desconhecido* não representava somente o novo lugar, ou a enormidade da floresta que podia assustar, mas estava dentro deles mesmos. Tudo era diferente, eles se encontravam diferentes. Ecléa Bosi, ao falar da importância do passado para o reconhecimento e identificação de nossa própria vida, "direito da pessoa que deriva de seu enraizamento", adverte:

"Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opres

são econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças"(12).

Os colonos quando venderam o pouco que tinham, ou simplesmente largaram para trás coisas que possuíam, lá deixaram partes de si mesmos. As poucas coisas que vinham consigo eram como lembranças soltas, ou talvez, trapos de lembranças! Em *As Vinhas da Ira*, John Steinbeck, sentindo o peso do momento da partida das famílias para longe, lançara a seguinte pergunta:

"Como poderemos viver sem tudo isto que representa a nossa vida? Como é que havemos de continuar a ser os mesmos sem o nosso passado? Não, deixem tudo. Queimem tudo"(13).

Ficariam juntos em torno dos mesmos pensamentos - alimento da grande fogueira -, aquecendo-se para recomeçar uma nova história. Apesar das indagações, *seria possível?* Naquela época, faziam de tudo para acreditar que sim. E o esforço heróico da necessidade se sobrepunha aos obstáculos do momento da chegada, desvendando aí a miséria da condição humana, sem a qual o *famigerado progresso* não se poderia instalar no meio da quela selva.

Mas os colonos continuavam a chegar... Das famílias que se fixaram em Alta Floresta, nos anos de implantação da colonizadora, isto é, no prazo de cinco anos, 90% em média, vieram do Paraná. Mais precisamente, "paranaenses" são aqueles que participaram da abertura da fronteira agrícola do Paraná ou, como bem gosta de dizer Ariosto Da Riva:

"Paranaense é o seguinte: paranaense mesmo em si é pouco. É gente que passou pela escola do Paraná. Por aquele "boon" de 50, 53, 54... por aquele desenvolvimento do Paraná! O país inteiro... Houve uma corrida para o Paraná. E gente passou... tem mais é mineiro, mineiro foi muito para o Paraná, também gente do Sergipe, do Ceará, de todos os Es-

(12) Bosi, Eclêa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. op.cit., p. 362.

(13) Steinbeck, John, po. cit., p. 91.

tados do país... bastante catarinense, mais recentemente, gaúcho, mas a maioria é gente que passou pela escola do Paraná! Nós chamamos paranaense por que eles vieram de lá, mas paranaense mesmo em si, vou te dizer uma coisa, aqui não tem dois por cento. Noventa por cento "veio" do Paraná"⁽¹⁴⁾.

Até os colonos costumavam dizer que todo o Paraná estava vindo para essas terras, "de caminhão, de ônibus, e de tudo quanto é meio permitido por Deus!" Existem estórias e mais estórias contadas por esses colonos - uns contam que fulano de tal "esvaziou" certas cidades do sul, de tanto levar as pessoas do lugar para Mato Grosso, outros afirmam ter visto mais de oitenta mudanças num só dia...

Do mesmo modo, é preciso lembrar ainda que não somente "paranaense" se deslocou para o norte de Mato Grosso e, em particular para Alta Floresta, uma vez que nesta região podem ser encontrados muitos que passaram pela "escola do Mato Grosso do Sul": "— Eu fui pra Dourados e de lá vim pra Alta Floresta, esperando acontecer aqui o que num consegui lá".

Chamam muito a atenção as notícias em matérias de importantes jornais e revistas do país, que, no mesmo estilo daquelas propagandas dirigidas pela empresa, inegavelmente fortaleceram a idéia de que a nova cidade oferecia a melhor oportunidade para o investimento futuro. A colonização é vista aí como um caminho seguro, a qual tem como resultado o sucesso da produção agrícola.

Voltada para os interesses da região, a Revista Amazônia, em abril de 1977, informava em tom heróico:

"Dia 19 de maio de 1976, essa área era mata fechada. Foi quando a Indeco (Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A) começou o desmatamento para iniciar a ocupação efetiva de Alta Floresta, onde hoje vivem 180 famílias e, ainda este ano, receberá mais 1.200".

(14) Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, abril de 1982.

Mais à frente, fazendo a projeção da produção agrícola para o futuro próximo, o otimismo a respeito da região dispensa maiores comentários:

"Daqui a dois anos, uma área de 400 mil hectares em Mato Grosso terá plantados trinta milhões de cacauzeiros e cinco milhões de guaranazeiros"⁽¹⁵⁾.

Nesse mesmo ano, em 10 de julho de 1977, a *Folha de São Paulo*, a respeito do projeto de colonização da Indeco, exaltava:

"A Gleba Indeco está oferecendo uma oportunidade histórica para muitos colonos participarem da abertura de uma grande frente pioneira na Amazônia"⁽¹⁶⁾.

E, em reportagem do dia anterior, esse mesmo jornal já assinalava:

"Na mancha de terras mais nobre da Amazônia Legal, onde o cacau, o café e o castanhal nativo significam um atrativo maior ao homem brasileiro, até dezembro deste ano, 10 mil pessoas aproximadamente, estarão fixadas. As 14 salas de aula serão poucas e o número atual de crianças matriculadas no primeiro grau (655) passará a mil"⁽¹⁷⁾.

Mesmo alguns anos depois, mais precisamente em 11 de maio de 1981, o *Jornal da Tarde*, acompanhando o desenrolar da colonização em Alta Floresta, apontava o nascimento desta cidade como "uma realidade insofismável" da ocupação agrícola, sendo que Ariosto Da Riva aparecia como o grande idealizador de tal façanha:

(15) *Revista Amazônia*. Abril de 1977, nº 26. - "Indeco: a riqueza planejada", p. 20.

(16) *Folha de São Paulo*, de 10.06.77, op.cit.

(17) *Folha de São Paulo*, de 09.06.77, "Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia (III): Paranaenses, colonizadores que fazem nascer as cidades".

"No centro físico do Brasil está nascendo uma cidade. Seu nome ainda não é conhecido: Alta Floresta, nas margens do Telles Pires, um pouco antes da fronteira do Mato Grosso com o Pará. Sua história é recente, mas rica. De mortes e de heroísmo de homens que muito se assemelham aos bandeirantes do início do desbravamento do Brasil. Mas há uma diferença básica: eles vieram para ficar. São garimpeiros, ladrões de terra, aventureiros... De suas disputas surgem as mortes. Mas há também famílias inteiras, colonos, que têm uma única preocupação: cultivar a terra. Chegam com todos os seus bens: da vaca leiteira à cadeira de balanço herdada dos avós, do velho caminhão (usado na mudança) aos utensílios de cozinha. E Ariosto Da Riva - ex-garimpeiro, ex-pioneiro, ex-desbravador - é o responsável por tudo isto"⁽¹⁸⁾.

Nesta representação do novo lugar, o colono é sempre mencionado como o homem da terra, que mais parece carregar uma "sina" - a de cultivar, cultivar. E ocupar. Outros são garimpeiros, grileiros, aventureiros sem rumo, sem lugar, que acompanham o brilho da riqueza e não podem parar. Mas todos aparecem juntos no mesmo cenário, descrito de maneira pitoresca. E o homem que tem de tudo um pouco, o criador de cidades na "selva", é apresentado como o colonizador, o "bandeirante" que comanda a mais nova explosão de progresso em uma das mais importantes áreas do norte matogrossense.

Mas, enquanto a colonização ganhava reconhecimento e nome - "os ares da fama" -, os colonos trabalhavam... e enfrentavam as mais sérias adversidades, que só eles mesmos, na labuta diária, podiam exprimir. *Lutar pela sobrevivência era o grande lema de todos eles.*

Desta forma, os colonos para se estabelecerem em seus lotes, procuravam se organizar e vencer as dificuldades, com todo o otimismo que lhes dava força e perseverança, sem parar para ceder ao desânimo ou até mesmo para falar dos apertos:

(18) Jornal da Tarde, de 11.05.81, op.cit.

"— Eu cheguei e comecei a enfrentar o mato com a família inteira. A gente quando chegou aqui, não tinha estrada. Nós entrou aqui e só tinha nós e uma família lá na estrada da central. Não tinha nada, não tinha nenhuma família de colono. Mais eu nem pensei, dinheiro ninguém tinha, mais a firma dava apoio pra gente se precisasse, mais não deu nada não, toquemo em frente! Não achei nada difícil, meus filho tudo tem coragem, eu também tenho. Um dia chegamo, um dia armamo barraco e..." - intervenção da mulher do colono — "Eu mais as moça acabamo de fechar o barraco. Não achamo nada difícil. A gente acabou de fechar e eles foram derrubar esses mato, derrubaram tudo no braço! ... Não tinha moto! Moto tinha, mais não tinha dinheiro pra comprar, né? E aqui pra nós comer, as coisa tinha que vir lá da Colíder. O homem trazia pra Alta Floresta, depois nós ia comprar dele, mais aí, muitas vezes não tinha nada pra vender ... Nós num passou apuro porque a gente trouxe compra muito grande.... Ficamo sabeno que teve gente aí que não pôde trazer as coisa como nós e passaram muitos apuro". E aqui o colono retoma sua fala: — "Pra nós a dificuldade maior que deu foi quando acabou o dinheiro e tivemos que enfrentar a roça e enfrentar o *ganhá*, pra poder sustentar a casa. Mais achamo serviço aí, o ruim mesmo foi ter que dividir o trabalho da gente aí, pra garantir o sustento, né?

Os colonos que haviam vendido sua pequena propriedade na *região antiga*, geralmente já traziam um pouco de dinheiro e alguns mantimentos, instrumentos agrícolas, móveis, etc., como forma de garantir o início de uma nova vida. Entretanto, quando o dinheiro acabava e as plantações não haviam ainda apresentado rendimento algum, muitos se viam forçados a empregar seu trabalho nos sítios daqueles outros mais afortunados. Encontrar serviço não era difícil, pois a mão-de-obra se constituía em um problema sério na região de Alta Floresta. Assim, levando-se sempre em conta a divisão do trabalho familiar, enquanto uns cuidavam do próprio sítio, outros tratavam de arranjar dinheiro para o sustento da família. Como se pode observar pelo relato do colono acima - "o ruim mesmo foi ter que dividir o trabalho da gente aí..." -, a ameaça da desagregação familiar era realmente angustiante. Decididamente, não haviam se deslocado para a "nova terra" contando com essa dispersão do trabalho familiar.

Portanto, logo que chegavam, os colonos tomavam as providências necessárias para colocar seus lotes em condições de moradia e cuidar do desmatamento para dar início às lavouras. A não ser quando chegavam na época das chuvas. Neste caso a situação piorava muito, pois eram obrigados a se instalar à beira das estradas - "... enquanto isto nós ficava numa barraquinha no meio da estrada". Ali passavam meses, em barracos improvisados com encerados ou lonas, sofrendo com maior intensidade os ataques dos insetos e penúrias incontáveis...⁽¹⁹⁾. Até que viesse a estiagem e pudessem ter condições, enfim, de ocupar efetivamente a terra.

Por essa época, todos deviam andar rápido com o desmatamento e com a limpeza da área. Caso contrário, devido ao clima da região, logo a floresta voltaria a tomar conta de tudo, sufocando as plantações que se tentava impor àquele tipo de solo e trazendo de volta os terríveis *piuns*⁽²⁰⁾, que atacavam e causavam doenças a todos.

Diante de um quadro delineado com tantas adversidades, há que se destacar o papel da Indeco. Mais precisamente da figura de seu diretor-presidente, que não media esforços para garantir um mínimo de assistência às famílias que iam chegando e se instalando em Alta Floresta. Na verdade, Ariosto Da Riva personificava em si mesmo as próprias condições de sobrevivência na colonização, em uma região inóspita e ainda muito isolada, mantendo em suas mãos o controle de todos os instrumentos capazes de tornar viável a ocupação.

Neste sentido, buscando o êxito do projeto de colonização, era fundamental para a empresa fixar os colonos em seus lotes, criando, de todas as formas, as possibilidades para que os recém-chegados não desistissem da "aventura de querer mais terra". Notícias promissoras, alvissareiras, deveriam dali "correr mundo", de tal modo a justificar que, apesar de todas as dificuldades e sacrifícios, valeria a pena tentar "uma nova opção de vida".

(19) Visitei um desses barracos em fevereiro de 81 e impressionou-me profundamente as crianças dos colonos, que apresentavam o corpo bastante inchado por causa das picadas dos mosquitos, além das condições de moradia extremamente precárias. É difícil imaginar a sobrevivência em um lugar daqueles.

(20) Do tupi *pi'ũ* o que come a pele, mosquito borrachudo encontrado na região amazônica.

E ninguém melhor do que os próprios colonos para propagá-las, principalmente porque encontravam na figura paternalista de Ariosto Da Riva um respaldo seguro capaz de levá-los a acreditar em um futuro mais promissor. Realmente, por se fazer sempre presente, facilitando a vida de quantos ali se iam instalando, por tudo isso, Ariosto acabaria se tornando uma figura legendária entre os colonos pioneiros.

Mais uma vez o relato de Dona Rose é significativo: "— O seu Ariosto é mais do que um pai. Aquele homem, eu gosto dele como seja meu pai, ele cuidou de muita gente aqui... Acudia doença, acudia tanta coisa aqui pra esses mato, pôs gente no avião, mandava pra fora porque tava ruim, morrendo... uma criança, um desastrado! Mas os que chegaram depois, tem muita gente que num quer agradecer. Mais me diga - quem teve a coragem de enfrentar esse lugar, de incentivar o povo de vir e dar de comer? Quantos anos ele deu de comer a esse povo aí! Dava comida de graça, direto! Vinha caminhão e caminhão de comida, e dando de comer direto, num cobrava um tostão!".

A assistência de Ariosto Da Riva às famílias pioneiras que chegavam, sempre foi apontada de maneira a exaltar o "espírito benevolente" do colonizador. E, inclusive, os colonos cobravam esse assistencialismo, jogando sobre o colonizador a responsabilidade de cuidar da vida das famílias, como naquele apelo dramático de uma das pioneiras: "— Ó seu Ariosto, meu filho vai morrer, hem!...".

Não era ele o homem responsável por tudo aquilo? Não tinha a obrigação de dar assistência "ao seu povo"? Afinal, não era "o pastor de um povo eleito", "o pai que ali estava para guiar o seu rebanho"?

Deste modo, as referências vão se alinhando: "— Seu Ariosto é um homem santo!"; "— Foi ele que cuidou da gente aqui no começo com remédio, com encorajamento"; "— ... até em prestava dinheiro prá gente".

Assim, o colonizador ia se imiscuindo no cotidiano da vida dos colonos nos primeiros tempos - sabia de tudo, tomava providências para atender a todos e, principalmente, construía a sua história sobre a colonização.

Enfim, no âmbito desta mística do *pai-patrão*, é interessante observar ainda a distinção que os colonos fazem entre o

"velho Ariosto" e a empresa: "— A empresa trata dos negócios e o seu Ariosto é um pai... tem vez dele ir contra a empresa, mandando levantar as ordem de cobrança... *o velho não é igual a Indeco!*"⁽²¹⁾.

Ariosto Da Riva sabia que precisava criar certas condições de vida favoráveis ao desenvolvimento da colonização, para que *a coragem e a fé* não fossem suplantadas pelo desejo, não só de voltar à "terra antiga" mas, principalmente, de procurar um outro lugar nas terras próximas àquela colonização, igualmente cheias de estórias...

O encontro com a *nova terra* exigiu tudo. Os colonos tinham que enfrentar a mata, as doenças, o desânimo. Mas ali se deram conta de uma resistência que pensavam não mais possuir. A força emanava da fé. Acreditavam no sucesso da colonização. O próprio tempo da chegada passava por uma espécie de fetiche: é o tempo que não se conta, amanhã ele aparecerá nos frutos do trabalho.

O lugar que representa o símbolo da realização futura se revelará como obra inquestionável do trabalho.

Na terra da esperança, portanto, os colonos deparavam a terra do trabalho. Se para ali haviam se dirigido, acariciando a idéia do "até que enfim o sossegar", teriam que esperar, talvez! Mas com certeza, aquela terra haveria de envolvê-los até a alma, consumindo sua carne, seus ossos... os jovens tornar-se-iam velhos e os velhos, velhos demais!

A lembrança dos "tempos difíceis" começa a se perder no fundo da memória. O suporte material das lembranças não mais existe, a imagem da cidade, sob o impacto da velocidade das realizações, substituiu a paisagem que ali haviam encontrado. A "nova terra" não mais se interessa pelo sofrimento passado, a história presente é a do triunfo. Ela vem celebrada pelo fervor do progresso.

O reforço ao passado só existe quando se levantam os marcos apologéticos dos primeiros tempos. Dentro dessa visão,

(21) Voltarei a discutir o papel do colonizador no Capítulo III e IV.

não se pode comprometer a "nova história da colonização" com o trabalho e o sacrifício dos colonos pobres...

O crescimento da cidade leva ao "desaparecimento" da dor e das feridas passadas, que restam apenas como cicatrizes, sulcos na terra, por onde desabrocham, ou abortam as luzes do Progresso.

CAPÍTULO III

A COLONIZAÇÃO COMO MISSÃO

"Tudo lhe pertencia. Fez-me conter a respiração ouvir a selva explodir numa prodigiosa gargalhada, que abalaria as estrelas fixas em seus lugares. Tudo pertencia a ele... mas aquilo era uma ninharia. O importante era saber a que ele pertencia.

JOSEPH CONRAD

CAPÍTULO III

A COLONIZAÇÃO COMO MISSÃO

O "PLANTADOR DE CIDADES"

O elogio ao "espírito bandeirante" exalta a imagem que ora corre da silhueta do forte desbravador dos sertões, que a tudo vence e impõe, sobre minas de ouro e esmeraldas, para a dignificante estampa do *brasileiro nato* que, conquistando territórios - a marcha para oeste -, deu ao Brasil sua maior riqueza, ou seja, o alargamento das suas fronteiras.

Cassiano Ricardo, em a *Marcha para Oeste*, endossando Alberto d'Oliveira, defende a tese de que a verdadeira história do Brasil tivera início com a *bandeira paulista*. Para ele, a penetração e a ocupação mais recente dos "espaços vazios" da Amazônia é a maneira "natural" de se concluir esse percurso, ou essa "missão histórica". Nessa perspectiva, os "novos pioneiros", os que, no período histórico mais recente, ocuparam-se dessa tarefa de conquista deram a mais irrefutável prova de patriotismo, contribuindo para o crescimento e a riqueza do Brasil⁽¹⁾. Desta vez, os "novos bandeirantes" voltaram à cena da cartografia política para fincar definitivamente as esporas no território amazônico, fundando cidades, abrindo caminhos, arregimentando trabalhadores do campo. Mais uma vez, a retórica do bandeirismo recai sobre os *paulistas* — "só os paulistas estavam preparados para vencer o sertão", já designara Cassiano Ricardo, ao conceituar o "fenômeno bandeira"⁽²⁾.

Os *empresários paulistas* e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os *eleitos* pelo regime militar para reencarnar o *autêntico espírito bandeirante* - conhecedor e explorador dos sertões -, a fim de levar adiante um projeto de colonização privada. Um projeto que, a princípio, tinha o propósito de ocu

(1) Ricardo, Cassiano. *Marcha para Oeste*, SP, Editora da USP/ José Olympio Editora, Prefácio - "E Isto não é Fábula", vol. I, p. XXXVII, RJ, 1970.

(2) Idem, *ibidem*, p. XXXIV.

par e desenvolver os "espaços vazios" da Amazônia, como pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região. Novamente aí temos uma aproximação com a política de colonização do Estado Novo: as *Colônias Agrícolas Nacionais*. Como explica Alcir Lenharo:

"As colônias agrícolas nacionais foram pensadas como verdadeiras 'autarquias', réplicas, em miniatura, do mercado nacional, microcosmos econômicos do país (...). Daí a armação de um 'rosário de colônias', pontos avançados de penetração impulsionadores da 'Marcha para o Oeste' e de conquista da Amazônia. Do modo como foram planejadas, as colônias funcionariam como cidades-indústrias potencialmente lançadas no vazio"(3).

Mas, como no Estado Novo, o projeto de colonização do regime militar, ainda que sob condições históricas diferentes, visava uma estratégia de dominação política no campo. Se para Getúlio o *coronelismo* era um "inimigo natural", para o governo militar os grandes proprietários rurais eram "aliados normais", desde que não se interpusessem em sua política centralizadora e mantedora dos privilégios e das decisões. Porém, tanto para Getúlio, como para os militares, a dominação política sobre os trabalhadores rurais era questão de primeira ordem.

A estratégia da colonização particular, a partir da década de setenta, se afigura como "um salto" do governo sobre os direitos dos homens do campo em sua luta pela terra, mais se revelando como um instrumento de controle e disciplina de uma população rural empobrecida, assoberbada por uma miséria aviltante, instigadora de revoltas. Para o governo urgia satisfazer a classe dos grandes proprietários rurais e dos donos do capital e, na mesma relação, manter um controle social e político sobre os trabalhadores do campo. A política era, de fato, a de privilegiar, antes de qualquer classe ou setor social, a centralização do poder executivo, instauradora de uma ordem so

(3) Lenharo, Alcir. Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, Campinas, Editora da Unicamp, 1985, pp. 47 e 48.

cial que excluía o povo da participação pelas vias institucionais.

Necessitava-se, nesse momento, de homens fortes que "acolhessem os fracos e oprimidos", desde que não saíssem do próprio povo e que não representassem alguma liderança política emergente de uma experiência de luta pelos direitos dos trabalhadores. O "empresário do sul", o *bandeirante moderno*, que se interessava pelas riquezas da Amazônia, revelava-se o "comandante ideal" de uma política que apontava do alto a estratégia mais eficaz para "preencher os espaços vazios".

Desta forma, o projeto de colonização de Ariosto Da Riva nascia sob a égide de uma *linguagem profética*: "o grande homem guiaria os pequenos homens" à terra da fartura, ao lugar da abundância. Construiria as cidades que os abrigariam, porque havia criado um projeto agrícola "especialmente voltado para o aspecto social". Mais ainda: inaugurava o seu discurso em tom apoteótico — "Estou sendo o estopim de um novo norte do Paraná, em plena floresta amazônica... mediante o interesse social!"⁽⁴⁾.

E na construção do mito do *colonizador bandeirante*, Ariosto começava a aparecer na grande imprensa, o que, em poucas palavras, legitimava uma dada política de colonização. De fato, após um ano de funcionamento efetivo do projeto de colonização, o *Jornal da Tarde* assim se referia ao colonizador:

"Enriquecera. Mas a natureza do colonizador criara em seu espírito um sonho que tinha a direção da Amazônia. Teria que ser um grande projeto agrícola, especialmente voltado para o aspecto social. Maringá, Londrina... As grandes cidades paranaenses produzidas pela iniciativa particular haveriam de renascer em plena floresta amazônica"⁽⁵⁾.

Mas, apesar deste reforço mítico ao *plantador de cidades*, era de Alta Floresta que se lançava a imagem fulgurante do colonizador:

(4) *Jornal da Tarde*, Edição de 04 de janeiro de 1977.

(5) Idem, *ibidem*.

"A cidade, planejada e executada na sua estrutura básica pela Indeco - Integração, Desenvolvimento e Colonização, nasceu do arrojo e da visão cósmica de um homem simples, dinâmico, sonhador, espécie rara de criatura humana, semeador de civilização, fundador de Naviraí, no Mato Grosso do Sul, chamado ARIOSTO DA RIVA, extraordinário bandeirante moderno, apóstolo do trabalho, defensor incondicional da livre empresa, que arrastou, com a sua força moral e a sua bandeira de progresso e de participação, o que o Brasil, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham de melhor em matéria de colonizadores e desbravadores de terras desconhecidas e ainda não civilizadas (...) Alta Floresta é uma resposta serena e convincente ao desânimo e ao pessimismo. Deus há de colocar outros Ariostos da Riva por este país afora, para acordar e reanimar este gigante nocauteado..."⁽⁶⁾.

O bandeirante em marcha traçava o caminho certo e seguro, "restabelecendo" a esperança no país do futuro. só um paulista conhecedor dos sertões poderia levar a cabo esta tarefa, com ousadia, força e eficiência. A sua origem e suas proezas foram sempre ressaltadas. Filho de Agudos, cidade do interior de São Paulo, com passagem por Marília, tivera aí a oportunidade de convencer alguns fazendeiros da região que criar cidades era uma boa idéia. Fundou a Colonizadora Vera Cruz e partiu para o Mato Grosso do Sul. Mas antes já havia se envolvido com os garimpeiros em Minas Gerais. O quadro era perfeito.

Apontado como um "fenômeno da colonização", a sua história passava a ser contada. Muitos queriam saber de onde vinha, ou qual era a razão do seu sucesso. A linha que traça o percurso da glória, nessa construção imaginária, aparecia acompanhando-o desde os tempos em que foi garimpeiro até a época em que começou a negociar com terras.

O "primeiro passo", o mais importante, foi dado quando trabalhou com Jeremias Lunardelli - "o rei do café" -, passando a negociar terras no Mato Grosso do Sul, na região de Doura

(6) Guia SERV. Edição Centro-Oeste, 1984.

dos. Aí já havia fundado uma cidade - Naviraí (da época da Colonizadora Vera Cruz). Depois disso, voltou-se para o norte do Estado de Mato Grosso. Passou uns tempos comprando e vendendo grandes áreas (de até 100 mil hectares), mas sem intenção de colonizar, até que comprou grandes extensões de terra em Barra do Garças, na região nordeste de Mato Grosso, limite com Goiás. Mas, de acordo com o seu depoimento, a terra não era adequada à agricultura, impossibilitando-o assim, de "trazer famílias de lavradores humildes para enterrar ali, não é?".

Associou-se então ao Grupo Ometto e formou a fazenda Suiã-Missu, que depois seria adquirida pelo grupo italiano Li- quigás. Logo que vendeu a sua parte, Ariosto resolveu comprar, já em 1973, uma gleba de 418 mil hectares, cortada pelo rio Telles Pires, no extremo norte de Mato Grosso.

Este é o ponto decisivo da sua história: o *bandeirante à conquista de território na Amazônia*. Deste núcleo territorial, "com um pé cravado na selva", partiria para ampliar o raio de extensão das suas terras. A época era propícia a esse propósito: com efeito, a colonização se afigurava nesse momento como um "bom negócio" - o governo conclamava o capital privado a participar da colonização dirigida, pois dentro da concepção dominante, era fundamental o papel da iniciativa privada à ocupação produtiva da Amazônia.

Para isto, as decisões mais significativas já tinham sido tomadas. Em abril de 1971, por decreto-lei, o governo havia federalizado as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada eixo das rodovias já construídas ou em construção⁽⁷⁾. A política de centralização estendia seus tentáculos, ampliando o poder da União sobre as terras situadas ao longo das novas rodovias, pois inicialmente no Plano de Integração Nacional - PIN - o governo determinava que apenas uma faixa de

(7) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Vademécum Agrário, Vol. 5, pp. 2.308-2.309, Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1978. Decreto-Lei nº 1.164, de 19 de Abril de 1971.

dez quilômetros de largura fosse reservada à colonização (8). Agora, uma grande extensão de terra - cerca de 30% da área total do Brasil -, que antes pertencia às esferas estaduais, passava a ser controlada pela União e, mais diretamente, ficava sob os auspícios do Conselho de Segurança Nacional. De fato, foi no âmbito desse órgão que se estabeleceram as principais estratégias políticas de controle e domínio do setor fundiário, atuando sobre as áreas de conflito social na Amazônia (9).

Promover e estimular a iniciativa privada a "ocupar as terras da Amazônia" significava mais que uma estratégia de crescimento econômico sob a égide do grande capital. Tratava-se principalmente, de uma estratégia militar de controle do espaço amazônico. Assim, a colonização não deveria ser somente *privada* mas fundamentalmente *controlada e disciplinada*.

Seguindo a trilha desse encaminhamento político, o regime autoritário contava com fortes instrumentos de poder para estimular o capital na Amazônia. Aquele decreto-lei, de abril de 1971, por exemplo, abria à iniciativa privada a possibilidade de implantar projetos de colonização em áreas consideradas *prioritárias* para a reforma agrária e em *terras devolutas* da

(8) O PIN foi criado pelo decreto-lei nº 1106, de 16 de junho de 1980. Através desse Plano o governo Médici determinava a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, além do Plano de Irrigação do Nordeste. Também ordenava-se aí que se reservasse "para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra, e adequada e produtiva exploração econômica". Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, *idem, ibidem*, vol. 5, p. 2.208. Logo após o decreto-lei que criou o PIN, foi criado o INCRA, como resultado da fusão do IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - com o INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, pelo decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. O INCRA ficava encarregado de executar a colonização disposta pelo PIN.

(9) Sobre os desdobramentos do CSN, com relação à política fundiária na Amazônia, ver especialmente o trabalho de Alfredo W.B. de Almeida: "GETAT - A Segurança Nacional e o Revigoramento do Poder Regional", in *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, Campinas, nº 02, mar/abr-1981. Consultar também José de Souza Martins: *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*, RJ, Editora Vozes, 1984.

União⁽¹⁰⁾. A partir daí, o governo foi tomando medidas efetivas para incrementar a ocupação da região amazônica pelo empresariado. Em dezembro de 1972, fechava-se ainda mais o círculo: o INCRA decidia vender terras públicas da Amazônia para o desenvolvimento de projetos agropecuários⁽¹¹⁾. Em março de 1973, Moura Cavalcanti, o ministro da Agricultura naquele momento, enfatizava, em discurso proferido na Associação Brasileira de Criadores de Nelore, a importância das medidas então adotadas, as quais permitiriam introduzir modificações na política de ocupação da Amazônia, com vistas a favorecer e promover a iniciativa privada⁽¹²⁾.

Nos constantes encontros que os representantes do governo mantinham com empresários, em que procuravam demonstrar as amplas possibilidades de lucro que a Amazônia oferecia, a própria fazenda Suiã-Missu já tinha sido palco de um desses encontros, desde abril de 1969⁽¹³⁾. Por parte dos empresários, as reivindicações sempre recaíam na exigência de um maior apoio à organização de uma "infraestrutura adequada", bem como criticavam a "falta de agilização" da burocracia na aprovação de projetos e para a liberação de verbas. Em *nome da colonização, de uma ocupação racional do espaço amazônico*, o empresariado iria apropriar-se de grandes extensões de terras, assim como usufruir dos benefícios financeiros. A estratégia política para o controle das terras, favorecia nitidamente a colonização particular, "encarregada de desenvolver a região". No âmbi

(10) Desde que em tais projetos se constasse a aprovação do INCRA. Determinava-se também que o capital privado deveria concentrar suas atividades no setor de infraestrutura. Consulte-se, a propósito, Cardoso, F.H. & Müller, G. - Amazônia: Expansão do Capitalismo, SP, Editora Brasiliense, 1977, Cap. VI, pp. 109-137. A respeito da política que atende pela designação de "áreas prioritárias para reforma agrária", ver o trabalho de Alfredo W. B. de Almeida. "GETAT - A Segurança Nacional e o Revigoramento do Poder Regional", op.cit.

(11) Ver a Portaria do INCRA, de 13 de dezembro de 1972.

(12) Ver Holanda, Sérgio Buarque de. "Incentivando a Ocupação da Amazônia", Opinião, nº 38, de julho-agosto de 1973, pg. 6.

(13) A respeito desse encontro, ver Cardoso, F.H. & Müller, G. Amazônia: Expansão do Capitalismo, op.cit.

to dessa política as regras estavam dadas; a colonização não deveria se limitar à ação governamental.

Tornava-se claro, nesse momento, que por trás da "bandeira" de *colonizar para desenvolver*, sustentada pela idéia de que somente a iniciativa privada possuía os instrumentos eficazes para tal, consolidava-se uma política que privilegiava um "modelo" de desenvolvimento da Amazônia, através dos grandes projetos agropecuários, agroindustriais, mineradores, etc. É bom lembrar que esse "modelo" levava a uma grande concentração de rendas e de riquezas e a uma super-exploração do trabalho, quando o discurso político falava em racionalização de uma ocupação produtiva na Amazônia e bem-estar social para os homens da terra.

A definição pela colonização privada fazia, portanto, parte do conjunto de estratégias políticas que davam ampla margem de movimento ao capital das empresas particulares. Nada mais significativo que o próprio exemplo dos projetos de colonização, que se voltavam para várias atividades econômicas e, em principal, privilegiavam a atividade agropecuária, ou agroindustrial em detrimento da colonização propriamente dita. Foi o caso de Alta Floresta, em que as terras destinadas à colonização ocupavam a menor área, considerando o total da área territorial circunscrita ao Projeto, como veremos adiante no trabalho. Da mesma forma o projeto de colonização de Sinop, que tudo faz girar em torno da Agroquímica Sinop, como melhor pode nos informar J. M. de Oliveira:

"...constituí-se o Grupo Sinop, atualmente de seis empresas que atuam diretamente no Estado de Mato Grosso e fora dele, no setor rural e urbano, na agricultura e na indústria. Sua presença em Sinop se faz diretamente através da Colonizadora, da Agro-química e da Becker, que controlam a produção e a circulação dos produtos do camponês, seja diretamente, ou indiretamente, via cooperativa, que, como já se observou, foi montada conforme os interesses do Grupo Sinop e a ele encontra-se atrelada."⁽¹⁴⁾

(14) Oliveira, João Mariano de. A Esperança vem na Frente: Contribuição ao Estudo da Pequena Produção em Mato Grosso, o Caso Sinop, Tese de Mestrado, USP, 1983, mimeo., p. 121.

No entanto, isto não significa que a atividade colonizadora não tivesse peso para os projetos econômicos das empresas, e particularmente, para uma "política de ocupação". O que é preciso caracterizar, isto sim, é um quadro político-econômico em que os interesses da colonização e das outras atividades empresariais na Amazônia se encontravam intimamente relacionados. Porém, essa problemática foge aos objetivos deste trabalho, ainda que este pressuposto seja aqui considerado.

Diante disto, a preocupação das análises desenvolvidas neste trabalho está voltada ao significado político da "colonização" que se efetivou. Assim, torna-se importante considerar que em meio a várias atividades econômicas que os empresários podiam desenvolver na Amazônia, uma delas foi a que deu origem a um tipo de colonização, ou a formas diferenciadas de colonização, quando se tem como referencial a empresa.

De qualquer maneira, o governo dirigia uma massa expressiva de recursos financeiros às empresas privadas na Amazônia. Destacava-se, nesse quadro, a política de incentivos fiscais desenvolvida pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia -, como ainda os benefícios financeiros estendidos pelos programas especiais do governo, que atendiam também aos projetos de colonização.

O governo tratava de criar medidas políticas e econômicas que favorecessem a conquista do território amazônico pelos setores empresariais. A colonização particular recebia, desta maneira, o estímulo governamental necessário para que pudesse se constituir em uma frente de penetração, não só do ponto de vista econômico, mas fundamentalmente do ponto de vista político, a partir do controle efetivo sobre a terra.

A passos largos, as providências para tal fim foram sendo tomadas. As políticas estaduais tratavam de se adequar à política federal; e o Estado de Mato Grosso foi, deste modo, autorizado a licitar áreas devolutas da União para a implantação de projetos de colonização. E já em abril de 1973, o governo desse Estado licitava uma grande área no município de Aripuanã, localizada no extremo norte de Mato Grosso, mais concretamente, 2 milhões de hectares de terras⁽¹⁵⁾.

(15) Relatório Indeco, 1977. CODEMAT - 1973.

Estava armado o grande circo da colonização. Os empresários dividiam entre si partes da direção do espetáculo. Os governos estaduais cumpriam a sua tarefa de homologar as negociações feitas em altas esferas do Estado, mesmo que estas verdadeiras "doações" do governo federal causassem diversas reações nos círculos de poder a nível regional e local⁽¹⁶⁾. Quanto às populações que ocupavam essas terras em licitação, não tiveram nenhum poder de participação nessas decisões. Além dos acordos terem sido firmados quase que secretamente, foram tratados à revelia dos indígenas e pequenos lavradores que ali se encontravam. A esse respeito, referindo-se à expulsão dos indígenas que se encontravam nas terras da Indeco, um funcionário dessa Colonizadora foi categórico: "Nós aqui domamos os índios e fizemos a limpeza da área"⁽¹⁷⁾.

Em maio de 1973, através de decreto, o governo de Mato Grosso regulamentava a concorrência pública para as terras do Aripuanã e a CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - era instruída a cuidar da oferta pública. Em julho foi aberta a licitação⁽¹⁸⁾.

Pouco tempo depois, mais precisamente em setembro desse mesmo ano, o ministro do Planejamento programou com os empresários interessados em colonização e projetos agropecuários uma viagem à Amazônia. Foi ainda nesse mês de setembro que os empresários que participaram da "compra" dos 2 milhões de hectares de terras em Aripuanã receberam a homologação do processo para a obtenção da área que cabia a cada um. Entre esses empresários estava Ariosto Da Riva, que adquiriu 400 mil hectares. Os outros que obtiveram as "fatias milagrosas": João Carlos Meireles (200 mil hectares); Rendanil (1 milhão de hectares); e o grupo Lunardelli, a Coloniza (400 mil hectares). De todos eles, somente Ariosto Da Riva e J. C. Meireles entregaram os

(16) A informação obtida na CODEMAT (Companhia do Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso) foi a de que tal acontecimento - a liberação, de uma só vez, de 2 milhões de hectares de terras - suscitou uma série de controvérsias nos círculos de poder regional, mas que as "forças ocultas" das altas esferas do poder federal já haviam determinado a transação das terras.

(17) Entrevista realizada em abril de 1982.

(18) Nos termos do Edital de Concorrência nº 03/73, de 25 de julho, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 1973, foi aberta a licitação.

projetos de colonização no prazo estipulado pelo governo, que era de cinco anos⁽¹⁹⁾.

Para o antigo garimpeiro, hoje o *moderno empresário da colonização*, o "negócio" com os 400 mil hectares foi uma verdadeira *mina*, pois não só essas terras foram adquiridas a um preço ínfimo, mas também se encontravam vizinhas aos 418 mil hectares que já havia comprado anteriormente. O *bandeirante* planejava estrategicamente o seu caminho.

Assim sendo, Ariosto Da Riva partia firme para colocar em prática o seu *grande sonho civilizador*. Em agosto de 1973 já havia fundado a Indeco S/A - Integração, Desenvolvimento e Colonização -, um pouco antes, portanto, de receber a escritura de compromisso da área de 400 mil hectares. Não poderia ser diferente, pois a Indeco S/A se constituiu em empresa apropriada para adquirir aquelas terras, com o fim declarado de realizar um projeto de colonização⁽²⁰⁾.

O colonizador, imbuído de um carisma que lhe conferia *qualidade extraordinária*, ampliava e garantia seu domínio sobre a "terra da colonização". Vinculando *palavra e política*, aparecia dotado de poderes para realizar um projeto de longo alcance social:

"Ariosto tinha plena intuição da grandiosidade de seu sonho e da possibilidade de sua concretização. Contagiou a todos, notadamente os mais humildes trabalhadores"⁽²¹⁾.

Alta Floresta, deste modo, ia se tornando famosa e cada vez mais produzida como o lugar da realização. Para a população migrante que se encontrava à procura de terra e de trabalho, a esperança na cidade que prometia imensos benefícios sociais reforçava a imagem mítica do homem que a havia criado. Uma espécie de grande jogo começara, o lugar da oportunidade tomara forma.

(19) A homologação pelo governo do Estado saiu em 24 de setembro de 1973 - CODEMAT.

(20) Relatório Indeco, 1977.

(21) Idem, ibidem.

E, em muito pouco tempo, Ariosto Da Riva ficava conhecido como um dos maiores expoentes da colonização na Amazônia. A seu lado figurava também outro *criador de cidades*, o empresário Ênio Pepino, do grupo SINOP - Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná -, que fundou a cidade de Sinop, considerada um dos maiores pólos de desenvolvimento econômico do norte de Mato Grosso, rivalizando com Alta Floresta em importância no Estado⁽²²⁾.

O discurso colore as imagens com os tons preferidos de quem o elabora. Para Ariosto Da Riva e Ênio Pepino, as novas cidades que surgiram de sua obra colonizadora possuíam a cor da explosão do progresso das cidades paranaenses, também fruto da colonização. Plantar na Amazônia, mais precisamente no norte matogrossense, o modelo das cidades paranaenses, era a projeção mais fantástica desses empresários.

Isto representava muito mais que *meros negócios* com terras, mesmo aqueles altamente lucrativos. Significava construir escolas, hospitais, criar uma infraestrutura adequada para fixar a população migrante em uma *área de fronteira*, principalmente considerando uma região como a Amazônia. Instalar aceleradamente uma *cidade moderna* em plena mata amazônica, com pista para jatos, hotéis, bancos, empresas que controlam o comércio da região, órgãos do governo que determinam *o quê* plantar e *como* plantar, cinemas, clubes, restaurantes, residências de luxo, etc., a isso tudo não correspondia apenas um investimento econômico. Projetavam e construïam muito mais que isto: um domínio político na região. Estabeleciam, desta maneira, através de um projeto de cunho civilizador, o *nexo real* com a política do governo militar, ou seja, *plantar* nas terras amazônicas um núcleo urbano/rural saído pelas "mãos" do capital privado, impedindo a livre ocupação daquela terra.

O PROJETO DA CONQUISTA

As terras adquiridas do Estado pela Indeco foram divididas em duas partes, programadas pelo projeto de colonização, pa

(22) O empresário Ênio Pepino preside o grupo SINOP S/A. (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná). A respeito da colonização em Sinop, ver o trabalho de Oliveira, João Maria - A Esperança vem na Frente, op.cit.

ra a implantação das cidades de Alta Floresta e Paranaíta. A primeira estava prevista para 1976, e a segunda para 1977. Assim a Empresa se referia ao papel do Estado na regulamentação do acesso às terras públicas: "Os termos da concorrência pública eram bastante rigorosos e fixavam prazos e condições inúmeras à aquisição pelos particulares". Mas, habilmente, ponderava que "era natural que o poder público estabelecesse certas restrições, pois, do contrário, seria uma abertura à especulação imobiliária, que evidentemente não atenderia os objetivos da Nação. *Não interessa ao Estado vender pelo maior preço, que muitas vezes poderá não corresponder ao melhor preço.* Este engloba, além da maior oferta, uma soma de investimentos que poderão ultrapassar em muito o padrão inicial"⁽²³⁾.

Ao destacar que os *objetivos da Nação* exigiam do processo de colonização propiciar a criação de um pólo de desenvolvimento econômico e social, a Indeco legitimava o seu lugar e o seu papel, que correspondia à demonstração da sua capacidade para a manutenção do projeto de colonização.

Essa retórica, representativa do discurso da iniciativa privada na área da colonização, não só justificava o baixo preço das terras adquiridas, como trazia nas entrelinhas a concepção de que a colonização tinha de ser seletiva. Devia, portanto, excluir não só os especuladores de terra mas também aqueles que não tinham capital para investir produtivamente na área da colonização. Resultado primeiro: não foram os especuladores que "ficaram de fora" da licitação das terras devolutas; a população pobre do campo, esta sim, foi excluída do "pacto da colonização". O lavrador pobre que quisesse adquirir terras, deveria se sujeitar à burocracia do Estado e aos apetites dos "senhores colonizadores".

Assim, a Indeco S/A adquiriu os referidos 400 mil hectares para realizar um Programa Integrado de Colonização, com prazo de cinco anos para implantação de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento dos projetos agropecuários, agroindustriais, extrativos e de colonização, a serem realizados no imóvel, sem prejuízo de aprovação de seus projetos jun-

(23) Relatório Indeco, 1977, op.cit.

to aos órgãos públicos competentes, tais como o INCRA, a SUDAM, o BNDE, o BASA e o Banco do Brasil S/A. Através desse Projeto de Colonização, a Empresa tinha como meta desenvolver um Programa Micro-regional voltado para incentivar e desencadear as aplicações de capital na região em vários setores. E como condições prévias impostas pelos órgãos competentes, deveria ainda medir e demarcar as terras, abrir estradas vicinais e, inclusive, providenciar o registro imobiliário, para que pudesse iniciar o processo de alienação de suas terras a terceiros⁽²⁴⁾.

Contudo, a primeira e mais potente mola propulsora de um vasto campo de investimento programado pela Indeco seria a colonização propriamente dita, através da *utilização da força de trabalho do colono* no desmatamento da nova terra e no estabelecimento das condições necessárias à realização de uma produção agrícola integrada ao mercado. Em pouco tempo, incrementaria o processo de valorização econômica das terras, assim como abriria o leque para uma maior diversificação de investimentos na região. Sem dúvida, a Indeco tinha o maior interesse na *agilização* do seu projeto de colonização, pois, ao que consta, havia ampliado o seu patrimônio territorial já na fase inicial dos trabalhos de abertura de Alta Floresta⁽²⁵⁾.

O projeto de colonização oferecia, desta forma, dois instrumentos extremamente favoráveis aos empresários deste setor: de um lado, os incentivos fiscais e benefícios do governo, carreando recursos para as empresas; de outro, a força de trabalho dos colonos - verdadeiros "peões da colonização" -, incorporando valor à nova terra.

Diante de condições tão favoráveis, é compreensível que a Indeco não limitasse seus projetos à colonização de Alta Floresta e Paranaíta. De fato, indicando a sua expansão futura nesse setor, abriria, em 1983, outro campo para a colonização com o Projeto Apiacás, em uma área de 110 mil hectares de terras, distando 200 quilômetros da cidade de Alta Floresta. Além disso, ainda nesse mesmo ano de 1983, um outro projeto em associação com a Cotriguaçu era planejado⁽²⁶⁾.

(24) Projeto de Colonização Indeco, 1975.

(25) Relatório Indeco, 1977, op.cit.

(26) Boletim Informativo Indeco, 49 Encontro do Centro - Oeste, Cuiabá - MT, novembro de 1983.

Mediante este contexto, importa destacar aqui o significado político da expansão das empresas de colonização nesse setor. Em primeiro lugar, é necessário observar que a definição do governo federal pela colonização particular deve ser vista como o resultado do encaminhamento político que o regime autoritário deu à questão agrária ao *jogar por terra* toda e qualquer medida que se dirigisse a um projeto efetivo de reforma agrária. O objetivo de fato era assegurar a dominação das terras pelo capital privado, como já foi assinalado, e desta forma impedir a *livre ocupação* das "novas terras" pela maioria dos migrantes. A "nova ocupação" deveria se realizar, principalmente contando, é claro, com a força de trabalho de uma população rural empobrecida de outras regiões, mas, *desde que se pudesse garantir o controle da distribuição das terras*. Em segundo lugar, considerando que o processo de ocupação dessas novas terras gerava grandes tensões sociais, em função da resistência dos homens que lutavam por seu direito à terra, o governo adotava uma *política de administração dos conflitos sociais no campo*, sustentada no âmbito de uma burocracia civil e militar⁽²⁷⁾. Tal política tinha como meta principal o seguinte: a) um controle sobre a distribuição dos indivíduos no espaço social da região amazônica; b) a inserção dos indivíduos cada vez mais na rota do *tempo do mercado*, determinando que o processo produtivo exercesse um controle sobre esses mesmos indivíduos; c) e a criação de mecanismos de vigilância que procurassem garantir a ordem vigente. Os núcleos de colonização, como pontos avançados de organização do poder público, puderam oferecer, nesse sentido, um apoio indispensável a essa política.

Os anos de 1973-1974 foram particularmente demonstrativos da política do Estado com relação à colonização particular. A partir desse período, com o governo Geisel, a estratégia política adotada para o desenvolvimento da Amazônia implicava em conceber a região como fonte de recursos, ou seja, *como produtora de riquezas e não mais como produtora de problemas*.

(27) A respeito dessa política, ver Martins, José de S. - A Militarização da Questão Agrária no Brasil, op.cit.; idem, Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 1981; Ianni, Octávio - Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia, Petrópolis, Editora Vozes, 1979; Foweraker, Joe - A Luta pela Terra, RJ, Zahar Editores, 1982.

Deste modo, no âmbito de uma política regional integrada, através dos pólos de desenvolvimento, o governo esperava concretizar os objetivos propostos para a região amazônica, vista como um centro produtor de riquezas. Assim é que nascia em 1974 o Poloamazônia - Programa de Pólos Agrícolas, Pecuária e Mineração da Amazônia⁽²⁸⁾ -, planejado para concentrar os investimentos públicos em determinados pólos de desenvolvimento, tinha por finalidade incrementar as atividades produtivas *sob o encargo da iniciativa privada*.

Um informe da SUDAM, datado de 1977, assinalava o seguinte: "Vultosos investimentos foram e continuam sendo feitos, representando grande massa de recursos oriundos dos orçamentos convencionais da União e dos Estados ou fundos e programas especiais, como o Poloamazônia, permitindo o desenvolvimento de inúmeros e importantes projetos nas faixas de pesquisas e infraestrutura econômico-social, com aplicações maciças nos setores de transportes, energia, comunicações, saneamento, saúde e educação, com vistas a potencializar cada vez mais o suporte aos investimentos da iniciativa privada e até mesmo como apoio a novas iniciativas governamentais"⁽²⁹⁾. Em poucas palavras, o Poloamazônia mobilizava os recursos para os projetos integrados às regiões priorizadas pelo Programa, podendo incrementar, dessa forma, um desenvolvimento mais acelerado dos projetos beneficiados e, neste caso, dos núcleos de colonização. Do mesmo modo não se deve esquecer que esta era a maneira de implementar os programas autoritários do governo.

O projeto da Indeco estava na ordem das prioridades dessa política de privilégios e se encontrava localizado na área abrangida pelo Pólo XIII - Juruena⁽³⁰⁾. É bom lembrar, a esse respeito, que a Empresa obtivera recursos do Poloamazônia para a construção da estrada que ligou o núcleo de colonização à rodovia Cuiabá-Santarém. Significativamente, desde o início do projeto de colonização já havia contado com as garantias do governo para sustentar o seu empreendimento. Realmente, em 1976, o projeto tinha sido aprovado pela SUDAM, momento esse no qual

(28) A respeito do Poloamazônia, consultar o estudo de Foweraker, J. - A Luta pela Terra, op.cit.

(29) Informe SUDAM, 1977. Ministério do Interior.

(30) Boletim Informativo Indeco, 4º Encontro do Centro-Oeste, op.cit.

a Indeco foi declarada empresa de interesse para o desenvolvimento da Amazônia⁽³¹⁾. Tratava-se, nesse sentido, de usufruir da distribuição dos "recursos generosos" liberados pela SUDAM⁽³²⁾. O papel desempenhado por essa Superintendência foi relevante, no sentido de consolidar, juntamente com o BASA - Banco da Amazônia S/A -, seu agente financeiro, toda uma linha de desenvolvimento que estivesse em consonância com o movimento da acumulação capitalista, impondo uma dinâmica própria ao processo de ocupação. Como órgão responsável pela coordenação de todas as atividades de planejamento e execução dos programas regionais de desenvolvimento, a SUDAM era definida pelo discurso governamental como a "alavanca" do poder do Estado para fomentar o progresso da região, assumindo assim essa Superintendência posição inarredável ao lado do empresariado nacional e estrangeiro.

Como se pode observar, a aprovação de um projeto de colonização pelo INCRA representava muito pouco, apenas um pequeno começo.

CUMPRINDO A MISSÃO

No decorrer da colonização, Ariosto Da Riva foi assumindo um *posto* cada vez mais alto no patamar da credibilidade e da competência para emitir opiniões a respeito da colonização particular na Amazônia.

De empresário a "criador" de uma cidade, acumulou um sem número de experiências, uma verdadeira bagagem de histórias, pródigas em feitos heróicos, que falam dos primeiros tempos da colonização, dos homens que lhe pediam ajuda, dos "pequenos agricultores", do apelo recebido das autoridades governamentais, do ministro Delfim, que o atendia diretamente pelo telefone, da cidade crescendo e do papel cumprido pela Empresa que havia fundado para criar cidades na Amazônia.

(31) Boletim Informativo Indeco, 4º Encontro do Centro-Oeste, op.cit.

(32) Consultar Cardoso, F.H. & Müller, G. - Amazônia: Expansão do Capitalismo, op.cit., mais especificamente o capítulo VIII - "A Ação do Governo: Incentivos Fiscais, Emprego e Empresa Privada", pp. 153-166.

Ao elaborar o seu discurso sobre o significado do nome Indeco dado à empresa, Ariosto revela, de imediato, os pontos principais sobre os quais incide a sua formulação sobre colonização: "*Integração* - Integrar a região Amazônica ao Brasil, ocupando-a e tornando-a produtiva, constitui o desafio posto à nossa geração. A civilização não dá saltos, exigindo uma caminhada segura em busca de terras férteis. Os brasileiros devem, portanto, integrar o Centro-Oeste à Nação, participando de suas riquezas e desafios"⁽³³⁾. Portanto, ao apontar para a "necessidade" da integração da Amazônia ao Brasil, trazendo de volta uma retórica antiga, coloca uma questão principal que orienta o seu discurso, ou seja, caracteriza o desafio que representa a conquista da região amazônica, que, de acordo com suas palavras, não pode ser feita de qualquer maneira, ou melhor, não deve ser pensada e posta em mãos de "aventureiros", pois requer uma caminhada segura, a única capaz de levar a um real aproveitamento das suas "terras férteis".

Em seguida, o colonizador define o segundo componente fundamental que deu origem ao nome da Empresa: "*Desenvolvimento* - Desenvolver quer dizer criar condições para que os pequenos agricultores (minifundiários) desfrutem dos grandes espaços vazios (latifúndios), tornando a terra produtiva e afluindo os benefícios da propriedade"⁽³⁴⁾. A concepção de desenvolvimento, como se pode observar, vem aliada à de benefício social: este é o ponto principal em torno do qual a linguagem do colonizador vai traçando os objetivos da colonização e estruturando os conceitos sobre os quais erige a justificativa que percorre de ponta a ponta o seu discurso, isto é, a de que o colonizador possui, antes de qualquer interesse, uma *missão social*: orientar e criar condições para que os pequenos produtores possam usufruir dos benefícios da terra como proprietários. Nesse sentido, os "espaços vazios" devem se tornar produtivos pelo trabalho dos homens que chegam à procura de terra, como deve ser através desse trabalho que o desenvolvimento da região poderá ser incrementado. Assim, a retórica da ocupação efetiva dos "espaços vazios" para gerar divisas à região e ao país, quando combinada ao discurso da *missão social*, destinada

(33) Boletim Informativo Indeco, 4º Encontro do Centro-Oeste, op.cit.

(34) Idem, *ibidem*.

Assim é que o papel da colonizadora, "coordenando" a organização do "novo espaço social", a "força da iniciativa privada", e o estabelecimento de um *quadro regular de trabalho*, define por si só o que Ariosto entende por colonização. A esse respeito, completa o colonizador: "Quando nós montamos o projeto, nós montamos um projeto de co-lo-ni-za-ção, simplesmente de colonização. A nossa preocupação mesmo foi com a agricultura perene, porque é a que fixa o homem na propriedade. Mas nós não quisemos ser donos de serrarias, donos de cerâmicas, donos de armazéns, donos de hotéis, de nada! *Tudo da iniciativa privada!* Tem que cada um assumir a sua parte. Inicialmente nós assumimos algumas, até vir uma iniciativa privada para tapar aquele buraco, aquela deficiência, tanto que nós, empresa, *nós não temos nada*, e tudo aqui é iniciativa privada! Eu vi nascer Marília, vi nascer Londrina, eu vi nascer Maringá, onde a iniciativa privada assumiu todos os postos. Uma empresa que ficasse preocupada, ou pensando em querer controlar a produção de cereais para exportação, primeiro seria contra minha filosofia, e depois, também não teria sucesso. Se eu fosse querer ser dono de serraria... aí virava uma fazenda, entendeu? Isso aqui é da iniciativa privada, do povo, não é? Tenho orgulho de dizer que é uma empresa livre"⁽³⁸⁾.

Sem tecer maiores comentários sobre o jogo de palavras que Ariosto Da Riva monta entre "nós não temos nada", entre "o que é da iniciativa privada e o que é do povo", entre "ser dono de uma fazenda ou dono de um projeto de colonização", é imprescindível perceber como o seu discurso se dirige para o interior de sua concepção de colonização. Na verdade, procura deixar claro que uma das funções precípuas da colonização é desencadear um processo de desenvolvimento capaz de levar à dinamização da aplicação de capitais na região, a partir da zona rural. Esta era a fórmula indicada para integrar a nova área de produção agrícola ao circuito do mercado financeiro, impulsionando a valorização das terras da Empresa, como ainda tornando irreversível o domínio da Indeco sobre as terras ocupadas. Nessa perspectiva, à zona rural é dado o destaque especial: "Se a cidade existe hoje, se foi atraído prá cá médicos, hospitais, todas essas culturas aqui, nós devemos à zona ru-

(38) Entrevista, abril de 1982.

a resolver os problemas dos homens sem terra, adquiriria uma enorme ressonância junto aos meios de comunicação que acompanhavam e difundiam a colonização, assim como nos meios governamentais, e ainda junto aos principais interessados, ou seja, os pequenos produtores que, em sua maioria, se encontravam econômica e socialmente marginalizados.

E, por último, a terceira *razão da existência* da Indeco tal qual produzida no discurso: "*Colonização* - Colonizar significa implantar a estrutura física indispensável e a organização administrativa imprescindível, objetivando permitir o acesso dos brasileiros no imenso vazio amazônico. Representa fazer estradas, pontes, comunicações, escolas, hospitais, serviços básicos e atividades rurais, industriais e comerciais"⁽³⁵⁾. Ao caracterizar o que seja colonização, Ariosto Da Riva fecha a primeira questão colocada em seu discurso: para que a conquista da terra possa se dar de maneira ordenada, controlada e produtiva, salvando-a de todo tipo de aventureirismo, conclui, somente o empresário interessado no desenvolvimento da região, tendo em vista um projeto de fundo social, possui as condições necessárias para levar adiante tal proposta de colonização.

Aqui, portanto, o núcleo da argumentação do colonizador: somente o empresariado disposto a investir em um projeto que acarretasse benefícios sociais aos pequenos agricultores, "a par dos lucros financeiros"⁽³⁶⁾, poderia ter competência para, ao lado do governo, exercer um papel decisivo no desenvolvimento e no progresso do meio rural e, mais especificamente, da região amazônica.

Na óptica desse discurso, a função principal do Estado deve ser a de facilitar e promover o acesso da iniciativa privada às vastas regiões da Amazônia, cabendo ao empresariado o papel dinamizador do desenvolvimento regional, *organizando diretamente* o processo de ocupação dos "espaços vazios": "Só a iniciativa privada tem condições de realizar uma inteligente, racional, efetiva ocupação da Amazônia, ficando o governo com o papel de oferecer condições para a realização desse processo e de traçar a política de ocupação e fiscalizá-la"⁽³⁷⁾.

(35) Boletim Informativo Indeco, 49 Encontro do Centro-Oeste, op.cit.

(36) Entrevista, abril de 1982.

(37) Revista Amazônia, nº 26, abril de 1977 - "Indeco: a Riqueza Planejada".

ral. Foi a zona rural que atraiu o atacadista, o comerciante, o bar, a indústria de cerveja, de sorvete, além do mais que, quando as pessoas chegam aqui, elas colocam todo o seu espírito de criatividade prá funcionar, um espírito de criatividade da própria iniciativa privada"(39).

Na realidade, era como se a "zona rural" constituísse a "infraestrutura básica" para o desenvolvimento imediato da cidade e de todo o seu suporte material.

Os resultados obtidos em Alta Floresta, o *exemplo* do seu projeto, o sucesso de sua empresa de colonização legitimava o seu discurso junto ao governo e estimulava a iniciativa privada a investir na região. Na verdade, Ariosto Da Riva con clamava o capital privado a *investir na obra da colonização*, como fica explícito no artigo "Indeco - a riqueza planejada", publicado na *Revista Amazônia*, onde pode-se ler o seguinte: "... usando a criatividade, os empresários podem realizar na Amazônia obras ao mesmo tempo lucrativas e de grande alcance social. Ele - Ariosto Da Riva - quer que Alta Floresta 'sirva de amostragem aos grupos nacionais daquilo que podem fazer pelo país e pela coletividade'"(40).

Esse posicionamento também procura rebater a própria idéia de crise e inflação que assolavam o país. Nada deveria impedir a ação de um empresariado empenhado em promover o bem-estar social.

A esse respeito, no 4º Encontro do Centro-Oeste, um informativo da Indeco sobre o Projeto Apiacãs, diretamente distribuído a empresários e representantes do governo, continha as seguintes informações: "Hoje, se considerarmos os altos cus tos das estradas, pontes, bueiros, escolas, com as vendas dos lotes estamos nos descapitalizando e o lucro é o saldo, que va loriza bastante. Não há, na verdade, muito atrativo em termos financeiros, com essa inflação e esses custos, mas a satisfa ção interior é maior que a econômica. A parte social, humana,

(39) Entrevista, abril de 1982.

(40) Revista Amazônia - "Indeco: A Riqueza Planejada", op.cit.

nos influencia muito nas decisões. No contato direto com essas famílias que vêm de longe, com seus sonhos, ilusões, esperanças, a gente vive também esses sonhos"⁽⁴¹⁾.

Novamente a idéia de *missão social* aparece legitimando o papel da Empresa, para logo em seguida demonstrar que os resultados da colonização de Apicacás seriam altamente positivos. Assim, esse mesmo informativo, em um pequeno trecho que vinha intitulado "O criador de cidades - Ariosto Da Riva", não deixa dúvidas quanto ao sucesso da nova colonização: "O seu entusiasmo por Apicacás é maior ainda. 'Com a experiência que adquirimos com Alta Floresta e Paranaíta, corrigindo eventuais falhas, Apicacás vai ser o grande pólo do Norte, em função da ocupação rural - só para pequenos e médios proprietários, que venham realmente para trabalhar a terra' (...) Ariosto Da Riva destaca que 'estamos colonizando, mas cumprindo uma missão social' (...) A Indeco investe na região cerca de 170 milhões por mês, quase 6 milhões por dia. 'É dinheiro que fica aqui dentro, circula aqui, ajuda a manter esta chama' - afirma Ariosto Da Riva"⁽⁴²⁾.

Investido de autoridade em colonização, Ariosto Da Riva erguia a voz da competência para discutir e se posicionar junto ao governo, reclamando a liberação de mais terras à disposição da iniciativa privada. Da mesma forma, reivindicava maiores recursos e investimentos estatais para as obras de infraestrutura, indispensáveis à penetração do capital na região. Nessa linguagem discursiva, portanto, ao Estado competia a tarefa de controlar a distribuição de terras e resguardar a *ordem* para assegurar os interesses privados.

Nesse sentido, o discurso do colonizador também procurava enfatizar que *o aproveitamento racional das terras férteis* da Amazônia, voltado para uma agricultura de exportação, poderia levar a uma real produção de riqueza. E justificando, argumentava que este era o caminho que conduziria a uma grande virada no desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que poderia trazer vantagens imediatas aos pioneiros. Enfim, apontava "uma saída" para as dificuldades que o país enfrentava: "desenvolvemos a agricultura perene, para fixar o agricultor em sua pro-

(41) Suplemento Apicacás, distribuído no 4º Encontro do Centro-Oeste, Cuiabá-MT, novembro de 1983.

(42) Idem, *ibidem*.

priedade, e, coincidentemente, a perene é a de produtos, vamos dizer, exportáveis - café, cacau, guaraná, castanha... Isso se traduz em divisas para o país... E o nosso país está precisando. Eu acho que os países que tiverem uma agricultura evoluída, são países que vão superar suas fases de dificuldade com facilidade!"⁽⁴³⁾.

Deste encaminhamento que Ariosto dá à questão ressaltam-se as *razões técnicas* ou as *regras* mais eficazes para uma colonização bem sucedida: fixar o colono; agricultura perene; e um quadro agrícola voltado para a exportação. Porém, desse "mar de explicações econômicas" emerge a dimensão verdadeira - mente política da tarefa do colonizador: a Indeco como empresa que assume uma parcela importante da obra do Estado autoritário no projeto do *Brasil Grande*.

A construção do tema da colonização particular no discurso de Ariosto Da Riva, como se pode observar, vem articulada com o pressuposto básico de que a Amazônia possui um *destino manifesto*, qual seja, o de "oferecer" sua imensa potencialidade de riqueza ao progresso do Brasil. É uma região que está destinada ao progresso. Mas, ao nível da estratégia do discurso, qual o papel, nesse sentido da iniciativa privada?

Do ponto de vista do colonizador há uma inelutável coincidência entre o desenvolvimento e o progresso da Amazônia com o desempenho do capital privado na região. E mais: a Amazônia só pode ser ocupada *racional e produtivamente* se dirigida pela empresa privada *comprometida* com o desenvolvimento social; caso contrário, não há outra possibilidade histórica para o progresso dessa região ou mesmo outra forma "para tornar" os pequenos agricultores produtivos e disciplinados. Para essa retórica não existe outra conclusão: *à empresa privada está reservada a missão histórica de conquistar e promover o progresso da Amazônia*.

"SIMPLESMENTE COLONIZAÇÃO"

A Indeco - uma empresa que cria cidades na Amazônia - era a própria representação dessa missão configurada.

(43) Entrevista, abril de 1982.

Instaurando o seu próprio tempo, nomeando fatos e acontecimentos, o discurso colonizador encaminhava a questão mais interna da colonização para demonstrar as condições necessárias ao sucesso do empreendimento. Deste modo, o percurso "rumo ao desenvolvimento" colocava o ponto fundamental para a existência mesma do projeto de colonização, ou seja, a "organização estratégica" das terras adquiridas. Esta organização passava pela construção de um suporte material e político, capaz de assegurar a conquista. Criava-se para isto, algo que poderíamos denominar de uma *tecnologia de força* - material tecnológico e normas de conduta -, para garantir um controle exclusivo sobre a área da colonização, a qual se estendia também pelas terras adjacentes ao projeto.

É importante observar ainda que, para manter o seu domínio, a empresa teve que vencer em várias frentes de luta, pois a área na qual estavam sendo implantados os trabalhos de colonização era foco dos mais diversos interesses. Não só uma população rural sem terra e com poucos recursos afluía para todo o norte de Mato Grosso, principalmente a partir da abertura da Cuiabá-Santarém, mas também o próprio empresariado, com toda a ordem de estímulos oferecidos pelo governo, passava a olhar essa região como o *filet-mignon* para a colonização, além de que era palco de outros negócios altamente rendosos, como a mineração ou mesmo a especulação de terras.

O controle da área impunha a adoção de um aparato tecnológico sofisticado e eficiente, voltado não só para desbaratar grupos de posseiros, indígenas e outras categorias de trabalhadores menos favorecidos, mas também para afastar grileiros de terras "bem guarnecidos" a mando de poderosos grupos com interesses na região. Essa "tecnologia de força" envolvia toda a área da colonização, e ia desde os instrumentos materiais, como armas, aviões e outros veículos motorizados, até os mais diversos *procedimentos adotados*, dados principalmente pelas normas de segurança impostas pela Indeco, dentre as quais pode-se destacar a proibição de porte de armas na área urbana, a proibição da entrada de garimpeiros nas terras da empresa, o controle de entrada e saída das pessoas do lugar, etc.

Uma vez assegurada essa condição de conquista, a empresa passava a apresentar os dois instrumentos fundamentais ao êxito do seu projeto de colonização: a posse da *melhor terra* -

"as terras férteis"; e a utilização de um *colono ideal* - o pequeno agricultor proveniente do sul do país.

O Descobrimento da Terra

Ao contar a sua história, o colonizador procura distinguir, entre os fatos grandes e pequenos, aqueles que foram determinantes para *reconstituir* o seu passado. Assim, foi buscar o fio condutor de uma *nova história* para "comprovar" uma "velha intenção": Eu já fiz colonização no Estado de Mato Grosso, onde é hoje a cidade de Naviraí. Ajudei muito na região de Dourados e isso me deu alguma experiência em colonização. Quando eu fui fazer Suiã-Missu, pretendia fazer esse tipo de colonização lá, mas a terra não deu uma resposta favorável. Então nós partimos para a pecuária, porque não tínhamos uma boa resposta da terra e eu não podia correr o risco de trazer o pequeno colono para ele fracassar... seria até um crime de consciência!"(44).

A *terra favorável para a agricultura* deixa de ser, no discurso do "especialista em colonização", simplesmente uma questão de conhecimento técnico para se tornar um compromisso de ordem moral. Esta colocação é central em todas as suas falas. Foi preciso, portanto, desfazer uma imagem negativa da inaptidão da Amazônia para a agricultura, ou melhor, foi necessário romper, antes de mais nada, com o estigma da *Amazônia de solos fracos para a agricultura*, para que pudesse implantar ali um projeto de colonização. Sem dúvida, é para esse ponto da questão que o homem preocupado em colonizar para ajudar o pequeno dirige a sua história: "Agora, a terra desta região nós pesquisamos bem antes, esta terra me deu uma resposta favorável! E, quando nós começamos a estrada que liga Alta Floresta a Cuiabá-Santarém - gastamos dois anos fazendo essa estrada -, nós já estávamos aqui pesquisando. Eu tinha o café, tinha o cacau, tinha a mamona, tinha o algodão, tinha a hortelã, estava pesquisando o feijão, o arroz, o milho - fizemos o teste de um modo geral. Fiquei com medo de estar fazendo o teste coincidentemente numa mancha de terra boa e logo adiante ter uma terra que não servisse. Então, nós abrimos diversas pistas de avião

(44) Entrevista, abril de 1982.

dentro da área do projeto para fazer experiências de um modo geral. E para ter consciência de que trazer um colono, vender a terra e comprar a terra onde ele joga toda a sua esperança, e a terra não dá uma resposta, eu acho que é um crime irreparável!"(45).

Mas o colonizador não parou por aí. Foi procurar na tecnologia moderna respaldo para provar que o projeto de colonização se localizava em uma "mancha de terra fértil". Assim, de acordo com o seu depoimento, tratou imediatamente de realizar vários testes com amostras de terras, encontrando cobertura para essas pesquisas no Instituto Agrônomo de Campinas e junto a professores do Rio de Janeiro e de Piracicaba⁽⁴⁶⁾. Além disso, contou também com o apoio do Projeto RADAM - Projeto Radar da Amazônia -, que rastreava e mapeava a região amazônica, indicando suas potencialidades agrícolas, apontando, inclusive, as áreas de castanhais nativos, dentre as quais Alta Floresta era uma delas⁽⁴⁷⁾.

O resultado não poderia ser outro. O projeto de colonização de Ariosto Da Riva obtinha, através da pesquisa científica, uma legitimidade que o autorizava a afirmar categoricamente: "Estamos em uma região privilegiada da Amazônia!".

A *vocação agrícola* de suas terras passou a ser o ponto chave sobre o qual recaía a ênfase da sua fala e a justificativa para torná-la *um lugar ideal* para os pequenos agricultores. O seu discurso, por assim dizer, conferia um atestado positivo ao projeto de colonização do *moderno bandeirante*. Desta forma, ao promover o novo projeto de colonização - o projeto Apia-cás -, Ariosto Da Riva voltava, com orgulho, a apontar: "... a *mancha de terra fértil* que vai de Alta Floresta à Paranaíta e a Apia-cás, estendendo-se aos rios Juruena e Roosevelt, na *divisa* com Rondônia, é a maior de toda a Amazônia. *Dá pra se fazer aqui dois nortes do Paraná e um novo Estado de São Paulo!*"(48).

Justamente nesta *mancha agrícola da Amazônia* encontravam-se as terras da Indeco. Ariosto Da Riva havia descoberto a *terra ideal*, o *filão de ouro para a agricultura*. A partir des-

(45) Entrevista, abril de 1982.

(46) Idem, *ibidem*.

(47) Idem, *ibidem*.

(48) Suplemento Apia-cás, *op.cit.*

ses marcos, produzir-se-ia no universo imaginário a representação da *terra fantástica*.

O Colono Ideal

Foi o pequeno proprietário empobrecido do sul que se constituiu no tipo ideal de colono para as empresas colonizadoras da Amazônia, principalmente na fase de implantação dos projetos, uma vez que, depois, o mercado de terra ficava aberto a "investidores mais caros".

Indagado a respeito dos motivos pelos quais procurou vender os lotes da gleba Alta Floresta preferencialmente no Paraná, Ariosto Da Riva respondeu de maneira incisiva: "Porque no Paraná a mecanização estava expulsando o pequeno, a lavoura mecanizada exige um volume maior de terra. O pequeno começou a ficar espremido lá, e o homem que vendesse dez alqueires no Paraná podia comprar cem aqui. Então ele tinha a chance, a opção de aumentar a área para si, para os filhos, para a família. Não foi só o Paraná. Também trouxemos do interior de São Paulo, onde está acontecendo o mesmo fenômeno. Há necessidade premente nesse país de mais emprego do estilo do nosso, exatamente *para prender o pequeno agricultor* de tradição, porque a família cresceu e não tem mais condições de sobreviver naquela pequena área. *Todos eles são qualificados!*"⁽⁴⁹⁾.

O colonizador foi buscar não só o agricultor de tradição, aquele que detinha um *saber* duradouro sobre como lidar com a lavoura, mas, principalmente, o agricultor que também possuía uma outra capacidade - *a de ter participado da abertura da fronteira agrícola do Paraná*. Muitos colonos que hoje estão em Alta Floresta costumam contar que a experiência anterior tinha sido pior - "porque não tinha a infraestrutura que hoje tem nesta nova frente agrícola" -, e chegam inclusive a falar das longas caminhadas em busca de alimentos, da falta de estradas, etc.

Tendo em vista os *objetivos de colonização*, a Indeco, deliberadamente, foi buscar o "plantador de café" e o colono com experiência em abrir uma "terra nova". Assim, o "colono do

(49) Entrevista, abril de 1982.

Paraná" oferecia as condições ideais para as empresas colonizadoras: *um agricultor habilitado*, conhecedor do plantio de lavouras perenes, onde tal conhecimento é profundamente valorizado e constitui parte de sua vida; *um agricultor que passou pela "escola do Paraná"*, dono de um saber sobre a experiência viva de uma fronteira agrícola; e ainda, *um agricultor empobrecido, mas pequeno proprietário*, o qual podia vender sua pequena terra e investir nos lotes que a colonizadora colocava à venda.

Sem dúvida, o colono que vinha do sul podia, na maioria das vezes, comprar um lote ou pagar uma parte dele à colonizadora com o dinheiro obtido da venda de sua antiga propriedade, que se localizava em terras mais valorizadas. Portanto, se por um lado o colono era o lavrador pobre, aquele que tinha muita "precisão" e que era capaz de se sujeitar à desolação que nos primeiros tempos o lugar apresentava, sofrendo aí toda a sorte de infortúnios, por outro lado, era ele quem podia investir, além da sua força de trabalho, um pequeno capital na "terra mais larga da Amazônia". E, ainda que de maneira a enaltecer e super-valorizar a aplicação de capital dos colonos nas terras da Indeco, ninguém melhor do que o próprio colonizador para indicar a importância que teve o dinheiro arrecadado com a venda dos lotes aos migrantes, principalmente à época de implantação do Projeto: "Investimento nosso aqui foi o resultado também da venda dos lotes. Nós investimos tudo aqui... estrada, bueiro, ponte, escolas, assistência de um modo geral, parte urbana... Os investimentos nossos aqui, pelas vendas, dever ter girado em torno, mais ou menos, de um bilhão e meio a dois bilhões de cruzeiros. Nós não tínhamos esse dinheiro. Esse dinheiro foi gerado na venda do loteamento, e que foi totalmente investido aqui, como ainda continua sendo"⁽⁵⁰⁾.

Imediatamente, também aponta para a importância do colono como "um investidor" de capital e de trabalho, com o propósito de criar uma identidade fundamental entre o investimento da empresa e o investimento do colono na obra da colonização: "Mas, se você somar o investimento do colono, do pequeno colono, do homem que está na cidade, o investimento deles hoje é

(50) Entrevista, abril de 1982.

dez vezes superior ao nosso, não só em termos de capital-dinheiro como em força de trabalho. Acho que talvez passe de dez vezes mais o investimento do colono aqui dentro hoje, porque ele também acreditou nisso aqui!"(51).

Entretanto, é importante assinalar que também interessava à colonizadora a vinda de pequenos produtores que nada tinham a oferecer a não ser o seu trabalho como arrendatários, como meeiros ou como parceiros, e mesmo para outros serviços. A esse respeito, Ariosto Da Riva diz o seguinte: "Nós trouxemos muito meeiro, homem que nunca teve terra... muito meeiro e muito arrendatário também. Pois eles não tinham condições de comprar terra no Paraná, por causa do custo, do preço. Aqui eles tinham condições sim!"(52).

Mas, devido aos principais interesses da Empresa em um *modelo de colono*, a atenção do colonizador esteve voltada para privilegiar em seu discurso o *pequeno proprietário* como a figura exemplar da nova ocupação. Desta forma, em 1977, já exaltava a sua importância para o desenvolvimento da Amazônia, ao mesmo tempo em que anunciava a missão social da Empresa:

"A nossa preocupação é com o homem dos cem hectares, é com o pequeno agricultor florescendo na Amazônia"(53).

*

Nunca um número tão grande de pequenos agricultores procurou a Amazônia em busca das suas "terras férteis". Nunca, conseqüentemente, falou-se tanto na sua "vocaçãõ agrícola".

Nesse caso, foi definitivo o papel da iniciativa privada, ao se auto-promover como detentora das melhores terras da região. Em outros termos, as empresas não só apareceram investidas de poder para adquirir terras, como também apareceram com poder para monopolizar as "manchas de terras agricultáveis da Amazônia". Desta forma, por conseguinte, o "monopólio das terras agricultáveis" se constituiu em uma das estratégias utilizadas pelo capital privado para legitimar a colonização atra

(53) Jornal da Tarde, de 04 de janeiro de 1977, op.cit.

vês da empresa particular. Esta foi a estratégia de Ariosto Da Riva, como deixa claro o seu discurso, ao *demonstrar* a sua eficiência de colonizador em detectar a "melhor terra" e ainda *promover* pesquisas científicas que lhe pudessem assegurar um teste positivo sobre as terras adquiridas pela empresa. E, sem dúvida, a Indeco havia adquirido, *comprovadamente*, uma das maiores extensões de "terras agricultáveis da Amazônia", ou melhor dizendo, havia se apropriado de uma das maiores "manchas de solo fértil" desta região. Esse era o discurso do colonizador. No capítulo seguinte, como contraponto a esse discurso, procurar-se-á ver como os colonos falam a respeito destas "terras férteis".

Concluindo este ponto, importa caracterizar aqui, que a produção do mito da fertilidade das terras - onde tudo cresce, onde tudo dá -, veio, na verdade, fortalecer a natureza seletiva da colonização e, em sua essência, significou um instrumento político de controle sobre o território amazônico. Desta forma, a colonização pela empresa privada aparecia como um dos caminhos mais viáveis a ser trilhado não só pelo empresariado mas também pelo próprio colono, que já "recebia" a terra mais adequada à produção.

Em suma, ao associar a *terra fantástica* à utilização do *colono ideal* o empresário apresentava a "fórmula perfeita" para o sucesso da colonização, revelando aí a força da sua *missão social*.

CAPÍTULO IV

IMAGENS TENEBROSAS OU O REVERSO DA SALVAÇÃO

*"Virtude para eles é aquilo que torna
modesto e manso: por isto fizeram do
lobo o cão e do próprio homem o melhor
animal doméstico do homem"*

Assim falou Zarathustra

NIETZSCHE

CAPÍTULO IV

IMAGENS TENEBROSAS OU O REVERSO DA SALVAÇÃO

O discurso articulado pelo colonizador sobre a "*terra prometida*" tem uma direção precisa: ao mesmo tempo que remete à "*sociedade do mal*", identificada com o lugar de onde os colonos saíram, apresenta, arrancada de um mundo místico, a "*terra da salvação*", vista como a recompensa para a experiência de provação que tiveram no passado. Entretanto, para que pudessem usufruir verdadeiramente desta terra, precisariam obedecer a determinadas regras estabelecidas pelo colonizador, necessárias para que adentrassem o *mundo do trabalho*, especialmente produzido para formar o "*bom colono*" da *fronteira*.

Para melhor compreender esta questão, no âmbito do discurso do colono e do colonizador, foi preciso adotar dois percursos: o primeiro, ligado à *mensagem do colonizador*, em que se descobre as estratégias disciplinares de um *projeto moralizador* dos trabalhadores do campo, aqui direcionado para a figura do colono; e o segundo, ligado à *fala do colono*, procura reter os abalos mais profundos que a constituição desse *mundo do trabalho* opera em suas vidas e, mais precisamente, na sua representação da "*terra prometida*".

Em sua essência esses discursos se contrapõem. Enquanto Ariosto Da Riva demonstra a sua *inteligibilidade* sobre as normas básicas para o funcionamento produtivo de um projeto de *colonização*, tornando claro que a sua existência só é possível se se constrói uma ordem social voltada para o trabalho, sob a lógica da economia de tempo, os colonos, por sua vez, falam da desilusão com a *nova terra*, da vida de sacrifícios e, principalmente, expressam a sua dificuldade em *encontrar alguma coisa* naquele lugar que lhes desse força à alma. A fé em Alta Floresta como a "*terra prometida*" começava a se desvanecer. No entanto, que outros sinais a *terra do trabalho* trazia para refazer outros mitos?

A MENSAGEM DO COLONIZADOR

Após explicar a colonização pela perspectiva da competência do empresariado para cumprir uma missão social na Amazônia, Ariosto Da Riva, através de sua prática de colonizador, passa a identificar os principais elementos que configuraram o seu projeto como uma obra social irreversível.

Nada, em sua fala, se interpunha como obstáculo à construção do lugar, que era apresentado como a terra da fartura, a terra da esperança, a terra iluminada. Entre a dimensão religiosa e mítica, o papel civilizador, do qual estava imbuído, ganhava corpo na edificação da cidade, que nascia indicada pelo signo da fé, do trabalho e da participação de todos. Uma grande família, em prol do progresso, vingaria naquele solo fértil: com a construção deste símbolo, assegurava-se uma proposta de colonização.

Nesse sentido, Alta Floresta não significou apenas uma "oportunidade ímpar" de trabalho e de terra para pequenos agricultores - "o pequeno colono florescendo na Amazônia"; mais ainda, constituiu-se na própria imagem da *família reunida* no lugar em que os filhos teriam *escola, trabalho e futuro*.

Dentre suas falas, algumas merecem ser oferecidas à leitura, pois, de maneira significativa, têm o "dom" de esclarecer as estratégias concebidas pelo colonizador como as mais eficazes para cumprir um papel: fixar o colono em sua propriedade agrícola; produzir um colono disciplinado e produtivo; difundir por toda a região regras e ordens disciplinares. Se aí existia a intenção precisa de potencializar a força de trabalho dos colonos e demais categorias de trabalhadores, esta intenção era parte mesma das estratégias que visavam tornar os homens da nova comunidade mais produtivos e obedientes, indivíduos mais submissos e mais dóceis.

Prestanto atenção a tudo, *cuidando e orientando*, produzindo dispositivos disciplinares e apontando para si mesmo como uma figura exemplar, Ariosto Da Riva controlava o *lugar da colonização*.

A "Sagrada União": Família, Escola, Trabalho

"O que eu acho importante mesmo é que dei a oportunidade das famílias se reunirem aqui. Eu tinha colono com filho

esparrramado por este país afora, filho em São Paulo, filho no Rio, filho não sei mais aonde... e hoje conseguiu arrebanhar toda a família pra cá, juntar toda a família aqui!..."

*

"Venho observando o homem da roça, aquele que é analfabeto e tem a preocupação de dar instrução a seus filhos... Isso fez com que implantássemos um sistema de escolaridade rural pra ajudar a fixar o homem em seu ambiente de trabalho lá na roça, na sua propriedade agrícola. Inclusive quando o Andreazza esteve aqui, até com o Presidente por perto, prometeu uma verba pra instalar casas do BNH: '— Eu vou dar pra vocês quinhentas casas populares do BNH!' Mas eu disse: Agradeço, não quero nenhuma casa! Ele assustou e falou: '— Mas, espere, tenho a impressão que deputado, senador, governador, prefeito, todo mundo quer casa popular, principalmente o sistema BNH... e você não quer?' Respondi diretamente a ele: '— Não! Porque aí você vai me tirar o homem do campo pra cidade. Já tenho experiência do interior de São Paulo, Paraná... Marília! Este é um fenômeno no país, e citei esta última cidade porque foi uma cidade bandeirante. Poucos dias antes eu tinha vindo dessa cidade, estive lá com o prefeito. E havia perguntado: A zona urbana? E ele respondeu: '— Quarenta mil pessoas!. E a zona rural? '— Quatro mil'. Mas insisti: Foi sempre assim? E ele disse que não, que era o contrário, mas que, com o BNH, veio todo mundo pra cidade. O prefeito ainda me disse: '— Eu estou cheio de bôia-fria!' Então agradei ao Andreazza e pedi a ele: Financie o homem do campo pra ele fazer uma boa moradia, que ajude a fixá-lo lá! Mas casas do BNH aqui, por ora, eu acho que vai ter um resultado altamente negativo. Principalmente porque se nós estamos lutando pra manter o homem na agricultura perene, que é a que fixa o homem no solo, como ainda um sistema de escolaridade, pra ele fixar na sua propriedade, com o BNH esse pessoal vem todo pra cidade!"⁽¹⁾.

A palavra do assessor da Indeco, responsável pela organização do "sistema de escolaridade" implantado em Alta Flores

(1) Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, abril de 1982.

ta, voltado para fixar os colonos em sua propriedade agrícola, explica detalhadamente a dimensão social de tal "sistema":

"As escolas foram fundadas sempre em um processo de preparação de uma comunidade, na qual o pessoal, num raio de oito quilômetros, podia se juntar no centro comunitário e sentir a mensagem do colonizador que se transformou em pai. O pessoal o trata mais como pai do que como patrão. Além disso, ninguém entendia nada de cacau, mas nessas comunidades os técnicos da CE PLAC* ensinavam para o pessoal as plantagens do cacau, etc. Nessas comunidades o pastor protestante, se houver protestante, vai fazer o seu culto, e o padre católico vai rezar missa para o pessoal. Eles se reúnem e elegem seu presidente, seu tesoureiro, seu secretário. Sentem-se unidos - *foi criada outra vez a família!* É o que talvez, eles já não tivessem mais lá, judia dos pela seca, pela geada, pelos interesses que estavam se desestruturando. Aqui eles encontraram outra vez essa família, entendeu? Nesse espírito familiar e nesse centro eles se encontraram, onde depois também se deu a escola. Então, vamos dizer, eles saíram de um ambiente de angústia para um ambiente aberto, em que sentiram todas as esperanças humanas se transformarem numa tremenda possibilidade - terra grande, terra maior, possibilidade dos filhos estudarem. E, de repente, se ouviu falar muito em amizade, em colaboração, em família, entendeu?"⁽²⁾

Administrando o cotidiano das famílias, Ariosto Da Riva continua a falar do seu "papel fundamental":

"Eu atendo aqui, no meu escritório, todos os dias, as pessoas que vêm me procurar. Tem dias que aqui forma uma fila... às vezes só vou à noite pra casa. Atendo até dez de uma só vez: um é anuência, o outro pra dividir o lote, o outro por que brigou com a mulher, o outro porque a filha fugiu... Eu atendo tudo de uma só vez, quer dizer, é que se eu for atender assim cronometrando tudo, varo o dia todo, então a gente dá um jeito..."⁽³⁾

Da *cidade do trabalho*, tem muito o que dizer e a "ensinar":

"Eu tenho dito que Alta Floresta é uma das cidades onde mais se trabalha neste país, e todo mundo que veio pra cá tem

(2) Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, abril de 1982.

(3) Idem, *ibidem*.

(*) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

pressa em ficar rico ligeiro, fazer sua independência econômica pelo *dinheiro ligeiro*! Mas nós fugimos do paternalismo também. Que o paternalismo se se pratica, acaba prejudicando. Você tira a pessoa daquele espírito de luta, de briga, de aceitar o desafio. Então, o paternalismo excessivo não funciona. O homem aqui, que vem pra cá, é outra medalha. Ele vem, ele paga a terra, fica devendo a prestação, vai trabalhar pra pagar a prestação, porque é outro elã de trabalho... completamente diferente! É uma ciência, você precisa deixar o desafio... E, quando está afogando, você tira, levanta ele um pouquinho, dá um empurrão! E, coisa curiosa, todo sonho aqui cresce num ritmo constante, permanente. Você não ouve ninguém falar em política, ninguém chorar, ninguém irritado. Está todo mundo contente, to do mundo satisfeito, todo mundo com aquela esperança no amanhã. Não tem aquela amargura que se vê hoje em dia, não existe isso aqui! Então nós chegamos outra vez na terra prometida. Você não vê ninguém falar em crise. Essa é uma palavra que não existe aqui. Não é na cidade não, é em toda a região!"⁽⁴⁾.

E o assessor da Indeco não só completa e endossa as palavras de Ariosto Da Riva, como ainda fez questão de dar seu testemunho:

"Na região não tem carente, você sai na cidade durante a semana e encontra todo mundo preocupado em trabalhar, produzir, todo mundo com pressa, todo mundo querendo fazer o seu pé de meia o mais rápido possível. A filosofia é essa: nós não damos colher de chá pra vagabundo aqui, entendeu? Ajudamos a todo mundo! *Colher de chá pra preguiçoso, não!* Trabalho! Trabalho! Trabalho! E lutar e vencer pelo trabalho! É claro que pelo trabalho uns vencem mais rapidamente... por um pouco! Mas a luta, o valor da luta é o mesmo! O seu Ariosto, quando chega alguém aqui ele fala: 'Você trabalha? Trabalha! Ah, a maior virtude, a primeira virtude, a primeira oração do homem em Alta Floresta é o trabalho. O rapaz que aqui trabalha tem tudo!'. E essa pregação foi feita com exemplo. Então é isso que realmente criou esse ambiente que você chegando aqui percebe que o pessoal se sente numa terra prometida!"⁽⁵⁾.

Ariosto Da Riva, de maneira enfática, acrescenta:

(4) Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, abril de 1982.

(5) Idem, ibidem.

"Por isso é que aqui tudo dá certo, e ainda podemos contar com o espírito de criatividade da iniciativa privada. Eu tenho o exemplo do seu Beneti, lá da piscina. O seu Beneti era um homem da lavoura e que tinha comprado terra, mas deram o tombo nele com as terras que vendeu no Paraná, ficou sem recurso e então me procurou. Dei a idéia pra ele na época mexer com construção, e passou, então, a fazer tijolos de cimento. Mas, com o aumento da capacidade da cerâmica, ele sentiu que o negócio do tijolo de cimento podia fracassar. Assim, ele bolou um clube particular, com piscina. Agora tem até quadra de futebol de salão e vai inaugurar por esses dias uma de futebol suíço. Investiu tudo nesse negócio, e o clube é dele. Tem uma renda hoje de mais de 1 milhão de cruzeiros por mês, só de associados da cidade. É o espírito de criatividade! Um outro aqui, rapaz que era gerente de uma loja, em função do clima, quis colocar uma indústria aí. Ele trouxe uma fábrica de sorvete que fazia oitocentos picolés por hora, aqueles de palito, e trabalhava dia e noite! Tá rico aí, em pouco tempo! Este não é um aventureiro não!"⁽⁶⁾.

E, exultante, o *apóstolo da colonização* apresenta a *terra prometida*, o lugar da abundância:

"Hoje eu posso assegurar conscientemente de que nós estamos em uma das regiões privilegiadas do café deste país. Aqueles que já tinham experiência, que plantaram o café como deve, estão tendo resultado fora de série, grande sucesso! Nós saímos com o café, aqui. Nós plantamos o café, com o IBC, sem o IBC e apesar do IBC. Resolvemos provar que aqui dava para o café, quebramos com certos conceitos estabelecidos. Na Amazônia só vinga o café tipo robusta, dizia o Instituto Brasileiro do Café. Cacau só o sul da Bahia pode produzir, afirmavam os entendidos. Guaraná, ninguém duvidava, só dá em Maués, no Estado do Amazonas. A Indeco experimentou essas culturas em suas terras e o resultado foi um sucesso.

"Cacau é uma plantação difícil. Tem que esperar o quinto, sexto ano, até quando o cacau faz sua própria sombra, aí não nasce mato, é só colher! Até lá, é uma plantação difícil, mas a Ceplac está esperando uma boa produção.

(6) Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, abril de 1982.

"Agora, o Ludovico (filho e acionista) foi buscar o guaraná lá em Maués, no Amazonas. Eles acharam que o guaraná só dava lá, por ser nativo na região. Guaraná pra nós está surpreendendo, porque nós estamos com uma produção até três vezes superior a Maués. Não existe um lugar no mundo que dê uma produção dessa. Eu fico preocupado com o nosso colono aqui, ficar com esta imagem do mercado de hoje. O pessoal é da roça mas é inteligente. Eles acham que até os outros acordarem eles colheram uma ou duas colheitas. É o suficiente pra fazer a independência deles. É uma grande cultura o guaraná...

"Nos testamos o hortelã, o mentol, a pimenta. Houve um resultado fora de série... o algodão, se bem que não gosto do algodão. Toda região que entra o algodão, com o passar do tempo, ela é prejudicada, exaure muito o solo e a preocupação nossa é fixar o colono à terra.

"Estou com uma experiência muito boa com o dendê. Plantando o dendê, teremos uma grande produção. Em termos de pesquisa, nós temos muita coisa. Olha, eu tenho cana de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, São Paulo. Estamos testando toda variedade de cana, pra uma futura usina de álcool ou de açúcar. Se vierem montar mais tarde, já existe a experiência na região. Usina de álcool já é viável, fora essa lavoura de arroz, feijão, milho.

"O arroz é plantado no meio dos tocos, do café. O arroz aqui não é mecanizado. Produção de milho é muito boa, feijão muito boa, em função do cacau, a produção de banana é muito grande. No ano passado saiu daqui dois milhões de hectares de banana. Mamão, temos uma indústria de papaína (o leite do mamão verde). Mamão aqui é praga, mamão e banana aqui é engorda de porco.

"Nos estamos com outras experiências agrícolas também. O urucum aqui é praga, estamos pesquisando os corantes. Estamos pesquisando, ainda, preço, mercado, exportação, porque, quando nós chegamos a indicar qualquer coisa aqui para o colono plantar, temos que ter muita responsabilidade. Uma das nossas preocupações constantes é o colono fazer sua independência econômica o mais rápido possível - as casas que os colonos fizeram aqui já foram com o resultado da produção deles mesmos.

"A terra daqui, para a Amazônia, é muito boa, não é excepcional... É que, aqui foi feito com tanta boa vontade, com tanto amor... tudo dá certo! Parece que nós temos uma luz divina que guia a gente. Isso eu sinto e muita gente sente, não há dificuldades!

"Você vai em qualquer sítio, não importa! Ele tem uma vaquinha, ovo, banana, mamão, a horta, o porco, mandioca, a batata doce, ele tem uma fartura fora de série! Agora, ele vem de um Paraná mecanizado de soja, com veneno! Paraná não tem mais passarinho, Paraná não tem mais galinha... Paraná, nas represas das fazendas, não tem mais peixes, porque o veneno que eles soltam na soja, com a enxurrada, cai nas represas. Então, o pessoal que vem de uma região dessas pra uma região igual a essa nossa, região nova, onde existe essa fartura, para eles é, logicamente, uma terra prometida!"⁽⁷⁾.

"Tempo é Dinheiro"^(*)

Alta Floresta foi descrita por Ariosto Da Riva como o *lugar da fartura*: o arroz plantado no meio dos tocos, a maior produção de guaraná do mundo, o café que desafiou até as previsões feitas pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café), um resultado fora de série com a hortelã, o mentol, a pimenta, podendo ser também com o dendê; o mamão é praga, a banana é praga, servindo até como engordas de porco; o cacau é difícil, mas sabendo esperar, é só colher! A terra, admite, pode não ser excepcional, mas não importa - lá tudo foi feito com amor, tudo dá certo!

Desta terra o colonizador falou e retratou: todo sítio tem uma vaquinha, tem uma casa feita pelos próprios colonos, tem uma horta, tem um porco, tem batata doce, tem ovos. E estes sítios têm passarinhos, têm peixes, têm árvores e têm rios. Quem poderá dizer que esta não seja uma terra prometida?

(7) Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, abril de 1982.

(*) Clássica sentença do texto de Benjamin Franklin, que proporcionou a ilustração central da *Ética Capitalista* para Max Weber - "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", in *Os Pensadores*, SP, Editora Abril Cultural, 1980, p. 182.

Decididamente, nesse imaginário o mundo era fantástico, não se falava de dificuldades e tampouco de sacrifícios. Os sítios eram "superdotados" - o arroz certamente crescia sozinho por entre os tocos, o mamão, a banana, o guaraná apareciam como frutos de um verdadeiro paraíso terrestre. Ariosto construía a representação da *terra prometida* e não admitia outras figuras que tentassem substituir a *realidade* pela *imaginação*. Ele, o colonizador, nomeava o real. A *terra prometida* não era um sonho, quem assim dizia é que vivia a *irrealidade*.

No entanto, havia a necessidade de criar a *idéia do trabalho* ajustada à representação do *lugar da fartura*. Invertia-se o *lugar do sossego* para o *do trabalho*. A fé no trabalho deveria ser, portanto, o meio insuperável para atingir a "terra prometida" ou para colocar em prática a equação "*tempo é ouro!*"⁽⁸⁾.

A força de Alta Floresta - como informou Ariosto Da Riva - estava na "pressa em ficar rico" ou no "ganho ligeiro do dinheiro". Esta é uma linguagem através da qual se veiculam normas, idéias e receitas para a "independência econômica" dos indivíduos que lá se encontram, mas é também o alimento necessário para movimentar a incrível maquinaria da moral do trabalho.

Nesta óptica, a lógica da "economia de tempo" determinava o fundamento sobre o qual se deveria erguer ou *soerguer* a vida de todos que procuravam aquela terra. O lugar começava logo a se revelar através de uma ordem social em que todos deviam obedecer aos preceitos morais de uma vida dedicada ao trabalho e, principalmente, fazer com que o tempo-movimento fosse utilizado em função de ganhos cada vez maiores⁽⁹⁾.

E, rapidamente, impregnava-se a nova comunidade de um desejo de consumir o tempo com trabalho como a única forma vis

(8) Consultar sobre esta equação o importante trabalho de Mumford, Lewis. *Técnica Y Civilización*, Madrid, Alianza Editorial, 1971.

(9) A esse respeito, ver a discussão que E.P. Thompson faz no capítulo "Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo industrial", in *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*, Barcelona, Editorial Crítica, 1979, pp. 239-293.

lumbrada para se chegar a um fim determinado; a produção de riqueza. Tudo deveria girar em torno dessa idéia, o cotidiano, a esperança e o futuro. Deste modo, de acordo com uma valorização puritana do tempo, os homens teriam a obrigação de *trabalhar sem cessar, viver para as suas famílias e permanecer unidos pela fé*. "Aqui só se trabalha, o que leva a gente a pensar mais em Deus!" - dizia um colono em Alta Floresta.

A instituição social do tempo, sob a lógica dessa "economia de tempo", tornava incompatível a representação de uma vida tranqüila naquela terra, ou melhor ainda, o trabalho passava a ser visto como *o caminho mais seguro para o prazer*. Em seu nome, a diversão, o lazer, a "vida sossegada", eram tidos como contraproducentes, negativos como exemplos, e mais, significavam verdadeiros *sinais de perigo*, no lugar em que tudo deveria funcionar segundo *as mais respeitáveis regras do tempo*. A representação imaginária da *felicidade* comprimia-se por entre as malhas irrompíveis do tempo do trabalho. Perdia-se, irremediavelmente, o referencial do *tempo do sossego* para o momento presente, projetando-o cada vez mais para as marcas de um horizonte infinito.

Assim é que a *oração ao trabalho* recebia ali um altar especial, e as orientações, a "arte de ensinar" a partir dos setores dirigentes, tinham como finalidade a formação do *bom colono*, um homem honesto e trabalhador, voltado somente para o futuro de sua família. Definia-se não só uma *vocação agrícola* para esse trabalhador, mas, fundamentalmente, uma *vocação para ser colono*: homem de invejável resistência, infatigável na árdua labuta do trabalho no campo e, especificamente, do trabalho de abrir uma *fronteira agrícola*⁽¹⁰⁾. Este era o colono ideal, que sofria constantemente os estímulos da nova colonização para continuar na trilha de um mundo delineado pelo poder da empresa "dona do lugar".

Para o colonizador, era extremamente importante que o trabalho - a idéia redentora do trabalho - tivesse força o suficiente para *neutralizar* a resistência dos homens e disciplinar-lhes a sua "procura". Isto é, era preciso fazer com que os

(10) Conferir essa discussão com o texto de E.P. Thompson, op. cit.; Ver também o texto de Max Weber, op.cit.

colonos acreditassem que o *trabalho* poderia ser uma "tábua de salvação" em suas vidas, a "verdadeira saída" para a pobreza, para a angústia e para todas as dificuldades. E mais: no *trabalho* estava a garantia do futuro. Desta forma, impunha-se uma racionalidade que compreendia o trabalho como o único meio eficaz para solucionar os problemas dos homens. Por certo, esta era uma das armas poderosas para disciplinar os colonos à ordem do novo lugar.

Nesse sentido, não poderia existir um herege maior que o homem ou o migrante que rejeitasse o trabalho. Ali não havia espaço para "aventureiros", como se *um lugar de fronteira* pudesse servir para quem tivesse a imagem do ouro sem trabalho! Este, decididamente, era um herege - ganhar a riqueza sem trabalho, não! Na verdade, passava-se a concepção de que nisso *residia* o mal. O "vagabundo" ali desafiava uma ordem do *mundo da fronteira* e nada mais era do que um pecador que se entregara às tentações do demônio. Só o trabalho poderia *conferir virtude* aos homens do novo lugar: "O rapaz que aqui trabalha tem *todo*!" E, para o "vagabundo", o exílio sem fim: "Colher de chá pra vagabundo, não!"⁽¹¹⁾.

Portanto, para aqueles que se diziam "fracassados", ou que o novo lugar não lhes conferira sucesso, existia um *código ético* que os enquadrava: "... só não fica rico quem não quer, quem *não trabalha*!"⁽¹²⁾.

A partir daí, concebia-se o preguiçoso, merecedor da pobreza como castigo, não podendo jamais, por conseguinte, atingir e usufruir das *benesses* da "terra prometida". Toda uma crítica moral, encerrando a ética puritana do trabalho, foi sendo elaborada por entre os fios do tecido social que formou a comunidade de Alta Floresta.

E assim, da "cidade onde mais se trabalha neste país", de acordo com as palavras de Ariosto Da Riva, afirmava-se a idéia da *construção dos desejos pelo trabalho*, isto é, somente o trabalho poderia garantir a "terra prometida" - ali, até mesmo "os sonhos crescem em um ritmo constante", encontrando-se

(11) Fala do assessor da Indeco, Alta Floresta, abril de 1982.

(12) Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, abril de 1982.

"todo mundo com aquela esperança no amanhã", destaca o colonizador. E isto, sem dúvida, também pode exprimir um pouco da dimensão que toma o aprisionamento dos homens na nova cidade: sonhos, esperanças, futuro, são quantificados e subvertidos, equivalem a dinheiro.

A ênfase que Ariosto dá ao "espírito de criatividade da iniciativa privada" caracteriza o *modelo do sucesso*, o exemplo da utilização do tempo pelos homens que acreditam na idéia de *vencer pelo trabalho*. O que se pode perceber é que, sob o manto de uma ética puritana, revelava-se uma cidade forjada pelo trabalho, em que o *reino dos céus* só poderia ser alcançado pelos colonos que o merecessem. A conquista do *Eldorado* ficava, assim, sujeita às obrigações terrenas, só podendo atingir o "espírito de graça" aqueles que cumprissem o seu dever com honra, fé e trabalho.

A "Moralização da Alma"

Fixar o colono em sua propriedade agrícola e torná-lo um "bom colono" requeria providências mais complexas por parte da colonizadora. O "sistema de escolaridade", implantado em Alta Floresta pela empresa, tinha este objetivo a cumprir.

O funcionamento de tal "sistema" pressupunha, na verdade, a organização de um centro comunitário rural que estava em carregado de difundir a *mensagem do colonizador*, disciplinando as famílias dos colonos às orientações e regras estipuladas.

Desta forma, o discurso colonizador encaminhava-se no sentido de *demonstrar que do "espírito familiar" surgia os cen*tros comunitários; da *"preocupação do homem da roça em dar ins*trução a seus filhos", nascia o sistema de escolaridade rural; *"ajudar o colono a se fixar na sua propriedade agrícola"*, esta era a função do colonizador. Partia destes três pontos a *mensa*gem do colonizador e continuava através da pregação do amor ao trabalho, da perseverança e da união da família. E era mediante esse discurso que Ariosto Da Riva podia se apresentar como o chefe das famílias que ali se encontravam e aparecer como o grande benfeitor do povo que havia ouvido e atendido ao seu chamado.

Entretanto, pode-se perceber, nesse processo, uma nítida inversão: a obra da colonização se revelava e se edificava

a partir das necessidades dos próprios colonos. Quanto às necessidades da empresa - o afã de lucro e de valorização de suas terras, bem como impor a disciplina e o poder sobre os colonos -, estas ficavam sempre mais encobertas pelo discurso competente de Ariosto Da Riva.

Era indubitável que do "seio familiar" nos centros comunitários emanasse a fé no "mundo novo", concebido para realizar os projetos de uma vida com fartura, terra, filhos juntos... Ninguém ali poderia permitir que essa *idéia* esmorecesse, e todos deveriam ser os verdadeiros guardiães dessa fé. Qualquer pensamento que contivesse a menor aproximação com a possibilidade de fracasso teria que ser banido - esta era uma ordem imprescindível à construção do novo lugar. Deste modo, se os homens eram ali "compelidos" a viver unidos, diante de uma vida difícil, isolada e cheia de carências, tudo tinham que fazer para suprir as mínimas necessidades de sobrevivência na área da colonização.

Nos centros comunitários todas as intenções se voltavam para *moralizar os espíritos*, convertendo-os constantemente ao trabalho e à crença em Deus, cuidando sempre para que não houvesse nem revoltas individuais, nem organizadas. Criavam-se também laços de interdependência, indicando claramente que naquela região ninguém resistiria sozinho. Imediatamente, a racionalidade burguesa se impunha: não adiantava alguém se atrever a avançar sobre o direito de propriedade de outrem, pois isso isolaria quem quer que fosse do "grupo de sobreviventes", ficando à mercê da "lei da selva". E isso significava, em termos ameaçadores para aqueles que não se sujeitavam ao código disciplinar do colonizador, não receber assistência social e se encontrar na "mira" de grileiros, jagunços e da própria polícia.

Essa *cadeia familiar-religiosa* aparecia como necessidade dos colonos que tinham investido toda a sua vida naquele projeto. A escola foi uma espécie de coroamento dessa cadeia invisível e se revelava também para os colonos com um sentido maior, voltado para o futuro de seus filhos, bem como oferecia a explicação mais razoável para a permanência de muitos que ali não tinham terra: "— Por que você acha que nós estamos aqui? Por que esse lugar me prende? A escola, oras! As professoras são muito atenciosas, muito boazinha, e os filhos da gente

tem aonde se apegar!"⁽¹³⁾.

A escola aparecia aí, para o lavrador sem terra, como o referencial mais seguro para o amanhã, talvez a única condição de mudança para a vida futura de seus filhos, frente às dificuldades cada vez maiores de acesso à terra.

E, sob o comando da Indeco, a rede escolar se estendia por toda a área do projeto de colonização⁽¹⁴⁾. Ariosto Da Riva, como ele mesmo afirmou, sabia que a escola rural seria um dos baluartes mais importantes para fixar o colono na sua propriedade rural. Assim, a trindade *família-igreja-escola* ensinaria e garantiria o trabalho, a ordem e a regularidade, o que equivalia a zelar pelos bons hábitos e pela obediência ao colonizador - *o pai de todas as famílias*. Reconhecimento e gratidão, esta era a resposta que os colonos *deveriam* dar ao "semeador de civilização".

Como pensar de outra forma, se em Alta Floresta "foi criada outra vez a família?". A família desses "pobres diabos", "judiados pela seca e pela geada", que se encontrava em franca desagregação? Saídos de "um ambiente de angústia para um ambiente aberto", teriam direito de reclamar? Tinham escolha? Na perspectiva da colonizadora, não! E depois, como enfatizara aquele assessor da Indeco, "na terra grande, na terra maior, os filhos teriam a possibilidade de estudar!".

Em suma, nessa trilha, a imagem da miséria oprimia e era utilizada como açoit. Constituíam-se, assim, um mundo fechado em que era proibido vislumbrar *saídas*, somente a colonizadora podia apontá-las, segundo seus critérios e suas "leis".

A "Terra Prometida" precisava repor continuamente a idéia de que, apesar do "ambiente aberto", os homens ali estavam para trabalhar pelo progresso da cidade que viram nascer, "em colaboração, em família". Tudo deveria ser empregado em benefício de uma colonização disciplinada e, principalmente, dever-se-ia controlar os corações dos colonos em constante espera, a espera da recompensa!

(13) Fala de um colono, em entrevista realizada em Alta Floresta, abril de 1982.

(14) Preti, Oreste. Expectativas Educacionais numa Área de Fronteira Agrícola (A Escola Vista Pelos Colonos de Alta Floresta), Tese de Mestrado, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 1981, mimeo.

IMAGENS TENEBROSAS

"O Futuro aqui é do Patrão!"

Mas os problemas foram aparecendo.

Um dos grandes obstáculos que se interpunha aos colonos, talvez maior do que a própria floresta, estava no seu "despreparo" em lidar com a lavoura naquela região da Amazônia, principalmente se considerarmos que a empresa de colonização já havia determinado aos colonos as lavouras que deveriam desenvolver. É muito comum se ouvir: "— No começo, até o primeiro ano, depois que derrubamo e queimamo, plantamo café, arroz, feijão... perdemo quase tudo, o arroz, o feijão... mais tarde é que a gente ficava sabeno que também *num plantamo direito* o café e o cacau. Mais nós não sabia, né? Depois que os moço da Emater vinha aí falar com a gente, mais aí já tava tudo plantado..."(15).

Em curto espaço de tempo, ficava demonstrado que só as variedades de café conhecidas como *Africana Robusta* podiam resistir ao calor, às temporadas intensamente secas e ao tipo de solo da região. O *Mundo Novo*, variedade de café *Arábica*, não se adequava às terras da Amazônia, pois, dentre outros problemas, logo apresentava a raiz pivotante, isto é, a raiz axial descia torta e bifurcada, formando ramificações sem nenhuma resistência. Desta forma, a planta, passados os primeiros anos de cultivo, não tinha profundidade suficiente para poder produzir: "— Pro café não dá, no comecinho até que sai bem, depois de um tempo seca e fica só a vara" - como bem lembra um colono.

A orientação que a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - havia dado aos colonos era dupla: ou limpavam a área novamente e replantavam o tipo *Robusta* ou mantinham a lavoura do *Mundo Novo*, intercalando-a com a plantação do *Robusta*.

A esse respeito, os colonos se manifestavam com muita desolação: "— O que nós faz agora? Eu vim pra plantar o café! E agora eu olho esta terra lavrada... todos os dias do meu trabalho, é melhor desistir! Ficamo sabeno de umas terras mais pra cima, no Pará, vendemo aqui e compramo o dobro lá!".

(15) Fala de um colono, em entrevista realizada em Alta Floresta, abril de 1982.

Para eles, derrubar a lavoura de café estava fora de cogitação, pois tinham a certeza de que quatro ou cinco anos ali custaram muito trabalho, de manhã à noite: "— Debaixo desse clima, que aqui não é brincadeira não! Lutamo contra a quicença, contra os inseto e as praga, que aqui é fogo! E a espera, dona? E esses ano de espera? Eu tô velho, já tô com mais de sessenta! E taí... a lavoura do café prejudicada!".

Para esses "lavradores do café", a desilusão era inevitável: "— Nós que chegamo primeiro aqui, e plantamo o *Mundo Novo*, num temo mais condição de tocar o café, tivemo muito prejuízo e nem o cacau num dá pra nós aventurar, tamó tentano agora o milhozinho. Pro café já perdemo a esperança!".

O cacau também foi uma experiência agrícola catastrófica para muitos desses colonos. Através de informações obtidas junto ao escritório da Indeco, 8 milhões de pés de cacau foram cortados em Alta Floresta. E, para medida tão drástica, dois problemas foram aí apontados: "— A maioria não teve paciência para esperar, porque os investimentos nos seis primeiros anos é muito grande, mas, de qualquer forma, tem que esperar! Além do mais, muitos pés de cacau foram perdidos por problemas de adaptação climática, pragas e gente que não quer trabalhar direito!"(16).

O relato de um dos colonos, que perdera tudo com a lavoura do cacau, retrata bem essa situação: "— Todo mundo quis plantar cacau aqui em Alta Floresta, os financiamento era bom, a Ceplac chegou e disse que dava assistência, apoio, né? Então nós achamo por bem aventurar no cacau. Aí aconteceu de ser uma lavoura muito trabalhosa, que exigia muita mão-de-obra, e a maioria daqui nunca tinha plantado cacau antes. *Nunca tinha visto um pé de cacau antes, nós assim era da terra do café!* Enfrentamo esses mato aí, plantamo muitos hectare de cacau. O cacau não deu nem pra cobrir os custo da produção, ficamo tudo enforcado... então cortamo o cacau e partimo pra outra, né?".

É importante observar que, se o colono havia depositado toda a sua esperança no café - a coisa mais certa de sua vida - o fracasso nessa lavoura acabaria por levá-lo a se "aventurar" no plantio de outras culturas, como o cacau, o guaraná, etc.

(16) Escritório da Indeco. Guiabá, maio de 1985.

O "despreparo" e a desorientação do colono sem recursos é quase total. De acordo com um levantamento feito pelo Sindicato Rural de Alta Floresta, junto a trinta e cinco colonos, constatou-se o seguinte: 1) dos que haviam plantado cacau, nenhum tinha recebido orientação para a escolha do terreno mais apropriado; 2) com relação à época para plantio do sombreamento definitivo do cacau, oitenta e cinco por cento desses colonos consideraram-na errada; 3) a maioria respondeu que não conseguia manter limpa a lavoura, além de que considerava o financiamento para o cacau insuficiente, devido aos custos de produção; 4) não mais podiam continuar colocando recursos próprios na lavoura do cacau, porque os preços dos materiais e insumos agrícolas recomendados pela CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - não eram compatíveis com o orçamento familiar. Enfim, no modo de ver dos colonos, os fatores que mais influenciavam o custo dessa lavoura e defasavam os financiamentos eram basicamente os seguintes: uma mão-de-obra inflacionada por causa dos garimpos; o alto custo dos inseticidas; o número elevado de carpas e o custo de replantio do cacau.

Na realidade, afigurava-se um quadro agrícola incontrolável para os colonos, onde as lavouras perenes exigiam recursos muito altos, levando-se em conta a produção familiar. Desta maneira, foram buscar nas lavouras temporárias uma forma para contornar essa situação, já que "... a terra aqui é até boa pra cereal, mais pra café não pega carga... é mais pra lavoura branca e pasto!". Porém, o tempo haveria de demonstrar que também aí não estava a solução: "— Devido a terra ser manchada e pouco fértil, o arroz só dá bastante dois anos... Esse tipo de cultura só dá pra despesa". O mesmo ocorria com o feijão, que apresentava uma produção muito pequena. Muitos colonos afirmaram que deixavam tudo para o consumo da família e ainda para semente. Assim, não só se podia, de uma certa forma, garantir o sustento da família - à base de arroz e feijão - mas também se parar as sementes para a preparação do novo ano agrícola. "Isso - diziam eles - quando não se gastava tudo pra pagar compromisso". No caso de parceiros e arrendatários, a situação chegava até este ponto: "— O endividamento da gente aqui é até pra comer!". Mas, praticamente para todos os que plantaram o feijão, um dos grandes problemas, além da dificuldade com a terra,

foi o *mela*, "uma doença que tem atingido o feijão da gente"⁽¹⁷⁾.

Para os colonos, a situação era bastante clara - a explicação para o baixo rendimento das lavouras estava na má qualidade da terra: "— A terra é fraca, ácida e manchada". Com um grande agravante: "— Sobre o resultado da nossa produção, não dá nem pra ficar contando o que a gente gasta e o que a gente ganha do trabalho, dos investimento, a gente sai perdendo mesmo e só os comerciante rico fica com os lucro... não dá nem pra cobrir os custo!". Mais ainda: "—Aqui pro pobre não dá nada, num tem condição... dá muita praga... no Paranã as coisa era bem mais fácil... mais lá tinha a geada! Não tem jeito não! O negócio é esperar pelo ano que vem!".

Se para os colonos que tinham seus sítios a manutenção das lavouras era muito difícil, exigindo um custo muito elevado, o que não dizer de meeiros, parceiros e arrendatários, que foram para Alta Floresta na esperança de um dia poder possuir o seu próprio pedaço de terra?

Neste caso, o depoimento de um parceiro é bastante ilustrativo: "— Tô vivendo o ano agrícola às custas do fornecimento do patrão, praticamente não tenho outra alternativa senão entregar a ele todo o produto do meu trabalho, esperano que dê pelo menos pra cobrir o fornecimento... *o futuro aqui é do patrão!*".

Um pouco da história de um dos arrendatários de Alta Floresta pode nos confirmar não só os problemas da produção insuficiente, do café que "num dá", das pragas e mesmo das "terras manchadas"; ela pode contar não só do seu desalento com as lavouras. Existe mais: a aflição de quem se encontra em *um mun*do *sem sentido*; a *quase certeza* de ter dado um "passo errado"; os medos e o espanto... *na terra prometida!* A sua voz esconde um brado de revolta: "— O dinheiro aqui é duro... não é tão cara a terra aí... e nem barato!... *pro pobre não é barato!* Por que aí é setenta, oitenta mil o alqueire... o pobre tá com essas lavourinha boba, ora! E as despesa agora de comestível, de roupa, de médico, enfim, do ano... *NÃO É MOLE NÃO!* E aqui pro pobre comprar não é fácil conforme a pessoa pensa não, pode trabalhar a morrê! Faz duzentos mil, num faz! Faz sim, se fos-

(17) Fala de um arrendatário, em entrevista realizada em Alta Floresta, abril de 1982.

se num lugar que plantasse soja, plantasse algodão, plantasse de tudo, aí sim, aí fazia mesmo, tranquilo! Mas aqui é puramente arroizinho, o arroizinho dá mixariinha, né?... e puro e mais nada, uai, vai fazer o quê?... o caso é este! O patrão ainda queria que plantasse o café e eu resolvi a não plantar, eu pago a porcentagem mais num vô plantar o café no meio duma sementeira dessa, uma pedra dessa!... A terra aqui tá cheia de mancha, tem lugar que num dá jeito nem de trabalhar, que é pedra demais, tem uns lugar que é até bom. Lá no Paraná eu trabalhei como arrendatário, durante nove ano, pro mesmo patrão. Lá era melhor pro trabalho, sem comparação! Que lá nós trabalhava era com animal, a terra toda bem preparada, né?"⁽¹⁸⁾.

Neste ponto procurei, então, saber por que havia saído do Paraná. E ele respondeu que tinha sido por causa da maneira como as pessoas falavam do lugar, "que aqui era muito bom, que dava mais". Porém, imediatamente acrescentou: "— Saímos de bobagem. Mais a gente saiu de lá, não foi dizer que lá tava ruim e essa coisa não. Dois ano lá meio perigoso de seca e aí o pessoal se aconteceu de aborrecer com aquilo e limpou o trecho, foi o que fez o pessoal sair do Paraná. Mais dizer que o Paraná é ruim, não! Eu num falo horas nenhuma do Paraná... é que o Paraná num presta, que o Paraná num tá dano mais nada... essa coisa, é mentira! Falar isso pra mim, eu falo assim: É MENTIRA! Vai lá que lá tem muito mais movimento dobrado daqui, sem comparação! Que o movimento daqui o que é? É aí um plantilzinho de arroz, em algum lugar sai um feijãozinho, um milhozinho ... bão, esse ano nós vai recuperando mais ou meno, porque o preçozinho ainda vai indo bão, e qualquer das coisa. Mais esse outro ano que passou, DEUS ME ARREPIANTE! Eu se bati aí com cento e pouco saco de arroz, no fim precisou de levar lá pro banco, que eu num achei um abençoado pra comprar o arroz aí na cidade!".

Em seguida, perguntei por que não havia conseguido ainda um pedaço de terra. Sem titubear, ele respondeu: "— Eu num arrumei porque ainda não pude, tem muita terra! muita terra!... mais e o medo de entrar e depois se perder, né?... Terra tem muita... TERRA ANDA SOBRANO AÍ! SOBRANO! E a gente trabalhano

(18) Fala de um arrendatário, em entrevista realizada em Alta Floresta, fevereiro de 1981.

feito bobo aí, trabalha sem equipamento, pagano porcentage, é isso aí... num deserto desse, e um retorno miserável desse, perdido aí, e a gente trabalhano de porcentage..."(19).

Em um lugar, onde "o pobre tá com essas lavourinha boba", a possibilidade dos trabalhadores sem terra vir a possuir um sítio ficava cada vez mais difícil. A terra é cara e não há retorno algum da produção das lavouras. A constatação de que quando "bate zero com zero ainda tivemos prejuízo", revelava para os colonos a situação difícil e praticamente irremediável em que se encontravam. Na realidade, era a certeza de que todo o trabalho investido nas lavouras não revertia em nenhum benefício que fosse além da mínima garantia de subsistência. Mais ainda, significava que não havia condição de acumular dinheiro, não podendo, então, adquirir terra. Ao contrário, vários parceiros acabavam mudando de lugar, abandonando o trabalho já investido nas lavouras, endividados no comércio local. São constantes as suas queixas: "— Os patrão deixa a gente ali pra dizer que o lote está ocupado, nós ficamo a penar e a terra dele valendo mais dinheiro".

De fato, muita "gente rica" tem investido nos lotes, contratando famílias para desenvolver a lavoura e levar adiante o empreendimento econômico. É muito comum parceiros e mesmo arrendatários dizerem: "— A gente acaba tirano mais da nossra conta que do bolso do patrão, fora o trabalho que aqui, nesse lugar, num é brincadeira não!".

A partir desta constatação, os lavradores sem terra começavam a achar que no Paraná a vida era melhor, e em suas comparações, o sofrimento passado chegava a ser minimizado pelo sofrimento presente.

A Estreiteza da Terra

Em pouco tempo o processo de ocupação na área do projeto da Indeco foi tomando seus contornos mais definitivos. De qualquer forma, não era preciso muito tempo para isto, pois no Projeto de Colonização já estava inserida toda uma política voltada para estimular a produção agro-pastoril.

(19) Fala de um arrendatário, em entrevista realizada em Alta Floresta, fevereiro de 1981.

As terras destinadas à colonização, prevendo lotes de 100 a 300 hectares, não representavam nem a metade do total da área da gleba Alta Floresta: de um total de 211.966,05 hectares de terras, apenas 95.209,24 hectares estavam programados para a colonização. A área reservada para a agropecuária (*lotes autônomos* do Projeto) perfazia 112.435,03 hectares de terras⁽²⁰⁾. Como se pode constatar, estes dados revelam que "os objetivos de colonização" nada mais eram que o *pano de fundo* para a implantação de um grande empreendimento econômico e, a partir do controle da distribuição das terras, para sedimentação de um projeto político de dominação social.

Desde o início, esse "estilo" de colonização já trazia embutido em suas estruturas mecanismos que tornavam praticamente inviável o sucesso do *colono pobre* naquelas terras. Se se atentar de maneira mais detalhada para o projeto, quanto à distribuição dos lotes por área, pode-se perceber que proporcionar uma distribuição "mais condizente" das terras para a colonização era o que menos importava.

Os lotes programados para a colonização, cuja área correspondia a aproximadamente 45% do total da gleba Alta Floresta, estavam assim divididos: 1) 318 lotes *tipo A*, de 100 ha cada um, destinados à *exploração agrícola em regime de economia familiar*, perfazendo 32.258,37 ha, aproximadamente 15% de toda a área do loteamento; 2) 206 lotes *tipo B*, de 300 ha cada, reservados à *exploração agrícola em regime empresarial* (pequena e média empresas), num total de 62.681,32 ha, correspondendo a aproximadamente 30% da área da gleba. Já os lotes destinados à *exploração agroflorestal ou agropecuária de grande porte*, com programação autônoma do projeto, os chamados *lotes C*, e que variavam entre 300 a 6000 ha, correspondiam a aproximadamente 53% de toda a área. Com relação à área restante, ou seja, os quase 2%, estavam destinados à instalação da cidade de Alta Floresta, do sistema viário e às reservas necessárias (conforme quadro anexo).

Esse quadro torna-se ainda mais significativo se acrescentarmos que até 1983, de acordo com outras informações obtidas na Indeco, aproximadamente 90% dos lotes *tipo A* (100 ha)

(20) Conforme Projeto de Colonização - Alta Floresta - Ver quadro anexo.

já estavam ocupados por famílias de colonos. Quanto aos lotes *tipo B* (300 ha), também discriminados "para colonização", a ocupação não chegava a 50%⁽²¹⁾. Neste caso a situação era mais complicada, pois a maioria dos ocupantes dos lotes *tipo B* eram, na verdade, empregados que ali se encontravam para tomar conta do lote, desmatar uma pequena área, camuflando assim uma ocupação para garantia legal do verdadeiro dono, mais preocupado com a especulação imobiliária. É preciso observar ainda que nesses lotes podiam ser encontrados um número expressivo de parceleiros e arrendatários trabalhando cada qual, parte da mesma área, mediante acordo prévio entre os principais interessados. Obviamente, para os colonos ficava muito difícil o acesso a esse tipo de propriedade, pois além do seu preço ser mais elevado requeria também um maior volume de capital para o investimento produtivo. Eis por que a exploração agrícola nesses lotes *tipo B* era apresentada e dirigida pela Indeco como um empreendimento destinado à pequena e média empresas. A não ser nos casos em que os colonos se juntavam e compravam, de comum acordo, um desses lotes destinados à exploração agrícola, o acesso aos módulos de 300 hectares lhes era praticamente impossível.

Entretanto, o que mais importa assinalar é o seguinte: a menor área do projeto tinha sido destinada à colonização e para lá ocorreu a maioria dos migrantes. O fato é que a ocupação dos lotes *tipo A* foi, sem sombra de dúvida, a responsável pela vinda da maior parte dos colonos, o que revela, de imediato, que a "promessa da terra" não podia ser grande e nem de longo alcance.

Mas isso não era tudo. A *prática efetiva* da colonização acabaria por demonstrar que mesmo os lotes de 100 hectares seriam desmembrados, embora tal prática aparecesse inicialmente como "um arranjo" entre os próprios colonos, diante das imensas dificuldades com as lavouras, pragas, manutenção da limpeza, financiamentos, etc. A esse respeito, nada melhor que o depoimento dos próprios colonos: "— Pros pequenos não dá, porque os lotes são muito grande, abrimo muita terra, como vamos trabalhá isso tudo sem nenhuma condição? Serve mais pra dificultá a gente". Como se vê, a terra, de uma forma ou de ou-

(21) Conforme informações obtidas junto ao escritório da Indeco - Alta Floresta, abril de 1982.

tra, acabava sendo vista como um "empecilho", no que diz respeito à sua falta ou ao tamanho da área. E continuavam repetindo: "— Aqui pro pobre num dá!".

Depois, com uma valorização muito maior das terras da Indeco, a empresa passou a tomar as providências necessárias para obter junto ao INCRA a aprovação de uma área de 18.282,65 ha, a ser incorporada ao Projeto de Colonização, que antes estava destinada à instalação de fazendas agropecuárias de grande porte. E, com esse consentimento, a empresa recebia autorização para fracionar os lotes em até 30 hectares⁽²²⁾.

Na realidade, o que aconteceu foi que a Indeco acabou incorporando uma grande área ao projeto inicial, usufruindo, sem maiores custos, de uma infraestrutura já implantada. Além disso, legitimava-se dessa maneira um processo de fracionamento de terras, sem maior controle que pudesse efetivamente beneficiar os "pequenos colonos", abrindo espaço à especulação imobiliária.

Em Alta Floresta pode-se encontrar um número muito grande de lotes de 100 e de 300 hectares fracionados. O mais surpreendente é que uma grande parte já foi fracionada em parcelas ainda menores, chegando a atingir até 12 hectares de terras, aproximadamente⁽²³⁾. Parece incrível que os colonos, que haviam vendido os seus poucos hectares no sul para comprar o dobro na Amazônia, tivessem agora que retornar aos poucos hectares de terras, para abrigar famílias inteiras. Não raro, conseqüentemente, acontecia de várias famílias se juntarem para comprar o mesmo lote, cabendo a um dos colonos a responsabilidade pela assinatura do contrato.

Até os lotes que a empresa parcelou em até 30 hectares, hoje muitos já se encontram fracionados em partes menores. Em pouco tempo, portanto, a área destinada à colonização começava a viver problemas já bastante conhecidos nas regiões "mais desenvolvidas" do país. Os colonos começavam a temer por esses acontecimentos que os transportavam, em um campo imaginário, para a *agonia* dos tempos em que tiveram de mandar seus filhos para a cidade e precisaram abandonar suas terras.

(22) Projeto aprovado pelo INCRA em 19 de janeiro de 1982.

(23) De 43 lotes pesquisados, aproximadamente 40% já haviam sido fracionados.

A Terra Inacessível

Ficava cada vez mais claro para os "pequenos colonos" que Alta Floresta tinha *pouca terra* para os *pobres* e que precisavam enfrentar uma "vida cara", em que a terra, o alimento, a lavoura, enfim isto tudo que resumia tanto suas vidas, custava muito trabalho e dinheiro.

Somente agora, depois que a mata caiu, depois que a lavoura foi formada, depois de incontáveis horas de trabalho *de sol a sol*, é que a realidade do "novo lugar" principiava a se desvendar aos olhos dos colonos e uma indagação ou uma dúvida começava a percorrer-lhes a alma: talvez ali não houvesse lugar para eles. Contudo, difícil mesmo era reconhecer esta impossibilidade, pois haviam feito de tudo para chegar àquelas terras. Realmente, em qualquer nível, se mostravam relutantes em modificar a situação existente. Claro, haviam investido naquele projeto toda uma vida, já não havia mais tempo para pensar em recuar. E, na ameaça do fracasso, a revolta se estampa: "— Limpar a área do café para plantar outra coisa, como se pode fazer isso? E os anos que eu fiquei aí? Já tô velho...". E o "ar de desistência" tomava conta do seu corpo, e o *olhar pairava silenciosamente* pelas plantações que se encostavam na grande floresta. Um outro foi mais categórico: "— Eta liberdade disfarçada! Num temo terra!".

Após todos esses anos de experiência, percebiam também que não bastava ser proprietário de uma "terra mais larga da Amazônia" para se ter um "futuro garantido". Sabiam, agora, que *naquela terra* o pobre não deveria ter investido na lavoura de café, nem na de cacau ou outras culturas que a colonizadora *indicara*. Não adiantavam as explicações técnicas da EMATER, da Ceplac, ou da própria Indeco, para indicar ou *diagnosticar* as causas do fracasso da maioria das lavouras dos *colonos pobres*, pois para todos a "causa" mais corrente era de imediato apontada: "Não plantaram direito!".

Contudo, se os colonos ao se dirigirem para a área da colonização e se estabelecerem em seus lotes tiveram que se defrontar com enormes dificuldades para desenvolver suas lavouras, não se podia imputar-lhes o insucesso a partir desse enunciado - "não plantaram direito" ou porque desistiam rapidamente. Obviamente, não estava aí a razão do fracasso. De fato, não há como duvidar destas palavras, que possuem um poder para ex-

plicar, sob outra visão, o sentido deles ali: "— O lavrador é como a gente chama aqui, *é um pé-de-ferro* porque não arreda o pé nunca. A gente sempre pensa assim: esse ano foi fraco, mais o ano que vem vai ser melhor, pomo toda a nossa força no trabalho... até morrer!".

Mais ainda, o que deve ser destacado nessa situação, na verdade, não é o "conhecimento inadequado" do agricultor que veio do sul, mas a inadequação das culturas agrícolas que a empresa colonizadora determinara como ideais para aquela "mancha fértil" da Amazônia. "Aprender com aquela terra e aquele clima" não era o grande problema. Porém, impor à terra da Amazônia um tipo de agricultura que mais reproduzia o *modelo* do sul, isto sim significava a maior dificuldade. A esse respeito, o texto de F. Graziano Neto é bastante esclarecedor:

"Se já é um absurdo o transplante de práticas agrícolas típicas de regiões temperadas para a agricultura dos Estados de São Paulo ou Paraná, pior ainda ocorre no norte do país, no Nordeste ou na Amazônia, onde as condições tropicais são perfeitamente caracterizadas. Os Estados do sul podem ser considerados como subtropicais, com inverno razoavelmente demarcado, além de outras condições de solos. Mas querer reproduzir um modelo de agricultura utilizada na Europa perto da linha do Equador é demais (...) O resultado pode ser visto pelos milhares de hectares de pastagens de capim colônio abandonados, pelo esgotamento dos solos e pela desertificação de algumas áreas, pelos milhões de pés de café comprometidos, pelos desequilíbrios que começam a aparecer"(24).

E como é que fica a situação do agricultor que não tem condições econômicas para "injetar" capital para a manutenção das lavouras em sua propriedade agrícola, mas está atrelado a um quadro de produção agrícola criado e implantado artificialmente pela empresa de colonização?

(24) Neto, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura, SP, Editora Brasiliense, 1982 p. 93.

Sabe-se, em primeiro lugar, que a sustentação desse quadro requer, por sua vez, técnicas cada vez mais complexas para o controle da produção. É o que sempre fez a Indeco com a sua empresa subsidiária - a Fazenda Caiabi -, de onde partia uma enorme propaganda valorizando suas terras, pelo seu "alto desempenho agrícola", de acordo com a própria Empresa⁽²⁵⁾. Como se vê, a Indeco podia desenvolver tecnologias mais sofisticadas para aplicar em sua Fazenda. Mas o que dizer dos pequenos colonos que chegaram em suas terras e desmataram uma grande área com machado, foice, enxada? Como dar conta da limpeza de grandes trechos desmatados? A maior parte só com o trabalho da família, seria possível? E depois, considerando que a região foi passando por um desequilíbrio ecológico cada vez maior, o que, de imediato, provocava o aparecimento de um número enorme de pragas e doenças, como poderiam os colonos controlá-las?

Vejamos como um desses colonos se refere a essa situação: "— Aqui não podemos parar, as caminhadas são muita, tanto com muita pouca gente e temo de cuidar das lavouras, senão as quizaça invade tudo e é muito duro manter o cacau em condições e o café limpo!". Outro diz assim: "— Temos que pôr tudo na lavoura. Esse menino aí de cinco anos já é um plantador de cacau". Já este outro colono fala da intensidade do trabalho e da falta de água que começava a assustar: "— No começo a gente trabalhou muito e acho que devia ser assim mesmo, porque no começo temo de enfrentar toda a dificuldade, mais aí a gente viu que as lavouras estão sempre precisando mais de gente, num dá tempo de nada, num temo mais o que pôr nelas. E os resultados? E o que é pior, a nossa água tá secando, olha esse poço aqui da casa, a gente tinha até medo dele molhar tudo por aí, nós até

(25) A Caiabi Empresa Agroindustrial Ltda. é empresa subsidiária da Indeco, implantada em Alta Floresta com objetivo agroindustrial, comercial e de exportação. Assim o Suplemento Apiacãs refere-se a essa empresa: "Serve como 'modelo' para o desenvolvimento agrícola no Norte do Mato Grosso... A Caiabi Empresa Agroindustrial Ltda., pelo seu departamento de exportações, tem vendido produtos de Alta Floresta como o guaraná, cacau, castanha, café, para países como os Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Suécia, Alemanha, Japão, Itália, Dinamarca. De janeiro a outubro deste ano, essas exportações totalizaram um montante de oitocentos mil dólares". Suplemento Apiacãs, op. cit.

fazia um jeito pra ele não encher tudo por aqui, mas agora já tá difícil de ver a água, tá secano!"⁽²⁶⁾.

Sem dúvida, uma das principais respostas dos colonos a esses acontecimentos desestruturadores de suas vidas era a identificação do trabalho agrícola. Se na "fronteira" *a ordem era trabalhar*, os sonhos ficavam para depois e o inarredável trabalho diário, não de um, mas de toda a família, ia do amanhecer ao escurecer, com os mosquitos e com o sol escaldante sobre os ombros: "— São sete filho homem - intervém a mulher de um colono -, são cinco homem, as duas mulher casou - é... são cinco homem e duas casada, mais quando tá tudo junto, tudo pede igual... é filho, e genro, e filha, tudo junto! Todos trabalham junto, *não tem nenhum pra ficã dormino no ponto não!*". Esta era a idéia que predominava entre os colonos, como se realmente o trabalho pudesse salvá-los, devendo, portanto, *economizar o tempo*.

Neste sentido, o discurso competente da empresa colonizadora ganhava grande expressão e encaminhava os problemas apresentados pelos colonos, com relação ao baixo rendimento das lavouras, à insatisfação com a terra e mesmo à descrença em uma nova vida, para o âmbito das questões que colocavam a *recuperação pelo trabalho* como a *saída real* para as dificuldades apresentadas. Aqui, alguns pontos precisam ser destacados.

Em primeiro lugar, o crédito rural foi, nesse contexto, um dos principais instrumentos de vinculação entre a política do governo e a expansão do capital industrial e financeiro no meio rural, atuando no sentido de promover modificações tecnológicas que se processavam na agricultura. Tais modificações tecnológicas introduziram técnicas em sua maioria inadequadas, favorecendo, na realidade, os grandes grupos econômicos e *custando muito* aos lavradores do campo.

Em segundo, é preciso lembrar que, através do café, e principalmente do cacau - culturas estas voltadas para a exportação -, Alta Floresta integrava-se mais concretamente a esse amplo circuito do sistema de crédito rural, submetendo os colonos a uma "ordem tecnológica", resultado de interesses dominantes mais uma vez estranhos à vida e ao conhecimento que esses lavradores haviam adquirido ao longo do tempo.

(26) Fala de um colono, em entrevista em Alta Floresta, em fevereiro de 1981.

Por fim, é importante lembrar que, visando essa *recuperação pelo trabalho*, abria-se maior espaço para as atividades realizadas pela extensão rural e pela assistência técnica aos agricultores, as quais prescreviam receitas e orientavam técnicas de plantio, de combate às pragas e, ainda, de utilização de agrotóxicos, fortalecendo e repondo sempre a mesma idéia: a de que somente com o trabalho, com uma orientação técnica apropriada e com a utilização de produtos agroquímicos, poder-se-ia obter bons resultados. Mas isto os colonos aprenderam: não era suficiente. E, vale enfatizar, esses ensinamentos se realizavam com um grande desconhecimento de causa, funcionando muito mais como uma "frente" para a ampliação de mercado a produtos agroindustriais, assim como impunham uma determinada lógica de trabalho, útil àquela prática econômica.

Desta maneira, é muito comum encontrar-se nos sítios dos colonos em Alta Floresta *técnicos*, representantes da EMATER ou da Ceplac, extremamente jovens e praticamente sem experiência em agricultura, *transmitindo* regras agrícolas a velhos experimentados, muitos com mais de sessenta anos, com longos anos no trabalho agrícola e, ainda, com a prática da abertura de pelo menos duas *fronteiras agrícolas* - Paraná e Mato Grosso⁽²⁷⁾.

Assim, mais uma vez descaracterizava-se a experiência de vida dos lavradores, com o agravante de que, agora, estava em causa tudo aquilo que significava o seu passado e o seu presente, jogados para uma grande e talvez derradeira tentativa. Tinham a clara percepção de que a sua *dedicação ao trabalho* e a *aprendizagem adquirida* no campo, respeitados pelas gerações que os antecederam, de pouco valiam também nesse "mundo novo", e sentiam que tudo isto ia se tornando uma causa perdida. Eram os referenciais mais certos para a memória - porém, desvaneciam-se.

E, desprovidos de recursos, com os problemas se avolumando, os colonos - pelo menos para os que ficaram em Alta Floresta - já não tinham mais em que acreditar. Depois de haverem investido tudo o que tinham na terra, desde o trabalho, o pouco dinheiro que conseguiram arrumar, o financiamento, não sa-

(27) Pude presenciar este fato durante a pesquisa de campo que realizei em Alta Floresta, em fevereiro de 1981.

biam o que fazer para sustentar economicamente suas propriedades - cafezais foram perdidos; pés de cacau tiveram que ser cortados e o guaraná sequer dava para o sustento da família. O que fazer? Plantar somente arroz, feijão e "algum milhozinho", para alimentar a família? Como comprar as mercadorias básicas à sua manutenção, em um lugar onde tudo é muito caro, com o garimpo inflacionando o comércio? E o futuro dos filhos? Já haviam tentado - somente com o trabalho, com o esforço, nada conseguiram! A "idéia da lavoura" tinha que mudar - quem sabe agora acertariam!

Sem capital para investir na produção agrícola, na correção de solo, em inseticidas, em técnicas caras (e inadequadas), os colonos não vislumbravam nenhuma possibilidade para continuar com a lavoura perene, que demandava sempre uma maior utilização de mão-de-obra. Para eles, "o melhor era plantar capim!" E depois havia um sinal no ar - se "os grande tão planta no", é porque aquela terra estava mais para o pasto do que para o café, cacau, etc.

Portanto, uma determinação muito clara passava a se fazer presente entre os colonos pobres: "— Plantar pasto é a melhor coisa, num dá os mesmo custo da lavoura perene, os mesmo problema com o arroz. E tem mais, *os grande tão plantano!*...". Começavam a derrubar o café para plantar pasto, e faziam questão de informar também: "—Grande parte já tem pelo menos um alqueire plantado de pasto, até mesmo para alugar". E arrematavam: "*A esperança é o pasto!*"(28).

Os colonos em Alta Floresta assim manifestavam sua compreensão sobre o que estava ocorrendo na "terra prometida", mas sem esconder sua apreensão: "— A tendência é fazer pasto e aí muita gente vai ter que ir embora. Plantano pasto vai tudo pra traz!".

Mas uma outra percepção ia se introduzindo no imaginário desses colonos: *o progresso estava na cidade!* Antes, quando chegaram à área de colonização, os limites entre o campo e a cidade ainda não estavam definidos. Tudo, setor urbano e rural, fazia parte de uma gleba chamada Alta Floresta, da qual

(28) Fala de um colono, em entrevista realizada em Alta Floresta, em abril de 1982.

haviam participado direta ou indiretamente da sua construção. Tinham acompanhado, passo a passo, o crescimento daquela cidade, pois acreditavam que o seu sucesso viria para servi-los, ajudá-los a viver melhor em sua terra da Amazônia. Tinham uma identidade com o lugar e com tudo o que nele acontecia. Para esses colonos, Alta Floresta como já foi assinalado, era vista como uma cidade que tinha aparecido para abrigar os homens pobres do campo.

Entretanto, o tempo passou - apesar dos poucos anos -, a cidade cresceu e, inexoravelmente, "afastou-se" desses colonos pobres. A cidade "caminhou" em sentido oposto. Os primeiros colonos, os mais desprovidos de recursos, já não eram mais fundamentais, certamente desapareceriam da história daquela cidade, porque o resultado estava ali: a realização indubitável da construção da famosa *Alta Floresta*.

Pode-se notar, a seguir, no relato de um colono e sua mulher, o significado que teve para eles, os chamados colonos pioneiros, a sobrepujança da zona urbana sobre a zona rural, que, na realidade, expressa mais a sua concepção de que é na cidade que se encontra o bem-estar, a riqueza e o progresso. Este depoimento é importante porque evoca a questão principal para os colonos, ou seja, a de que o campo apresenta as dificuldades e a cidade a "vida fácil". Não é sem ressentimento que dizem: "— Depois que nos chegamo, aqui num tinha nada, derrubamo o mato, enfrentamo tudo quanto é espécie de dificuldade, truxemo os homem rico aí! Lá na cidade tá todo mundo bem de vida, e a gente aqui, nesse mato duro aí, que num dá tempo pra nada, tem que olhá as lavoura, senão num dá, as quizaça invade, as praga ataca... Agora já tem muita coisa aí, muito comércio, também, depois que nós já enfrentou o pior... Eu sei que eu tinha me saído muito melhor se eu já tivesse aberto um buteco de pinga em qualquer esquina lá na cidade, de vez em quando eu vendo umas pinga aí, tudo caro e vendo tudo!" Em seguida, a mulher do colono interfere e conta: "— O maior sonho dele é o tal do buteco! Por ele nós vendia isso aqui, porque tamo trabalhando muito que só vendo, mais temo nedo, e depois deixar o que nós já plantamo aí... As vezes ele faz uma brincadeira: ô meus filho, vamo vender isso aqui, vamo embora, porque nós precisa... tá tudo sofrendo de tanto trabalhar aí, vamo embora! Aí os meu menino mais velho fala assim: quê pai! do tanto que nós

já sofreu aqui, o senhor vai deixar agora a comida no prato aí? O senhor vende isso aí pra nós enfrentá outro mato pra sofrer outra vez? Num tá direito pai! E ele não vendeu não! Já achou um bom dinheiro aí, mais num quis vender não. Por causa dos menino que ele não vendeu!"(29).

A desilusão e a amargura restam apenas para o colono, fazem parte somente da sua bagagem, porque a *glória da cidade* estava ali, impassível, de frente para os sonhos dos homens que se encontravam naquela terra. Era uma *clareira que brilhava* na mata, nenhum sofrimento tinha poder para ofuscar *aquelas luzes*.

E os colonos ali vão reproduzindo suas fantasias e seus desejos, *mas perto da cidade*: "— Esse lugar aqui é onde vem esse pessoal desse povo rico aí, grande... vem de Cuiabá o governo, vem aqui direto, veio o deputado, veio o senador. O Ariosto sempre traz esse povo aqui! Hoje nós já achou comprador pras nossas terras, mais nós num tamo queremo vender. Agora, ficar rico, nós num pensa não, *o tempo é curto*, num dá mais não, já tô velho e o dinheiro agora tá difícil! E esses garimpos que faz o dinheiro do colono ficar mais difícil! Mais nós num queremo vender, a gente mora perto da cidade, aqui tem de tudo, tem escola, tem igreja... agora, a gente quer dinheiro, quer um gado, quer uma condução... e a cidade taí e vai ajudar a gente!"(30).

Todavia, para muitos daqueles que primeiro chegaram à colonização do projeto Alta Floresta, sem nada ter ou que pouco tinham, cujos filhos, talvez, tiveram que se alimentar da "bacia de comida de dona Rose", testemunhando o que um deles falou - "*a pobreza toda está se espichando para o norte*" -, o passar dos *poucos anos*, revelando os sinais de malogro, perda e infelicidade, a plantação que não deu certo, ou a terra que não conseguiu, para muitos desses, a nova terra não poderia mais abrigá-los. Teriam que continuar *à procura de alguma coisa*.

(29) A entrevista com esse casal de colonos se deu em seu sítio - Alta Floresta, fevereiro de 1981.

(30) Fala de um colono, em entrevista em Alta Floresta, abril de 1982.

E, como se quisessem recuperar sempre o sonho perdido, ou nunca deixar de acreditar, começavam a reconstruir a "velha história": "*— Mais pra cima tem terra, lá vai dar!*".

*

Alta Floresta começava a se configurar para os colonos pobres como o lugar dos obstáculos intransponíveis.

No entanto, quando saíram do sul para o norte acreditaram ir à procura do *outro lado do mundo*, ao encontro de uma *terra bem-aventurada*. Nesta representação mística do *outro lado do mundo* projetava-se uma vida de realizações, em que as pessoas pudessem, como na história de dona Rose, descobrir os sinais reveladores de grandes mudanças, por paragens nunca antes vistas. A fé seria o guia mais seguro e fiel, não abandonando jamais essa população pobre, a indicar-lhe sempre que *mais para a frente havia um lugar* que, ao contrário deste mundo conhecido, devia trazer *abundância, sossego e felicidade*.

Deste modo, para aqueles que o *colonizador* designara "pequenos colonos", o mito do lugar da abundância ia além dos pressupostos de riqueza material, e passava, indubitavelmente, pela leitura mística da nova terra como o *lugar da salvação*. Assim, o encontro com esse lugar *no fim da estrada* deveria vir como a recompensa para uma vida de *agonia, trabalho e miséria*.

Alta Floresta significava agora o obstáculo para se chegar ao *fim da estrada*. O *lugar místico* não se desfazia, nem poderia! Apenas sabiam que não era ali, *naquela terra*. Mas Hélène Clastres, ao tratar da "Terra sem Mal" - o profetismo tupi-guarani, com beleza e maestria, aponta para uma questão essencial:

"Daí, sem dúvida, a necessidade do obstáculo que, se impõe um termo brusco à viagem, ao mesmo tempo é o que vem justificá-la e permitir-lhe prosseguir. O mar maléfico que não pode ser atravessado, porque obsta a marcha, garante a existência do "além", que é o lugar do repouso. Obstáculo portanto de duplo sentido porque, se impede o acesso à Terra sem

Mal, também impede ao mesmo tempo que a fé se perca. A procura não é vã, pode-se continuar andando"(31).

O lugar intransponível somente confirmava a existência da *Terra Prometida*, sem contornos, sem limites em um espaço indefinido. E dava força para uma viagem: *mais pra cima tem terra...*

(31) Clastres, Hélène. Terra sem Mal: O Profetismo Tupi-Guarani, SP, Editora Brasiliense, 1978, p. 114.

CAPÍTULO V

AS ARMAÇÕES SUBTERRÂNEAS DO PROGRESSO

"Depois de tantas visões
já não vale concluir
se o melhor é deitar fora
a um tempo os olhos e os óculos.
E se a vontade de ver
também cabe ser extinta,
se as visões, interceptadas,
e tudo mais abolido.
Pois deixa o mundo existir!
Irredutível ao canto,
superior à poesia,
rola, mundo, rola, mundo,
rola o drama, rola o corpo,
rola o milhão de palavras
na extrema velocidade,
rola-me, rola meu peito,
rola os deuses, os países,
desintegra-te, explode, acaba!"

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

CAPÍTULO V

AS ARMAÇÕES SUBTERRÂNEAS DO PROGRESSO

"ONDE O TEMPO NÃO CONTA"

As levas e mais levas de migrantes que cruzaram as estradas rumo ao norte, a partir de meados da década de 1970, puderam oferecer ao observador um quadro inusitado e impressionante: um espetáculo humano que retrata uma imagem caleidoscópica, através das várias cores e matizes que assumem os homens em suas tentativas e labutas para conquistarem a *"terra prometida"*.

As linhas de ônibus e aviões mantêm acesos os fluxos migratórios. Elas cobrem, cotidianamente, a extensão geográfica que separa o norte do sul do país e também das outras regiões, tendo por pontos de ligação as *velhas* e as *mais novas* cidades, que nasceram e prosperaram rapidamente ao longo das rodovias de penetração na chamada *"fronteira agrícola da Amazônia"*. Contudo, convém observar que não são apenas essas linhas regulares que têm servido à migração. Acontece que são diversos os tipos de transportes utilizados pelas mais variadas pessoas, que os caminhoneiros, no vai-e-vem constante pelas *rodovias de penetração*, por certo podem melhor nos informar. As rodovias federais e demais estradas estaduais foram, nesse sentido, fundamentais para impulsionar e tornar possível o acesso dos migrantes às novas áreas de ocupação, sejam aquelas circunscritas aos projetos de colonização particular, sejam aquelas pertencentes aos grandes projetos de mineração, agropecuários, agroindustriais, da construção civil, etc.

Nesse processo expansionista, mais especificamente considerando as regiões de Rondônia e Mato Grosso, convém destacar o papel insubstituível que desempenharam as rodovias federais - a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. Sem dúvida, foram duas rodovias imprescindíveis para a *política de ocupação* de toda a região norte de Mato Grosso e do Estado de Rondônia, e que têm na cidade de Várzea Grande - separada de Cuiabá pelo rio de mesmo nome - o

ponto de saída comum. A esse respeito, é bastante interessante, e por que não dizer pitoresca, a maneira como o "Correio Varzeagrandense" descreve esse ponto comum de saída para as duas rodovias: "A Av. Couto Magalhães - passagem obrigatória para as duas rodovias - 'mergulha' literalmente, na BR-364 e, qual encontro das águas celebrado entre os rios Negro e Solimões, misturam-se, timidamente a princípio, para depois tornarem-se uma coisa só. Várzea Grande assume, pela 'Couto Magalhães' a sua condição de autêntico portal da Amazônia. Ali *misturam-se os sonhos* de garimpeiros, colonos, aventureiros e até de criminosos. Mas estes últimos transitam no anonimato. A 'Couto Magalhães', *é uma estrada de trabalho e de esperanças*. Um caminho para a Amazônia... milhares de colonos, garimpeiros e aventureiros em geral, que entram pelo '*funil*' da BR-364, na busca de riqueza fácil..."(1).

Mais adiante, transcrevendo o depoimento de um desses garimpeiros e "aventureiros", o jornal continua: "— Aqui a gente vê gente vindo de todo lugar do mundo, entrando pra essas glebas, tudo entusiasmado - diz Gerson Santana, ele próprio um homem que já mergulhou com tudo nos garimpos e *voltou sem nada, doente*". (...) Para quem vem do interior, chegar em Várzea Grande através da estrada natural, que é a 'Couto Magalhães', é uma experiência corriqueira, na medida em que, desavisado, o viajante jamais pensará estar chegando à irmã da capital. Melancias misturadas a pneus usados, restaurantes de terceira categoria, oficinas mecânicas, armarinhos, açougues misturados à bicicletarias... enfim, uma verdadeira parafernália, digna de qualquer frente pioneira"(2).

O que o "Correio Varzeagrandense" descreve pode ser generalizado para as novas áreas. As cidades são poeirentas ou com muito barro na época das chuvas, onde de tudo se encontra um pouco, com gente chegando a toda a hora, de lugares os mais diversos. Apesar de que também as diferenças entre essas cidades são notórias. Umas possuem maior poder econômico e político que outras, resultando daí características especiais para cada uma delas. Mas para os migrantes, simplesmente umas são "mais ricas" que outras.

(1) Correio Varzeagrandense, de 19 a 25.02.84, Várzea Grande - MT, Ano I, nº 8, "Pela Couto Magalhães, sonhos e esperanças".

(2) Idem, ibidem.

Pode-se indicar aqui, mais especificamente, as cidades novas que surgiram em Mato Grosso e Rondônia, ao longo dessas rodovias. Seu crescimento é realmente espantoso. Em poucos anos as novas cidades passaram de 5 para 10, 30, 40, 60 mil habitantes, com um aumento populacional sempre em ascensão.

A colonização na década de 70 teve um peso determinante para essas regiões. Expressando a realidade da nova ocupação, Rondônia e Mato Grosso viram nascer cidades e municípios, cuja expansão e organização foram fundamentais à conformação de um "novo" espaço social, em que os investimentos capitalistas, a constituição de um mercado de mão-de-obra e a extensão de um poder político tiveram aí um *locus* privilegiado.

A *Revista Mato Grosso*, a partir das projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornece dados indicativos desse crescimento experimentado especialmente pelo norte matogrossense, contribuindo, evidentemente, para a mitificação dessa região como centro gerador de riquezas:

"No caso específico de Mato Grosso, o grande impulso populacional teve início na década de 70, após o surgimento de projetos de colonização embasados na capacidade produtiva do cerrado. Com o esmorecimento dessa capacidade, fruto do esgotamento produtivo do solo arenoso, registrou-se um refluxo que se juntou à corrente migratória que descobria o Norte - área infinitamente mais produtiva. De lá para cá a expansão populacional não mais parou, conforme atestam os índices de crescimento na ordem de 9% ao ano, na média estadual, e de 16% ao ano, na média de capital."

Mato Grosso foi o Estado que mais cresceu nos anos 70, segundo proclamação do recenseamento oficial: a população aumentou 90% nesse período, índice apenas superado pelo de Rondônia que, na época, ainda era Território. Nesse contexto, as projeções feitas pelo IBGE mostram que a região do Estado mais atingida pela corrente migratória foi o norte matogrossense, que de 1980 a 1982 cresceu 26,7% - embora estes dados estejam defasados em prejuízo de um crescimento real visivelmente mais acentuado. De

qualquer forma, pelas mesmas estatísticas projetadas pelo órgão oficial, a população de Mato Grosso é superior, hoje, a 1.400.000 pessoas"⁽³⁾.

Na década de 70, o norte matogrossense se constituiu no "paraíso privado" das "empresas colonizadoras" do país, fosse realmente para implantar e desenvolver projetos de colonização, fosse para servir como instrumento à apropriação de terras e outras justificativas menos explícitas.

De acordo com os dados do INCRA-BR (1981), de um total de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (envolvendo inclusive aquelas cujos registros foram cassados ou cancelados), no período de 1970 a 1981, aproximadamente 42% delas estavam localizadas no Estado de Mato Grosso. Entretanto, se não considerarmos aquelas cujos registros foram cancelados ou cassados, num total de 19, o número de empresas em funcionamento efetivo naquele período cai para 82, fazendo com que o percentual das que se mantiveram em atividade no Estado suba para 52%. Mas, a maioria dessas empresas têm mais de um projeto de colonização, e, o que é importante frisar, muitas vezes em áreas distintas. Deste modo, de 125 projetos autorizados a funcionar pelo INCRA no Brasil, naquele período, 60% deste total estão efetivados em Mato Grosso (ver quadro anexo). E, o que é mais significativo, desses 75 projetos de colonização, 49%, aproximadamente, se desenvolvem, direta ou indiretamente, ao longo do eixo da Cuiabá-Santarém.

A respeito dessa expansão da colonização particular em Mato Grosso, não se pretende atentar para o êxito ou fracasso das empresas, assim como para a estrutura empresarial de cada uma delas, para as suas alianças políticas e para os seus desdobramentos nos quadros do capital financeiro. Aqui, na verdade, procura-se apreender a importância que as empresas de colonização, e em especial a Indeco, tiveram para a produção e difusão do mito da *"terra prometida"*, ao estimular a vinda de um grande número de migrantes para toda a região amazônica.

(3) Revista Mato Grosso S/A. Encarte Especial (Ano I, nº 1, out-nov/1983) - "A realidade da Nova Fronteira", Centro-Oeste - Encontro Ano IV, Cuiabá - MT.

Nesses termos, o que interessa caracterizar nesse processo de expansão para as terras da Amazônia é o papel que teria desempenhado as colonizadoras, ao produzir propagandas, fundar escritórios no sul para vender as terras do norte, incitar, enfim, das mais variadas formas, a vinda de migrantes para suas terras, desde que, é claro, os novos ocupantes se submetessem ao controle das empresas.

Diante de tal contexto é que ganha maior expressão o sucesso de uma ou mais colonizadoras, como foi o caso de Alta Floresta e Sinop. Dessas duas cidades surgidas da colonização irradiaram-se, para o norte e para o sul, notícias de fartura, de riqueza e de progresso. Ariosto Da Riva e Ênio Pepino, vale lembrar, transformaram-se em imagens mistificadas de *grandes homens que ajudaram os pequenos homens a florescerem na Amazônia*. Assim, em pouco tempo, Sinop e Alta Floresta, localizadas em pontos estratégicos nessa região norte de Mato Grosso, passaram a deter um enorme poder sobre grandes áreas de ocupação.

As empresas de colonização, e sobretudo a Indeco, buscaram, como já foi visto, todos os recursos possíveis - capital privado e do Estado - a fim de criar uma estrutura viária capaz de permitir ao migrante o acesso à sua área. Garantir a penetração em seu território foi, realmente, tarefa de primeira ordem, sem a qual a colonização não teria sido exequível. Contudo, convém lembrar que tal "conquista" se deu sob o controle rígido da empresa, mantendo, dentre outras coisas, todas as vias de acesso em suas mãos, e principalmente as cidades, considerando que foram o ponto de encontro e de saída para todas as outras vias. De fato, as cidades se constituíram em verdadeiras encruzilhadas, passagens obrigatórias, servindo a toda a área da *fronteira em expansão*⁽⁴⁾.

O sistema viário implantado em Alta Floresta pela Indeco é, neste particular, bastante esclarecedor.

(4) O município de Alta Floresta foi desmembrado do município de Aripuanã, e está situado no extremo norte do Estado de Mato Grosso e faz divisa com o Pará.

A principal rodovia construída pela empresa foi a J-1, hoje MT-208, que se constituiu no mais valioso eixo de ligação de Alta Floresta com a rodovia Cuiabá-Santatém (BR-163). A partir da J-1, concebida nos tempos mais difíceis da colonização, a empresa pôde integrar suas glebas a todo o Estado de Mato Grosso, bem como interligá-las à região amazônica e à "tão pro palada" região Centro-sul do país.

A MT-208, adentrando o município de Alta Floresta, esta beleceu as seguintes ligações mais importantes: com a Agropecuária Mogno, uma das maiores agropecuárias da região; com o Pro jeto Apiacás/Indeco, através da estrada do Calcário; e, antes de chegar à cidade de Alta Floresta, já passava a servir à Cooperativa Agrícola de Cotia. A MT-208 praticamente corta o município no sentido leste-oeste, só que mais para o sul.

Um pouco mais adiante, outra via tornou-se, na década de oitenta, de grande interesse para o município de Alta Floresta - a MT-204, que estabeleceu uma linha de integração mais ao norte, abrindo caminho para o Projeto Cotriguaçu (Indeco/Cotriguaçu Colonizadora de Aripuanã). É importante salientar, ainda, que o Projeto Apiacás-Indeco está situado entre as duas rodovias, a MT-208 e a MT-204, que por sua vez encontram-se uni ficadas pela estrada do Calcário, no sentido norte-sul, a qual tem também a função de ligar o município de Alta Floresta ao futuro porto fluvial do rio Telles Pires, que, ao acelerar o escoamento da produção e integrar o mercado em direção a Santa rêm (PA), constituir-se-á em um empreendimento de grande impor tância para toda a região.

Sem dúvida, a cidade de Alta Floresta ocupa um lugar privilegiado nesse traçado rodoviário. Ela é ponto estratégico para se chegar a qualquer área do município, onde estão situados os projetos agrícolas, agropecuários, agroindustriais e mesmo os outros projetos de colonização. Desta forma, se constitui um dos polos de desenvolvimento do norte matogrossense. Em suma, pode considerar-se que, a partir desta "posição geo gráfica planejada", a empresa centralizou em Alta Floresta o ponto de apoio e sustentáculo para a expansão dos seus investi mentos nos negócios de terra, visando à valorização do seu ca pital, e principalmente, um domínio político sobre a região.

Entretanto, se num primeiro momento as rodovias permi ti ram a colonização, tornando possível um enorme aumento demo grá

fico, imprescindível à realização de uma ocupação produtiva, posteriormente, passou a ser vital mantê-las em condições adequadas de tráfego. A própria vida das cidades só podia pulsar se mantidas integradas à economia nacional, haja visto o estado de calamidade pública e o completo isolamento a que ficavam sujeitas essas populações nos períodos em que as chuvas tornavam intransitáveis as rodovias. Por certo, as inúmeras reclamações feitas por representantes dessas cidades, revelavam a profunda dependência a um abastecimento regular de produtos básicos, tais como gasolina, óleo diesel, gêneros alimentícios (principalmente de produtos industrializados), etc., bem como de uma necessidade vital de escoamento das mercadorias produzidas nessas regiões. Tal fato era agravado pelas condições precárias em que se encontrava a infraestrutura de armazenamento para qualquer tipo de produto comercializável.

Até aqui estamos diante da própria lógica do discurso burguês, para o qual manter as condições adequadas de tráfego, em uma região que se caracteriza por apresentar chuvas durante boa parte do ano, significa, imediatamente, oferecer garantias à realização das necessidades econômicas. Em outras palavras, a ênfase desse discurso, no seu modo de aparecer e justificar realizações, recai invariavelmente no tema do desenvolvimento de teor ufanista que escamoteia a verdadeira face da organização social dominante, sem a qual é impossível compreender uma outra dimensão do "progresso social" nesses novos lugares ditos de "fronteira agrícola".

A esse respeito, veja-se, por exemplo, a entrevista que o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril Regional de Sinop, Luís Otávio Borges, concedeu em 1983 à Revista Mato Grosso:

"Com o asfalto teremos maior facilidade para receber e escoar mercadorias, os fretes baixarão sensivelmente e o comércio varejista será ampliado em função da chegada de novas famílias. Além disso, as terras serão valorizadas e poderemos ter aqui grandes indústrias que já demonstraram interesse pela região, o que redundará na geração de um maior número de empregos. Há ainda possibilidade de baixar

o custo de vida, tanto pelo menor frete como pelo aumento das vendas"⁽⁵⁾.

Indo um pouco mais além nessas considerações, é importante ressaltar que, desde o início da implantação dos projetos de colonização no norte matogrossense, a Cuiabá - Santarém veio sendo defendida como verdadeiro "corredor de exportação"⁽⁶⁾. De acordo com os interesses empresariais, a utilização adequada desta BR-163 tornava viável a produção em grande escala para exportação de produtos da região, como o cacau, o café, o guaraná, a pimenta do reino, além da exploração da madeira e da própria castanha do Pará, produtos estes que, afirmam esses mesmos empresários, têm colocação garantida no mercado externo. E são esses interesses que legitimavam as reivindicações para a pavimentação das principais rodovias da região.

Na verdade, todas as realizações materiais se justificam pelo rápido crescimento da população e das cidades, isto é, por um acelerado movimento de ocupação em direção ao progresso técnico e material. A cidade passa a ser a imagem irreversível do desenvolvimento econômico e do triunfo dessas novas áreas de colonização. Com isso dissemina-se a idéia de que estamos diante de um *modelo* bem sucedido de *progresso social* e *prosperidade material*.

Esta é uma idéia por demais difundida pelos jornais e revistas, que ganha enorme destaque naqueles de grande circulação pelo país. Inverivelmente, e sem grandes elocubrações teóricas, apontam as novas cidades como ideais para se "vencer na vida". Contam das aventuras, dos sonhos realizados, das curiosidades, dos garimpeiros, da "epopéia" dos colonos, que mais se aproximam dos heróis das *bandeiras* que a história oficial nos legou. Mais ainda: com este símbolo em mãos justificam a derrubada das matas, o desequilíbrio ecológico que afeta a fauna e a flora, como também a invasão de reservas indígenas, a expulsão de posseiros, a exploração de trabalhadores e até mesmo a morte por assassinato. Nessas regiões, o *progresso* é uma marca indelével que está presente em todos os lugares por

(5) Revista Mato Grosso S/A. "Asfalto chega a BR-163, começa o fim do pesadelo", p. 11, nº 1, out-nov/1983, Cuiabá-MT.

(6) Idem, *ibidem*.

onde se passa, como que a prender os homens, *acorrentando-os na esperança do amanhã*, refazendo a todo momento o *mito do possível*. Assim, heroísmo, aventura, progresso e grandeza mesclam-se no colorido mosaico que forma a paisagem sedutora da "nova fronteira agrícola".

Isto pode ser facilmente constatado através de uma série de reportagens sobre o tema da "nova fronteira agrícola", intitulada - *"A Conquista do Novo Brasil"*, que o *Jornal da Tarde*, em 1981, abria para debate:

"Embora o Brasil industrializado continue queimando etapas e se modernizando cada vez mais, é inegável que a maior lição de progresso está sendo dada no interior, onde se expande a chamada fronteira agrícola"⁽⁷⁾.

Mais de uma vez essa fonte vem enfatizar o progresso das cidades:

"Ali, no Norte de Mato Grosso, onde há cinco anos só havia a mata, hoje plantam-se café, pimenta, arroz, e muito mais. E planta-se muito: naquela região que era um zero econômico, surgiu um município que hoje é o nono do Estado em arrecadação.... Sinop é uma cidade jovem mas nervosa, com sede de riquezas, com serrarias, caminhões repletos de toras, homens fortes e ambiciosos, e o cenário de fronteira... Mas a fronteira como sinônimo de limite: lugar distante que se busca para subir na vida... Chegar a Sinop é uma surpresa: a floresta está sendo vencida, não destruída, e se constrói um outro mundo... 'Jamais - concluiu Ênio Pepino - se poderá ver, neste final de século, uma perspectiva de movimentação humana como se está intensificando nestes brasis, que ainda desconhecemos'"⁽⁸⁾.

(7) *Jornal da Tarde*. "Na fronteira agrícola, uma lição de progresso", edição de 4 de maio de 1981.

(8) *Jornal da Tarde*. "A fronteira, onde o tempo não conta", edição de 9 de maio de 1981.

Nesta mesma matéria, constatava-se também que Alta Floresta despontava como uma cidade promissora e em efervescência na selva amazônica. Nada expressa melhor este reconhecimento do que estas poucas palavras:

"Alta Floresta, hoje: banco, cinema, hotel de ar condicionado, lanchonetes e supermercados maior que o de Cuiabá. Café, cacau, guaraná, mamão, indústrias"⁽⁹⁾.

Por trás dessas notícias aparentemente neutras, com várias informações e descrições das novas cidades, existe, na verdade, um discurso que difunde a idéia de progresso, estimulando e apoiando a iniciativa privada na Amazônia, quando se sabe que o controle da riqueza nas áreas novas está desde sempre nas mãos daqueles que detêm o poder econômico. Por isso mesmo, nessas matérias encontra-se uma das formas para alardear o mito, reproduzindo pelo país afora a idéia da *possibilidade* de riqueza nas terras da Amazônia.

Como não pensar deste modo, se as imagens que procuram passar são as das cidades efervescentes, "com sede de riqueza"? E o que é fundamental, como interpretar um discurso que, no auge da crise econômica, só fez crer que todas as coisas parecem ter solução em um mundo que é apresentado como *novo*?

Na realidade, pouco importa o *custo social* da nova ocupação para os setores dominantes. O discurso está voltado para conferir primazia à produtividade agrícola, à extensão das áreas agricultáveis, à aceleração da construção das cidades, etc. A exploração do trabalho na constituição mesma desse novo espaço social sempre acaba sendo omitida para que se possa exaltar o mito da terra "que tudo dá!"

E assim, as cidades foram recebendo toda ordem de estímulos para transformarem-se rapidamente em centros de desenvolvimento econômico e social. De acordo com esse discurso o que importava realmente era fazer do norte de Mato Grosso um novo norte do Paraná, isto é, enfatizava-se a necessidade de se criar mecanismos que fossem capazes de acelerar o crescimento

(9) Jornal da Tarde. "Onde o Crime Jamais é Castigado", edição de 11 de maio de 1981.

das cidades e garantir, conseqüentemente, a utilização eficiente de modernas tecnologias para que "um grande salto" pudesse ser dado.

Deste modo, o que mais chama a atenção nesse discurso e mesmo nas matérias publicadas em jornais não é simplesmente o sinal de progresso, mas a maneira como destacam a *velocidade das realizações* nesses novos lugares, condicionando a noção de progresso e a concepção de tempo, que passam a ser outras - "*lá onde o tempo não conta*". Em outras palavras, *tempo* e *progresso* passam pela concepção de um construir contínuo, onde não se pode parar jamais.

A respeito desse referencial de tempo, o jornal The Washington Post, comparando a "nova fronteira agrícola" com o oeste norte-americano, opinava:

"A grande diferença está na tecnologia, que é capaz de resumir anos e décadas da experiência norte-americana em questão de dias e semanas"⁽¹⁰⁾.

A adoção de avançadas tecnologias no processo de expansão capitalista na Amazônia é uma das características marcantes da "nova ocupação", cujos efeitos modernizadores puderam ser notados desde a implantação dessas "cidades da fronteira".

O caso de Alta Floresta, nesse sentido, é exemplar, pois em curto espaço de tempo, tornou-se um dos mais importantes centros de comunicação do norte matogrossense, contando, já no final de 1983, com serviços telefônicos nacionais e internacionais - DDD e DDI. Além destes serviços, Alta Floresta também possui emissoras de rádio (AM e FM), recebe as imagens da Rede Globo de Televisão e é servida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Seu aeroporto, que é de padrão internacional, tornou-se um dos mais movimentados de toda a região. Além disso, conta ainda com um amplo e sofisticado setor de serviços, comparável ao de qualquer grande centro urbano, com modernos restaurantes, cinemas, hotéis de luxo, hospitais, clubes de recreação, supermercados, etc. Construída em tempo recorde,

(10) Amazônia. Boletim de Associação dos Empresários da Amazônia, nº 58, outubro de 1983, p. 4.

foi projetada segundo modernas linhas de planejamento urbano, mediante a contratação, através da Indeco, de um especialista da área. De fato, considerando os objetivos desta empresa, a missão desse especialista era a de realizar um planejamento urbano que levasse em conta um rápido e eficiente escoamento através de largas e retilíneas vias públicas, bem como a localização estratégica da prefeitura, dos bancos, dos órgãos do Estado, da área comercial, etc., todos muito próximos do próprio escritório da empresa colonizadora.

De qualquer maneira, fosse para dinamizar o fluxo das pessoas e dos veículos, e servir a toda a área da colonização, fosse para melhor dispor de instrumentos capazes de controlar rapidamente a vida pública e privada dos cidadãos, o traçado urbano de Alta Floresta, ao cumprir com os objetivos da Indeco, *foi planejado para organizar a velocidade*. Este era um indicador das novas cidades, muitas das quais foram elevadas, em curto espaço de tempo, à categoria de município⁽¹¹⁾. E, pelo que se pode depreender desse contexto, desempenharam um papel fundamental em todas as áreas a elas circunscritas.

Porém, é preciso diferenciar esse *caráter modernizador* sob o qual as novas cidades nasceram e se consolidaram. Não resta dúvida de que o processo de expansão capitalista na Amazônia só pôde se realizar nos moldes em que se deu porque desde o princípio os representantes do capital privado puderam contar com o apoio político do Estado, receber incentivos financeiros e, tiveram poder econômico para introduzir avançadas tecnologias nesse novo espaço.

Mas isto não é tudo. À medida que há um envolvimento crítico com o tema do progresso no processo de expansão, os primeiros contrastes sociais podem ser observados.

De fato, ainda que o espaço urbano seja centralizador de tecnologias e tenha sido concebido como infraestrutura im-

(11) Dentre os novos municípios criados a partir dos núcleos de colonização, pode-se relacionar alguns dos mais importantes, a saber: Alta Floresta, Porto dos Gaúchos, Juína, Água Boa, São José do Rio Claro, Sinop.

prescindível à colonização, o aparato tecnológico não está presente em todos os lugares e nem é de posse da maioria das pessoas. Esse aparato, na verdade, é monopólio da empresa, do Estado, enfim, de todos os setores do capital ou dos que estão a seu serviço. A maior parte da população migrante, principalmente os colonos que chegaram com poucos recursos, utilizam instrumentos de trabalho rudimentares e não podem usufruir das mínimas "ofertas" de conforto. As discrepâncias entre o novo e o velho podem ser mais visíveis nas cidades da "fronteira agrícola" do que em qualquer outro lugar. Aí, o rudimentar e o moderno, o artesanal e o industrial, o artificial e o natural, convivem em um espaço muito próximo - são grandes indústrias e grandes projetos de exploração de minérios, grandes madeireiras, hidrelétricas, plantados em plena selva, em atividade, lado a lado com colonos, seringueiros, catadores de castanha, que exploram as riquezas da região com instrumentos muito simples, tais como o machado, o facão, a faca, a foice, a enxada, etc.

Apesar dos núcleos de colonização, em seu contexto social, configurarem um espaço urbano e rural interligados, como se a área rural fosse um prolongamento da área urbana, desde o início da colonização as diferenças foram marcantes. Mais ainda quando se destaca o cotidião, que, pelas dificuldades e adversidades que o novo lugar apresenta, é definidor da condição social de cada um - quem mora nos sítios, como os colonos, leva uma vida muito simples; suas casas, na maioria das vezes, são muito pobres e rústicas, de chão batido, paredes de tábuas, sem contar, é claro, com televisão, telefone, aparelhos eletrodomésticos, embora nunca falte aí o pequeno rádio; já os moradores da cidade, que vieram para investir no comércio, se no período de implantação da colonização também sofreram privações de toda ordem, em pouco tempo melhoraram suas condições de vida, alguns enriqueceram, construíram residências de alto padrão, adquiriram automóveis e participaram ou usufruíram do aparato tecnológico e da vida social ditados pelo capital. Ao colono pobre restou, em alguns casos, exibir diante da casa um velho fusca sem rodas, sustentado por toras de madeira, sem a menor condição de ser utilizado⁽¹²⁾. A velha carcaça sugere,

(12) Cena registrada durante a pesquisa de campo realizada em Alta Floresta, em fevereiro de 1981.

tal como uma advertência, que a *modernização* já chegou por aquelas paragens, ainda que não tenha sido convidada a entrar. Nada mais.

"ROLA, MUNDO, ROLA, MUNDO... NA EXTREMA VELOCIDADE

Do impacto das novas cidades, pontilhando o espaço político da região norte matogrossense que, em nome do progresso, foi sendo devorada por grandes empresas, com uma avidez nunca antes conhecida em sua história, a discussão sobre a *nova ocupação* se encaminha agora no sentido das seguintes indagações: como restringir cada vez mais a autonomia dos homens que procuram as riquezas da Amazônia? Como impedir à maioria o acesso à riqueza? Em uma região apresentada como de amplas possibilidades de *riqueza para todos*, como obstruir, neste sentido, a ação da maioria dos homens que para lá se dirige, subjugando-a à moral do trabalho?

No entanto, antes de passar para o interior destas questões, torna-se necessário apontar, efetivamente, para uma condição *sine qua non* capaz de assegurar essa dominação, a saber: *que a riqueza esteja sob o poder de controle daqueles que detêm os meios indispensáveis à sua exploração*. Hannah Arendt, a partir de uma análise da filosofia do poder em T.Hobbes (*O Leviatã*), afirma: "... uma sociedade que havia escolhido o caminho da aquisição contínua, tinha de engendrar uma organização política dinâmica capaz de levar a um processo contínuo de geração de poder"⁽¹³⁾. Para Hobbes, a riqueza deixou de ser simplesmente um *fim* para se constituir em *começo e meio* no constante e infundável processo de se gerar mais riqueza. E isto exige uma incrível maquinaria política que não só assegure o crescimento automático e contínuo da riqueza, mas que determine e regule a vida de todos os cidadãos. O poder deve assim *organizar a sociedade e modelar o meio social* onde os indivíduos irão se mover⁽¹⁴⁾.

(13) Arendt, Hannah. *O Sistema Totalitário*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, p. 208.

(14) Hobbes, Thomas. *O Leviatã*, in *Os Pensadores*, SP, Editora Abril Cultural, 1983, Capítulo X - "Do Poder, Valor, Dignidade, Honra e Merecimento", pp. 53-59.

Nessa perspectiva, *produzir riqueza* não significa simplesmente produção de bens/acumulação, porque a sua dimensão é mais extensa e profunda - implica em organizar a sociedade para a produção de riqueza, considerando desde a distribuição espacial dos indivíduos frente aos meios de produção até a concepção social dominante, que entende a vida "... como um processo permanente de aumentar a riqueza..." e o dinheiro "... como algo sacrossanto que de modo algum deve ser usado como simples instrumento de consumo..."⁽¹⁵⁾. Assim, pode-se dizer que a organização social por inteiro está codificada pelo poder, em que se reconhece o mecanismo social produtor de riqueza como sendo também um mecanismo dinâmico produtor de poder.

Nesse passo da exposição, importa explicitar que os setores sociais detentores dos meios indispensáveis à produção de riqueza possuem também o poder para controlar e/ou deter o acesso à riqueza a uma grande parte dos migrantes que para lá se dirigem. Para alcançar tal finalidade, o empresariado interessado em aplicar capital na Amazônia, como já foi visto neste trabalho, contou com a maquinaria política do Estado, volta da para assegurar um domínio sobre a região amazônica.

Entretanto, é bom que se diga, seria ingenuidade imaginar que o Estado estava simplesmente a serviço do capital. É preciso pensar que ao longo do governo autoritário a colonização particular, através de estratégias de disciplinarização do campo, se constituiu também em política do Estado para controlar as terras da "fronteira agrícola" e reproduzir a ordem social dominante. Assim, para que o Estado pudesse atuar com uma política de colonização em que a iniciativa privada fosse a maior beneficiária, e, desta forma, se mantivesse a ocupação das terras sob o controle dos setores dominantes e não da maioria que para lá migrou, foram produzidos mecanismos repressivos e disciplinares, tanto no bojo da burocracia do Estado quanto no seio do empresariado. Aponta-se aqui não só para os mecanismos repressivos e disciplinares explícitos, tais como o aparato policial, grupos paramilitares e outros, mas também para uma repressão "invisível", como a que está colocada desde logo na própria organização social e espacial das cidades.

(15) Arendt, Hannah, op.cit., p. 207.

criaram a possibilidade da produção de mercadorias em série mas, fundamentalmente, *fabrificaram velocidade*, pois acredita que "... o poder está investido na própria aceleração"⁽¹⁸⁾. Portanto, de acordo com este autor, a velocidade é uma questão política, porque o poder está acima de tudo vinculado à velocidade e, nesse sentido, *aquele que tem a velocidade tem o poder*⁽¹⁹⁾. A partir desta afirmação, vai mais além: "Aquele que for o mais rápido possui a capacidade de coletar impostos, a capacidade de conquistar e, através disso, de *herdar o direito de explorar a sociedade*"⁽²⁰⁾. Para esse autor, o poder da riqueza é importante enquanto produtor dos meios essenciais à velocidade, e, seguindo essa lógica, não há como separar a concepção de velocidade da concepção de riqueza. Daí afirmar: "Fica muito claro que a hierarquia da velocidade é equivalente à hierarquia da riqueza. As duas estão acopladas. E então, realmente, o estado de emergência, a era da intensidade, estão ligados à supremacia da velocidade..."⁽²¹⁾.

Visto assim, pode-se dizer que os donos dos meios econômicos à exploração da riqueza na Amazônia são os que efetivamente detiveram o poder de penetração e de conquista da região. O empresariado sempre teve a supremacia da velocidade na Amazônia e, portanto, tudo o que utilizou para se locomover, construir e dirigir, envolveu um controle do tempo. Não existe razão mais forte para se dizer que o meio de transporte mais utilizado foi o avião - toda abertura de novos empreendimentos na Amazônia contou com uma pista de avião; e da mesma forma, estradas e cidades foram abertas rapidamente com equipamentos modernos; em tempo recorde, fábricas foram montadas com tecnologias altamente sofisticadas, e até mesmo transportadas inteiras para a Amazônia, como foi o caso do Projeto Jari S/A. Os exemplos de utilização de tecnologias sofisticadas por parte de grandes empresas na Amazônia são inúmeros. Mas o que importa mesmo é caracterizar uma realidade onde existe um alto po-

(18) Virílio, Paul. Guerra Pura, SP. Editora Brasiliense, 1984.

(19) Idem, *ibidem*.

(20) Idem, *ibidem*.

(21) Idem, *ibidem*.

der tecnológico para a exploração e para o controle da riqueza, além de remeter ainda a análise para o seguinte fato: o capital não tem fronteira; com o aparato tecnológico que possui, não há espaço que seja intransponível. Por conseguinte, a própria noção de espaço ganha outro sentido: com a abertura de inúmeras estradas, de rodovias que foram sendo asfaltadas, com o estabelecimento de linhas regulares de aviões, com a própria aceleração incorporada a todos os meios de comunicação enfim, as distâncias na Amazônia ficaram menores.

O que parece inegável é que o poder de mobilidade-velocidade dos setores dominantes contrasta com a falta de condições dos migrantes, que não possuem meios econômicos para se locomover. Na realidade, refletindo sobre essa situação, pode-se dizer que a concepção de tempo-espaço é diferente para o migrante que chega à região - mais se revelando como uma percepção de lugar extenso, longínquo e até "perigoso". Mas não é somente nesse sentido que a desigualdade está configurada, pois é também uma questão de *autonomia*. Ora, quem não tem autonomia não pode chegar rapidamente a lugar algum e, conseqüentemente, não pode controlar o que quer que seja. Mas, pergunta inevitável, como isto é possível? Como não cair em contradição, se se procura o tempo todo demonstrar que o processo de expansão para a Amazônia foi marcado pela rapidez com que o capital empreendeu a ocupação?

A contradição é apenas aparente, uma vez que, se num primeiro momento os migrantes puderam se locomover em curto espaço de tempo para as áreas de ocupação, em seguida, pelas próprias adversidades que o novo lugar apresentava, e fundamentalmente pelos interesses que o capital tinha em fixar a mão-de-obra, a tendência era o migrante perder sua autonomia. Não resta dúvida, para que a ocupação fosse produtiva, do ponto de vista do capital, era necessário a organização de um mercado de mão-de-obra sob bases regulares. Os casos de "cercamento" e de "fechamento" de terras são provas incontestáveis desse controle rígido da força de trabalho.

Em suma, a maquinaria do universo tecnológico aumentou o poder dos setores dominantes envolvidos com a expansão econômica da Amazônia, e, na mesma relação, aumentou a pobreza da população migrante que lá ocorreu a todo instante, acreditando ter ido ao encontro da *possibilidade da riqueza*. Essa popula-

ção, desprovida de bens, sem contar com nenhum capital previamente acumulado, viu-se à mercê de um aparato tecnológico que *sempre se antecipa à sua chegada*. Mesmo que consigam encontrar algum lugar onde o "progresso" ainda não tenha chegado, os migrantes não possuem nem meios e nem condições econômicas para manter a sua conquista, a não ser que estabeleçam nessa situação um campo de resistência e de luta. E é, pois, no interior deste quadro de dominação que se encontra um processo de intenso e profundo conflito social, configurando-se lutas desiguais.

Neste ponto, não poderia deixar de mencionar a *revolta incontida* que se encontra na narrativa de John Steinbeck, em *As Vinhas da Ira*, quando fala da marcha dos homens que se "deslocam como formigas" para a Califórnia à procura dos campos "prenhes de frutas":

"Reinou o pânico no Oeste, quando se multiplicaram os homens nas estradas. Os homens receavam pelas suas propriedades.

Homens que nunca tinham tido fome viam os olhos dos esfaimados. Homens que nunca na sua vida tinham sentido verdadeira necessidade de qualquer coisa viam a chama da necessidade arder nos olhos dos homens das estradas. E os homens das cidades e dos campos suburbanos que rodeavam as cidades preparavam a defesa. Tinham estabelecido que eles é que eram bons e que os outros - os invasores - eram maus, como fazem sempre os homens antes dos combates"(22).

Eis porque, contando com a resistência dos homens, os setores dominantes utilizam, a todo momento, poderosos mecanismos para contê-la, que vão dos instrumentos mais inconfessáveis aos mais abertamente repressivos. Nesses termos, não poderia deixar de relatar aqui também um dos mecanismos violentos de *cercamento de terra* e de repressão aberta utilizados por uma mineradora da região de Nova Apiacá⁽²³⁾.

(22) Steinbeck, John. *As Vinhas da Ira*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", 7a. edição, s/d., p. 294.

(23) Nova Apiacá - município de Alta Floresta, núcleo de colonização promovido pela Indeco S/A.

A mineradora Porto Estrela, subsidiária do grupo Paranapanema, expulsou recentemente cerca de três mil garimpeiros do garimpo denominado "Planeta"⁽²⁴⁾. A expulsão foi possível porque esta mineradora montou para tal fim um sofisticado aparato de segurança paramilitar, com guaritas armadas na barreira, levantada para impedir a entrada de quem quer que fôsse, exibindo cães amestrados e o poder dos jagunços, espalhados ao longo da cerca e portando armas de grosso calibre, muitas, inclusive, de uso exclusivo do exército brasileiro. Entrar nesse espaço, só com ordens expressas de um tal "tenente", o chefe da segurança e homem de confiança da empresa. Assim é que, nos casos que envolvem uma decisão maior, uma questão política, por exemplo, quando sua função de coordenar as ações de uma organização paramilitar fica comprometida e exposta à expiação da sociedade civil, como ocorreu recentemente ao ser interpelado pela imprensa, esse chefe da segurança da mineradora, enraivecido, jogou o problema para longe do campo da luta, e disse: "— Só com São Paulo", certamente seguindo as instruções dadas pela direção da Porto Estrela.

O fato de que em plena selva amazônica havia um "território" inexpugnável, com suas próprias leis, veio à baila e estourou como uma bomba através de uma cobertura jornalística que a Televisão Centro América de Cuiabá (Rede Globo de Televisão) fez à respeito da chegada da Comissão Especial do Legislativo Matogrossense ao portão de entrada da empresa, que ali fora apurar as denúncias sobre o conflito entre a mineradora e os garimpeiros, já expulsos pelo uso da força bruta. A cobertura-denúncia, exibida a todo o Brasil através do telejornal da Rede Globo, revelou o que vem a ser uma total demonstração de força: a Comissão do Legislativo, apesar da tentativa de estabelecer um diálogo, foi proibida de entrar na área pelo "tenente" e seus jagunços; ao fundo, o "Forte Apache" - designação dada à barreira pelos garimpeiros expulsos - se apresentava, para quantos assistiam ao furo jornalístico, como uma verdadeira fortaleza, com arame farpado em toda a sua extensão, com enormes holofotes para a vigilância noturna, homens fortemente armados e decididos, tudo tal qual um campo de concentração. Ain

(24) Jornal do Dia. "Mineradora Interdita Estrada e Mantêm Segurança Paramilitar", edição de 29 de junho de 1985, Cuiabá-MT, p. 6.

da que a reportagem não deixe margens à dúvida a respeito do terror ali reinante, os garimpeiros foram unânimes em informar que naquele local existem vários canis para cães amestrados e equipamentos para torturas; indignados, falaram da sanha dos torturadores, da existência de paus-de-arara e denunciaram os frequentes assassinatos que ocorrem no "território" da mineradora.

É importante observar, apesar de que a denúncia se refere apenas a uma mineradora, que a prática deste tipo de "cercamento" é muito comum - de uma maneira geral, umas mais outras menos, as empresas possuem seus "sistemas de controle". Nesse mesmo sentido, as notícias sobre vários casos de "escravidão branca" em grandes fazendas, que se utilizam do expediente do "fechamento" para explorar intensamente a mão-de-obra ali existente, são corriqueiras nesse mundo violento.

Fica desta forma muito claro que, no âmbito da dominação, o controle do espaço geográfico da Amazônia e das suas riquezas é uma questão que passa, fundamentalmente, pelo conflito social, em que o poder dos setores sociais privilegiados se exerce pelo *poder de expulsão*, através de grilagens, cercamento de terras, etc., pelo *poder de corrupção*, mediante titulação falsa e outros instrumentos jurídicos, e pelo *poder sobre os trabalhadores* em obrigá-los a se fixarem em um quadro produtivo⁽²⁵⁾.

"UMA TEMPESTADE SOPRA DO PARAÍSO"

A dominação social se estabelece não somente a partir dos mecanismos explícitos de controle, mas também é preciso considerar aqueles instrumentos implícitos nas várias formas de exercer o poder no corpo social.

No processo de ocupação da Amazônia, não poderia ser menos importante perceber os mecanismos de controle dos homens, que fazem parte das novas comunidades, uma rede de relações sempre tensas, em que é preciso, a todo momento, produzir mecanismos de obediência e domínio.

(25) Ver a respeito dos conflitos sociais no campo, em Mato Grosso, a importante contribuição do trabalho de Eudson de Castro Ferreira - Posse e Propriedade: A Luta Pela Terra em Mato Grosso, dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1984, mimeo.

Os indivíduos que procuraram a "fronteira da Amazônia" ou o "Eldorado perdido" levavam consigo projetos, aspirações, desejos de uma vida com fartura e sossego em uma terra imaginária de salvação. Reduzir essa *procura dos homens* a uma mera questão de busca da propriedade ou a da ascensão social é simplificar a análise e não compreender a dimensão do mito da *terra prometida* no imaginário social dos migrantes.

Mesmo que os homens tenham o seu valor identificado pelo referencial hobbesiano - "o valor de um homem, tal como o de todas as outras coisas, é seu preço"⁽²⁶⁾ -, e nesse sentido, mesmo que qualquer lavrador saiba que este "mundo do preço" é o que o cerca, mesmo assim, a *terra prometida* guarda uma relação intrínseca com uma *quebra de regras*, mantém uma *noção de abundância*, e representa uma *vida de sossego*.

A "fronteira" acaba sendo o lugar predileto para a fantasia.

Mas os migrantes, ao se fixarem nos quadros produtivos da "fronteira agrícola", são submetidos a dispositivos disciplinares que têm o poder de recolocar normas sociais, práticas de correção, um controle extensivo e intensivo sobre suas vidas. As cidades, a partir dessa inferência, funcionam como centros geradores dessas políticas, através da escola, da igreja, dos espaços comuns de recreação, da prática econômica, de um cotidiano marcado pela experiência do trabalho, das prisões, e, fundamentalmente, difundem as várias mensagens - do governo, do patrão, da igreja, do colonizador.

As cidades, por conseguinte, são pontos de organização política importantíssimos nas regiões de "fronteira agrícola", pois passam a ser o lugar onde se exerce, por excelência, a obediência civil. Aí os núcleos de colonização podem ser considerados como pontas-de-lança dirigidas a dois propósitos: como *poder econômico*, na organização do mercado em bases capitalistas - e como *poder político*, que se exerce na organização e no estabelecimento da ordem pública. Desta forma, os núcleos de colonização, transformados em cidades num abrir e fechar de olhos, puderam ser decisivos para a conformação política da região amazônica. E mais, puderam efetivar o "mundo da frontei-

(26) Hobbes, Thomas, op.cit., p. 54.

ra"como o "mundo do trabalho", como deixou bem claro Ariosto Da Riva em seu discurso sobre a colonização.

Contudo, é essencial esclarecer: a instituição do trabalho não pode ser reduzida à concepção da produção de mercadorias, em seu sentido restrito. O "mundo do trabalho" instaura, também, o "mundo da obediência": ao poder público local, às normas jurídicas, ao poder do banco e do mercado e às diversas normas instaladas na comunidade. Tais normas podem ser percebidas naquilo que está "normalmente" instituído na ordem social, passando pelo senso comum como "natural", como "verdade", e até mesmo como "tradição". Na "fronteira" essas normas são produzidas e reproduzidas continuamente, aceleradamente, para não dar tempo aos homens de buscarem a realização das suas fantasias. Nesta política de regras, onde até o desconhecido é catalogado como área de competência dos setores dominantes, estipula-se a conduta dos homens. Os que não se submetem só podem sobreviver nas entrelinhas desse mesmo poder, fora da lei e da "segurança", jogando no campo da aventura, da desilusão ou de novas ilusões, e de uma sorte que está cada vez mais distante, cada vez mais para a frente.

*

"Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impelle irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso".

Sobre o conceito da História, Walter Benjamin.

Trazer do passado - mesmo que recente - um pouco da história dos colonos de Alta Floresta, seus sonhos, suas esperanças, seus medos, suas revoltas, tem um significado que se aproxima da concepção de história em Walter Benjamin... "deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos".

A memória dos colonos, na sua *experiência única* da chegada, foi sendo pisoteada pela marcha do progresso. O sonho da *terra prometida*, os seus fragmentos foram transpostos para um tempo indefinido, para algum canto de um tempo sem fim. Destituíram os referenciais que marcaram os "tempos difíceis" e instituíram os sinais codificados de uma história linear, em que cada acontecimento passado é demonstrativo de uma só trajetória: a construção da cidade pelas *aquisições contínuas* do progresso.

A pretensão de contar um pouco da história dos colonos de Alta Floresta está ligada à idéia de tentar reter e descobrir as lembranças que estavam sendo perdidas. A memória, nesse sentido, designa um ponto de resistência, uma coragem e uma possibilidade únicas de redimir o passado, trazer alguma esperança de salvação e acordar vozes que uma história triunfante esmagou.

Para o colonizador, na imagem do passado está posto o início do progresso, para os colonos, este passado torna-se, agora, fantasmagórico... "... nossas rosas têm sido transformadas em espinhos, nossos lírios em urtigas, nossos paraísos em cemitérios, em suma, toda a nossa vida numa imagem da morte"⁽²⁷⁾

(27) Benjamin, Walter. Origem do Drama Barroco Alemão, SP, Editora Brasiliense, 1984, p. 254.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO - ALTA FLORESTA
Critérios para a Organização e Divisão das Terras

Lote Tipo A - Exploração agrícola em regime de economia familiar; (100 ha)

Lote Tipo B - Exploração agrícola em regime empresarial (média e pequena empresa); (300 ha)

Lote Tipo C - Exploração agroflorestal ou agropecuária de grande porte, com programação autônoma do projeto.
 (entre 3000 e 6000 ha)

Discriminação dos Lotes em Hectares

<u>Loteamento de Colonização</u>	<u>Área (ha)</u>	<u>Total (ha)</u>
318 lotes de 100 ha	32.258,37	
206 lotes de 300 ha	62.681,32	
Reservas 01 e 02	269,55	95.209,24

Área Urbana

Cidade de Alta Floresta	2.407,72	
Reserva	1.210,32	3.618,04

Sistema Viário

Principal (32,692 km)	163,46	
Secundário (185,362 km)	370,72	534,18

Lotes Agropecuários Autônomos

AF 1 a AF 18	112.435,03	
Sistema Viário	151,56	112.586,59

<u>Total Geral</u>		211.966,05
--------------------	--	------------

Conforme o mapa de loteamento da Indeco, que consta em seu Projeto de Colonização.

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLANTADOS EM MATO GROSSO

EMPRESA	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	APROVAÇÃO	ÁREA DO PROJETO (HA)	Nº LOTES RURAIS PREVISTOS	ESTRADAS PREVISTAS (KM)	ATIVIDADES PRINCIPAIS	
							LAVOURA	PECUÁRIA
AGROP. DO CRAVARI	Rio do Sangue	Diamantino	1.980	79.493,00	403	150	Arroz, milho e café	-
BARRAFÉRTIL	Itaquere I	Barra do Garças	1.978	10.472,00	25	76	Arroz	Bovino e Suíno
BARRAFÉRTIL	Itaquere II	Barra do Garças	1.978	3.600,00	09	12	Arroz e milho	-
BARRAFÉRTIL	Pacoval	Nobres	1.979	26.264,64	64	87	Arroz e soja	-
CONOMALI	Gleba Arinos	Porto dos Gaúchos	1.968	13.713,64	255	52	Arroz, milho e Seringueira	-
CONAGRO	Garapu II	Canarana	1.976	25.014,73	56	84	Arroz e milho	-
CONAGRO	Garapu III	Canarana	1.976	9.933,00	23	21	Arroz e milho	-
CONAGRO	Serra Dourada	Água Boa	1.976	14.672,09	31	24	Arroz e soja	-
CONAGRO	Xavantina	Água Boa	1.977	22.068,74	207	65	Arroz e soja	-
CONAGRO	Tanguro I	Canarana	1.977	13.000,00	49	57	Arroz e soja	-
CONAGRO	Tanguro II	Canarana	1.978	19.763,40	49	74	Arroz e soja	-

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLANTADOS EM MATO GROSSO

EMPRESA	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	APROVAÇÃO	ÁREA DO PROJETO (HA)	Nº LOTES RURAIS PREVISTOS	ESTRADAS PREVISTAS (KM)	ATIVIDADES PRINCIPAIS	
							LAVOURA	PECUÁRIA
CONAGRO	Kuluene I	Canarana	1.978	51.647,88	90	177	Arroz e soja	-
CONAGRO	Tabaju	Barra do Garças	1.977	14.981,00	48	42	Arroz e soja	-
CONAGRO	Água Boa III	Água Boa	1.977	22.240,00	55	53	Arroz e soja	-
COLONIZA	Coloniza	Aripuanã	1.974	127.210,63	743	340	Café, cacau e pimenta	-
CACIQUE	Noidori I	Barra do Garças	1.976	8.000,00	19	39	Arroz e soja	-
CACIQUE	Noidori II	Barra do Garças	1.978	9.740,00	24	36	Arroz	-
COREBRASA	Santa Cruz	Luciara	1.979	24.969,00	94	80	Arroz e Pimenta	Bovinos
COREBRASA	Serra Azul	Barra do Garças	1.978	7.174,00	22	42	Arroz	-
CONFRESA	Tapiraguaia I	Luciara	1.978	33.794,09	67	63	Arroz, milho e soja	-
CODEMAT	Juína I	Juína	1.978	92.359,40	483	280	Arroz, cacau e café	-
COOPERCANA	Terra Nova I	Colíder	1.978	210.097,56	1.002	161	Arroz, milho e Feijão	-

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLANTADOS EM MATO GROSSO

EMPRESA	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	APROVAÇÃO	ÁREA DO PROJETO (HA)	Nº LOTES RURAIS PREVISTOS	ESTRADAS PREVISTAS (KM)	ATIVIDADES PRINCIPAIS	
							LAVOURA	PECUÁRIA
COOPERCANA/INCRA	Terra Nova II	Colíder	1.979	69.722,45	455	125	Arroz, Milho, café, feijão e cacau	-
CODECO	Curuá	Barra do Garças	1.978	4.986,00	12	16	Arroz	-
COTREL/INCRA	Peixoto de Azevedo	Colíder	1.979	41.405,00	600	1.062,5	Arroz, milho, café feijão e cacau	-
COMAJUL/INCRA	Ranchão	Nobres	1.979	19.404,51	120	50	Arroz, milho, feijão, soja, sering.	-
COOP. 31 DE MARÇO	Canarana I	Canarana	1.974	39.851,95	80	153	Arroz e milho	-
COOP. 31 DE MARÇO	Canarana II	Canarana	1.975	9.613,09	47	45	Arroz e milho	-
COOP. 31 DE MARÇO	Canarana III	Canarana	1.975	28.775,00	71	84	Arroz e milho	-
COOP. 31 DE MARÇO	Água Boa I	Água Boa	1.975	24.300,00	60	71	Arroz, milho e soja	-
COOP. 31 DE MARÇO	Água Boa II	Água Boa	1.975	14.537,00	36	31	Arroz e milho	-
COOP. 31 DE MARÇO	Garapu I	Água Boa	1.976	9.697,24	47	36	Arroz e milho	-
COOP. 31 DE MARÇO	Vale da Serra Azul	Barra do Garças	1.976	16.165,00	52	71	Arroz e milho	-

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLANTADOS EM MATO GROSSO

EMPRESA	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	APROVAÇÃO	ÁREA DO PROJETO (HA)	Nº LOTES RURAIS PREVISTOS	ESTRADAS PREVISTAS (KM)	ATIVIDADES PRINCIPAIS	
							LAVOURA	PECUÁRIA
COOP. 31 DE MARÇO	Areões	Água Boa	1.976	18.531,00	44	30	Arroz e milho	-
COOPERCOTIA/ INCRA	Carlinda	Alta Floresta	1.981	29.964,00	133	29	Arroz, milho, cacau, pimenta e seringueira	-
ELDORADO S/A	Boa Esperança	Diamantino	1.981	11.929,75	104	50	-	-
GAÚCHA	Cidade Gaúcha	Paranatinga	1.980	7.920,00	91	37,8	Arroz, milho e café	-
IMCOL	Massape I, II e III	S. José do Rio Claro	1.970	17.877,34	594	58	Arroz, milho e café	Bovino
INDECO	Alta Floresta, Paranaíta	Alta Floresta	1.975	400.000,00	1.406	406	Café, cacau, feijão e guaraná	-
JURUENA EMPREENDIMENTOS	Juruena	Aripuanã	1.974	20.000,00	175	80	Café, cacau, pimenta e guaraná	-
MUTUM AGROP. S/A	Mutum I	Diamantino	1.978	39.985,52	141	132	Arroz	-
MUTUM AGROP. S/A	Mutum II	Diamantino	1.978	41.965,65	129	148	Arroz, milho e soja	-
MELHOR. TROPICAL	São Manuel	Nobres	1.977	8.549,09	23	33	Arroz e milho	-
MELHOR. TROPICAL	Vale do Verde	Nobres	1.979	14.000,00	35	41	Arroz e soja	-

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLANTADOS EM MATO GROSSO

EMPRESA	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	APROVAÇÃO	ÁREA DO PROJETO (HA)	Nº LOTES RURAIS PREVISTOS	ESTRADAS PREVISTAS (KM)	ATIVIDADES PRINCIPAIS	
							LAVOURA	PECUÁRIA
OTSAR	Núcleo Ariel	Aripuanã	1.974	30.000,00	150	101	Café, cacau e guaraná	-
RURAL S/C	Santa Felicidade	SINOP	1.978	19.026,55	121	77	Arroz, feijão e café	-
SINOP	Gleba Celeste, I, II, III, IV	SINOP	1.972	336.058,08	3.447	1.295	Arroz, café e mandioca	-
SINOP	Gleba Celeste V	SINOP	1.981	113.146,84	715	425	Arroz, café e mandioca	-
SORRISO	Sorriso	SINOP	1.979	4.959,66	136	36	Arroz	-
SORRISO	Teles Pires	Nobres	1.980	19.998,00	47	75	Arroz e soja	-
TAPURAH	Tapurah	Diamantino	1.980	25.684,17	256	73	Arroz, milho e café	-
VILA RICA	Beleza	Santa Terezinha	1.978	43.203,74	102	103	Café e milho	-
VILA RICA	Santana	Santa Terezinha	1.978	16.942,67	43	46	Arroz e milho	-
VILA RICA	São Marcos	Santa Terezinha	1.978	17.492,37	57	57	Arroz e milho	-
VILA RICA	Promissão	Santa Terezinha	1.980	14.199,97	136	65	Arroz, milho e feijão	Bovino

FONTE: Ministério da Agricultura - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - "Relação das Empresas de Colonização Particular e Empresas de Imigração", 1980.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo W.B. de. "GETAT - A Segurança Nacional e o Revigoramento do Poder Regional", in Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Campinas, nº 2, mar-abr/1981, pp. 24-41.

ARENDT, Hannah. O Sistema Totalitário, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.

_____. A Condição Humana, RJ, Forense-Universitária, 1981.

BENJAMIN, Walter. "O Narrador", in Os Pensadores, SP, Editora Abril Cultural, 1980.

_____. Origem do Drama Barroco Alemão, SP, Editora Brasiliense, 1984.

_____. Magia e Técnica, Arte e Política (Ensaio sobre literatura e história da cultura), Obras Escolhidas, Vol. 1, SP, Editora Brasiliense, 1985.

BOSI, Eclêa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, SP, T. A. Queiroz, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza, SP, Editora Brasiliense, 1982.

_____. "Metrôpoles: As Faces do Monstro Urbano (as cidades do século XIX)", in Cultura & Cidades, Revista Brasileira de História, SP, Vol. 5, nº 8/9, set-1984/abril - 1985, pp. 35-68.

BRUIT, Héctor H. Acumulação Capitalista na América Latina, SP, Editora Brasiliense, 1982.

LENHARO, Alcir. Corpo e Alma; Mutações Sombrias do Poder no Brasil dos Anos 30 e 40, SP, Tese de Doutorado, USP, 1985, mimeo.

_____. Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, Campinas, Editora da UNICAMP, 1985.

LENIN, V.I. El Desarrollo del Capitalismo en Rusia, Moscú, Editora Progreso, 1975.

_____. Sobre el Problema de Los Mercados (Escritos Económicos: 1893 a 1899), Vol. 3, México, Siglo XXI Editores, 1974.

MACHADO FQ, Oswaldo. Sistema de Fábrica e Dominação Social, Campinas, Tese de Mestrado, UNICAMP, 1984, mimeo.

MARTINE, George. "Tendências Recentes de Distribuição Espacial da População Brasileira", Brasília, 1981, mimeo.

_____. "Emprego e Fronteira Agrícola", in Revista de Economia Política, Vol. 2, nº 3, jul-set/1982, SP, Editora Brasileira, 1982.

_____. A Colonização de Rondônia: Continuidades e Perspectivas, mimeo., s/d.

MARTINS, José de Souza. Expropriação & Violência (a questão política no campo), SP, Editora Hucitec, 1980.

_____. Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, 2a. Edição, Editora Vozes, 1983.

_____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e Poder: o problema da terra na crise política), Petrópolis, Editora Vozes, 1984.

MARX, Karl. El Capital (Crítica de la Economía Política), México, Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____. O Capital (Capítulo inédito), Livro I, SP, Editora Ciências Humanas, 1978.

- MARX, Karl. Elementos Fundamentales para la Critica de la Economía Política (Grundrisse) - 1857-1858, Vol. 1, México, Siglo XXI Editores, 1982, 11a. Edição.
- MÜLLER, Guilherme F.M. A Estrutura Fundiária de Mato Grosso, Brasília, SUDECO/MINTER, 1978.
- MUMFORD, Lewis. Técnica y Civilización, Madrid, Alianza Editorial, 1971.
- NASCHENVENG, Rogério Armando. "Migração como Categoria de Análise da região do Polonoroeste-MT", in UNIVERSIDADE, Revista da UFMT, Cuiabá, Ano IV, nº 3, set-dez/1984.
- OLIVEIRA, João Mariano de. A Esperança Vem na Frente, Tese de Mestrado/USP, SP, 1983, mimeo.
- PADIS, Pedro Calil. "A Fronteira Agrícola", in Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 1, jan-mar/1981, SP, Editora Brasiliense, pp. 51-75.
- PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: no Rastro do Saque, SP, HUCITEC, 1980.
- PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária, SP, Editora Brasiliense, 2a. Edição, 1979.
- PRETI, Oreste. Expectativas Educacionais numa Área de Fronteira Agrícola (A Escola Vista pelos Colonos de Alta Floresta), Tese de Mestrado, São Carlos-SP, Universidade Federal de São Carlos, 1981, mimeo.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste, RJ, Editora da USP/Livraria José Olympio Editora, 1970, 4a. Edição.
- SANTOS, Antônio Cesar. "A Evolução da Concentração de Terras em Mato Grosso", in UNIVERSIDADE, Revista da UFMT, Cuiabá, Ano IV, nº 3, set-dez/1984.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho, SP, Editora Hucitec, 1978.

- CARDOSO, Fernando H. & MÜLLER, G. Amazônia; Expansão do Capitalismo, SP, Editora Brasiliense, 1977.
- CARVALHO, Murilo. Sangue da Terra - A Luta Armada no Campo, Brasil Debates, São Paulo, 1980.
- CASTORIADIS, Cornélius. A Instituição Imaginária da Sociedade, RJ, Paz e Terra, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia (o discurso competente e outras falas), SP, Editora Moderna, 1980.
- CLASTRES, Hêlène. Terra sem Mal (o profetismo tupi-guarani), SP, Editora Brasiliense, 1978.
- CODEMAT - Documentação 1973.
- COLLIER, David (org.). O Novo Autoritarismo na América Latina, RJ. Editora Paz e Terra, 1982.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA -CONTAG. Questões Agrárias, 2a. Edição, Brasília, 1975.
-
- As Lutas Camponesas no Brasil - 1980, RJ, Editora Marco Zero, 1981.
-
- A Política Agrária do Governo e os Conflitos de Terra no Brasil, Brasília, mimeo., 12 de novembro de 1981.
-
- CONRAD, Joseph. Lord Jim, Tradução de Mario Quintana, SP. Abril Cultural, 1982.
- DECCA. Edgar S. de. 1930: O Silêncio dos Vencidos, SP, Editora Brasiliense, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado, Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- DURHAM, E.R. A Caminho da Cidade, SP, Editora Perspectiva, 1984.

ESTERCI, Neide. "Peonagem na Amazônia", in Dados, nº 20, 1979.

_____. (ed.), Peões e Garimpeiros - Terra e Trabalho no Araguaia, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, RJ, junho de 1983.

FERREIRA, Eudson de Castro. Posse e Propriedade: a Luta Pela Terra em Mato Grosso, Tese de Mestrado/UNICAMP, Campinas, 1984, mimeo.

FONSECA, Manoel Pinto da. Campesinato Matogrossense: Caminhos e Perspectivas, Cuiabá, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, FETAGRI-MT, 1974.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir, Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

_____. Microfísica do Poder, RJ. Editora Graal, 1979.

POWERAKER, Joe. A Luta Pela Terra (a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais), RJ, Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO NETO, F. Questão Agrária e Ecologia - Crítica da Moderna Agricultura, SP, Editora Brasiliense, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista, Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 1980, mimeo.

GUEDES PINTO, L.C. "Notas sobre a Política de Crédito Rural", Textos para Discussão, nº 04, IFCH/UNICAMP, 1981, mimeo.

GUIMARÃES NETO, Fábio C. "Posseiro: Um Intruso no Ninho", Depto. de História, UFMT, 1980, mimeo.

HABERMAS, Jürgen. A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio, RJ, Edições Tempo Brasileiro, 1980.

_____. "Técnica e Ciência Enquanto Ideologia", in Os Pensadores, SP, Editora Abril Cultural, pp. 313-343, 1980.

HEBÉTTE, Jean & MARIN, Rosa A. Colonização para Quem?, Belém, UFFa/NAEA, 1979.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil, in Os Pensadores, 3a. Edição, SP, Abril Cultural, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Incentivando a Ocupação da Amazônia", Opinião, nº 38, jul-ago/1973.

IANNI, Octávio. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia, Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

_____. Ditadura e Agricultura (O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964:1978), RJ, Editora Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Vade-Mécum Agrário, 7 vols., Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1978.

_____. - INCRA/Ministério da Agricultura. "Relação das Empresas de Colonização Particular e Empresas de Imigração", Brasília, 1980.

INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso) - Diretrizes e Bases para Ação Fundiária e Colonização no Estado de Mato Grosso - 1979-1984, Cuiabá, CPA, s/d.

KINZO, Mary Dayse. Colonização e as Transformações na Estrutura de Classe: de Posseiro a Colono, Tese de Mestrado, UnB, Brasília, 1982, mimeo.

KRISCHKE, Paulo J. (org.). Brasil: do "Milagre" à "Abertura", SP, Editora Cortez, 1983.

LARANJEIRA, R. O Direito Agrário e o Estado de Direito, in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 22, pp. 169-198, 1980.

LEBRUN, Gérard. O que é Poder, SP, Editora Brasiliense, 1981.

- SILVA, Hêlio. O Poder Militar, Porto Alegre, L & PM Editores, 1984.
- SILVA, Sêrgio S. Valor e Renda da Terra (o movimento do capital no campo), SP, Editora Polis, 1981.
- SILVA, Sêrgio. "Estudos sobre a Estrutura de Produção e a Questão Agrária", Cadernos IFCH/UNICAMP - nº 11, Campinas, 1984.
- SOARES, L. Eduardo. Campesinato: Ideologia e Política, RJ, Zahar Editores, 1981.
- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, RJ, Zahar Editores, 1980.
- SORJ, B. & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. (org.). Sociedade e Política no Brasil pós-64, SP, Editora Brasiliense, 1983.
- STEINBECK, John. As Vinhas da Ira, VII Edição, Coleção Dois Mundos, Tradução de Virgínia Motta, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s/d.
- SZMRECSANYI, Tamas. "O Desenvolvimento da Produção Agropecuária, 1930/1970", Textos para Discussão, nº 9, Vol. I, IFCH/UNICAMP, 1981, mimeo.
- SZMRECSANYI, T. & QUEDA, O. (org.). Vida Rural e Mudança Social, SP, Editora Nacional, 1976.
- THOMPSON, E.P. Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase (Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial), Barcelona, Editora Crítica, 1979.
- VARGAS, Getúlio. As Diretrizes da Nova Política do Brasil, RJ, Editora José Olympio, s/d.
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato (Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento), SP, Difel, 1976.
- VIRILIO, Paul & LOTRINGER, Sylvere. Guerra Pura (A militarização do cotidiano), SP, Editora Brasiliense, 1984.

WANDERLEY, Baudel M.N. Capital e Propriedade Fundiária, RJ, Editora Paz e Terra, 1978.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Capítulo V - "A Ascese e o Espírito do Capitalismo", in Os Pensadores, pp. 205-235, SP, Abril Cultural, 1980.

JORNAIS E REVISTAS

Amazônia - Boletim Informativo da Associação dos Empresários da Amazônia, "The Washington Post fala com otimismo sobre a Amazônia", p. 4, nº 58, out/1983.

Carta da Amazônia. "Andreazza anuncia as linhas do progresso - a nova Amazônia", Ano VIII, nº 61, publicação trimestral - jul-set/1979, Belém-PA, p. 3.

Correio Varzeagrandense. "Amazônia: Pela Couto Magalhães, sonhos e esperanças", Ano I, nº 8, Várzea Grande-MT, 19/02 a 25/02/1984.

Folha de São Paulo. "Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia: Paranaenses, colonizadores que fazem nascer as cidades", edição de 9 de junho de 1977.

_____. "Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia: café, cacau e madeira, riquezas locais", edição de 10 de junho de 1977.

_____. "Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia: O mal necessário na colonização", edição de 11 de junho de 1977.

_____. "Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia - final", edição de 12 de junho de 1977.

ISTO É, Especial: "A Última Aventura" (reportagem de Nunzio Briguglio & João Bittar), pp. 38-68, nº 226, de 22 de abril de 1981.

Jornal do Comércio. "Está surgindo uma cidade na selva de Mato Grosso", RJ, edição de 29 de maio de 1977, p. 5.

Jornal do Dia. "Mineradora interdita estrada e mantém segurança paramilitar", Edição de 29 de junho de 1985, Cuiabá - MT.

Jornal da Tarde. "Os Novos Colonos (Os corajosos aventureiros de um novo capítulo da História do Brasil)", edição de 4 de janeiro de 1977.

_____. "Na Fronteira Agrícola, uma Lição de Progresso", edição de 4 de maio de 1981.

_____. "Era um sonho. E aconteceu", edição de 8 de maio de 1981.

_____. "A fronteira, onde o tempo não conta", edição de 9 de maio de 1981.

_____. "Onde o crime jamais é castigado", edição de 11 de maio de 1981.

Revista Amazônia. "INDECO: a riqueza planejada", nº 26, abril de 1977, pp. 20-22.

Revista Mato Grosso S/A. "Asfalto chega a BR-163, começa o fim do pesadelo", pp. 11-20, nº 1, out-nov/1983, Cuiabá.

_____. Encarte Especial (Ano I - nº 1, out-nov/1983) - "A realidade da nova fronteira" Centro-Oeste - Encontro Ano IV, Cuiabá-MT.

DOCUMENTAÇÃO DA INDECO

- . Projeto de Colonização INDECO, 1975.
- . Relatório da Indeco, 1977.
- . Relatório da Indeco, Diário Oficial-MT, 27 de abril de 1977.
- . Boletim Informativo Indeco, 4º Encontro do Centro-Oeste, Cuiabá-MT, novembro de 1983.
- . Suplemento Apiacás, 4º Encontro do Centro-Oeste, Cuiabá-MT, nov/1983.
- . Guia Serv, Edição Centro-Oeste, 1984.
- . Resumo Geográfico e Histórico de Alta Floresta - 1976/1982, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alta Floresta, MT, 1982.